

REVISTA CIENTÍFICA

AMBIENTE ACADÊMICO

VOLUME 6, NÚMERO 2, JULHO A DEZEMBRO DE 2020 ISSN ON LINE 2526-0286

MULTIVIX

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

REVISTA CIENTÍFICA AMBIENTE ACADÊMICO
Volume 6, número 2

Cachoeiro de Itapemirim

2020

EXPEDIENTE

Publicação Semestral

ISSN 2447-7273

Temática Multidisciplinar

Revisão Português

Andressa Borsoi Ignez

Capa

**Marketing Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo – Faculdade Multivix – Cachoeiro
de Itapemirim**

*Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente,
os pensamentos dos editores.*

Correspondências

Coordenação de Pesquisa e Extensão Faculdade Multivix- Cachoeiro de Itapemirim

Rua Moreira, 29, Bairro Independência, Cachoeiro de Itapemirim/ES | 29306-017

E-mail: ambienteacademico@multivix.edu.br

FACULDADE MULTIVIX-CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**DIRETOR EXECUTIVO**

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

DIRETORA ACADÊMICA

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Valderedo Sedano Fontana

COORDENADORA ACADÊMICA

Sindia Pessin Andreon

BIBLIOTECÁRIA

Alexandra Barbosa Oliveira

PRESIDENTE DA COMISSÃO EDITORIAL

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

COMISSÃO EDITORIAL

Andressa Borsoi Ignêz

Antonio Hernández Fernandez

Darlene Teixeira Castro

Diogo Vivacqua de Lima

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Geórgia Regina Rodrigues Gomes

Janice Marias Ribeiro Dias

Laureanny Madeira

Livia Aparecida Ferreira Lenzi

Marcos Aurélio Lima Balbino

Valderedo Sedano Fontana

Revista Científica Ambiente Acadêmico / Multivix Cachoeiro,
Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda., Faculdade do Espírito Santo
– v. 6. n. 2, 2020 – Cachoeiro do Itapemirim: MULTIVIX, 2020.

Semestral

ISSN Impresso 2447-7273

ISSN on line 2526-0286

1. Generalidades: Periódicos. I. Faculdade Multivix Cachoeiro de
Itapemirim – MULTIVIX.

CDD. 000

APRESENTAÇÃO

Prezado Leitor,

Passamos por um ano com muitos desafios e ressignificações de processos. Isso nos faz repensar nossos processos de atuação social, profissional e pessoal. Portanto, essa edição traz textos acadêmicos de nosso discente, docente e convidados nesse momento tão complexo de forma diversificada e interdisciplinar.

Buscamos com esses textos trazer discussões que abarque não só o ambiente acadêmico, mas também que produza interações sociais em todos os processos pelos quais percorremos em nossa existência. E que essas interações possam contribuir para a formação intelectual e a reflexão crítica de todos os leitores.

Que possamos vencer esse momento tão complexo e enxergarmos um mundo com mais cidadania e identidade.

Ótima Leitura.

SUMÁRIO

PARA ALÉM DAS GRADES E PRISÕES: REFLEXÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO 07

Brenda Pianes Schaider da Silva

Bruna Vieira Gomes Saad

Daylane Lopes de Calais Silva

Fabiana Davel Canal

PRÁTICAS HUMANIZADAS NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: IMPACTOS DA FORMAÇÃO MÉDICA E A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA HOSPITALAR

..... 24

Eilane Conceição Ferreira

Janderson Chaves de Oliveira

Luana Gonçalves Moulin

Flávia Moreira Oliveira

TRANSMUTAÇÃO E SUICÍDIO: OS DESAFIOS E OS CENÁRIOS DA VIDA ADOLESCENTE 45

Lucy Ângela Cezário

Alcineia Pontesda Cunha

Hamilton Risperi Dias

Hyloran G. Cabral

A ÉTICA DO CUIDADO EM WINNICOTT ENQUANTO PRÁTICA NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA 61

Laureano da Cruz Fazolo

Wendell Peixoto Rodrigues

Maria Angélica Napolitano

O USO DE ADVERGAMES COMO FERRAMENTA PARA O MARKETING EMPRESARIAL 77

Francisco Sandes Junior

Lucas Busato Damacena

Sidiney Silva Lopes

André Bessa da Silva

TRIBUTAÇÃO DO PIS/COFINS NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS HOSPITALARES 98

Renan Ferreira da Silva

Fabiano Ferreira da Silva

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA EM FACE DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA 110

Ivy de Souza Abreu

Andrea Silva Longue Alves

Daniele Delfino Loyola

Yasmim Betini Andrade

FERRAMENTAS DE MARKETING INFANTIL ENVOLVIDAS NO PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRA 128

Carolina Sant'Anna Barbosa

Patrícia Costa Clemasco

Eduardo J. L. do Nascimento Junior

Maycon da Silva Delatorri

O DESAFIO NA CONTEMPORANEIDADE DAS ORGANIZAÇÕES EM MANTER SEUS COLABORADORES SATISFEITOS..... 148

André Saloum Simom

Dieneron Mozer

Douglas Pereira Costa

Ednea Zandonadi Brambila Carletti

**PARA ALÉM DAS GRADES E PRISÕES: REFLEXÕES SOBRE AS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**

**BEYOND GRATES AND PRISONS: REFLECTIONS ON THE SOCIAL
REPRESENTATIONS OF THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM**

Brenda Pianes Schaider da Silva

Bruna Vieira Gomes Saad

Daylane Lopes de Calais Silva¹

Fabiana Davel Canal²

RESUMO

O presente artigo discorre sob a ótica da Teoria das Representações Sociais (TRS) na problemática acerca do sistema prisional brasileiro, com ênfase na ressocialização e exclusão social sofrida por ex-apanados, além das penas e medidas alternativas. Traremos um panorama atual da situação do sistema prisional brasileiro. Desta forma, o objetivo do presente artigo é analisar o entendimento que a sociedade possui sobre o sistema prisional e sobre a ressocialização. A pesquisa fundamenta-se em revisão de literatura e pesquisa de campo através de um questionário estruturado aplicado de forma online para um grupo de 106 pessoas. Os resultados obtidos foram analisados a partir dos conceitos de ancoragem e objetivação da TRS desenvolvida por Serge Moscovici.

Palavras-chave: Representações Sociais; Ressocialização; Exclusão; Penas e Medidas Alternativas.

ABSTRACT

The present article presents under the optics of the Theory of the Representations Partners in the problematics about the Brazilian prison system, with emphasis in the resocialization and social exclusion suffered for ex-punished, besides the feathers and alternative measures. We are going to bring a current view of the situation of the Brazilian prison system, as well as an analysis of the paper of the Psychology in this

¹ Graduandas do curso de Psicologia na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Professora do curso de Psicologia na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim. Psicóloga. Mestre em Psicologia Institucional (UFES). Especialista em Psicologia Social (CRP).

process. This way, the objective of the present article is to analyse the knowledge that the society has on the prison system and on the resocialization. The inquiry is based on literature revision and field work through a structured questionnaire applied online for a group of 106 persons. The obtained results were analysed from the anchorage concepts and objetification of the Theory of Social Representations developed by Serge Moscovici. **Keywords:** Social Representations; Resocialization; Exclusion; Feathers and Alternative Measures.

1 INTRODUÇÃO

As representações sociais, segundo definição clássica, são modalidades de informação objetivas norteadas para o entendimento e para a concepção da conjuntura social, material e ideativo em que vivemos. São, por conseguinte, aspectos de pensamento que se revelam como informações cognitivas: imagens, conceitos, grupos, teorias, mas que não se restringem jamais aos elementos cognitivos. Sendo socialmente ordenadas e partilhadas, colaboram para a constituição de um fato comum, que permite o diálogo (JODELET, 1985).

De acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2018), atualmente o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo. Frente à realidade e as dificuldades que assolam o sistema prisional brasileiro é pertinente analisar qual a representação social que a sociedade atribui aos indivíduos que estão ou foram inseridos no sistema prisional com uma análise baseada na Teoria das Representações Sociais (CNJ, 2018).

Partindo desses pressupostos foi possível fazer uma análise do âmbito prisional através de um questionário aplicado sobre a percepção das pessoas em relação aos meios punitivos, ao estigma do delito, entre outros pontos pertinentes, na qual podemos identificar as reproduções que a sociedade possui dos meios de cumprimento de pena e todo seu contexto.

Dessa forma, o presente trabalho tem como justificativa realizar um estudo sobre as representações sociais do sistema prisional brasileiro e das problemáticas que o envolvem. A realidade prisional apresenta características marcantes e defasadas, que é

retrato de uma administração precária que não promove subsídios para a promoção da ressocialização dos apenados. Dentro desse contexto, o interesse pelo tema justifica-se pela relevância social em compreender as questões que cercam os indivíduos que cometem delitos, refletindo a estigmatização que os apenados sofrem ao retornar ao convívio social.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Teoria das Representações Sociais

Durante a década de 1950 na França, Serge Moscovici observou que termos e conceitos específicos da psicanálise estavam sendo absorvidos e usados no cotidiano das pessoas, e que esses conhecimentos próprios do meio científico tinham ultrapassado as fronteiras da academia e eram reproduzidos através do senso comum. A partir desse estudo, Moscovici desenvolveu a Teoria das Representações Sociais (TRS) (JACQUES, 2013).

De acordo com o autor a finalidade de todas as representações sociais é tornar algo que não é familiar, em familiar. Isso significa que o sujeito precisa saber e conhecer sobre este novo objeto para se reconhecer nele e representá-lo. Segundo Chamon (2006), as representações sociais manifestam-se sempre sob dois prismas: o da imagem, que é a reprodução do que é real de maneira concreta; e do conceito, que se refere à significação do que corresponde a imagem do real (MOSCOVICI, 2007).

Segundo Moscovici (2007), para entendimento da dinâmica das representações sociais, é preciso considerar dois processos essenciais para a produção das representações sociais, que são a objetivação e a ancoragem. Tais processos mostram como o social e o senso comum modifica um conhecimento em representação da mesma forma que a representação modifica o social, mostrando assim as funções primárias das representações sociais, sendo elas a integração do novo, do inesperado e do inexplicável (CHAMON, 2006).

Ponderemos primeiramente o conceito de familiar e não familiar a partir da perspectiva de Universos Reificados e Universos Consensuais. A teoria de representações sociais compreende que na sociedade existem dois tipos distintos de universos de pensamento,

sendo eles: os Universos Reificados (UR) e Universos Consensuais (UC). Para Oliveira e Werba (2013), são nos universos reificados que circulam as ciências e as teorizações abstratas. Eles são considerados mundos restritos. Já nos universos consensuais é onde ocorrem as teorias do senso comum, em que as atividades interativas do cotidiano e a produção de Representação Social. O autor diz:

No Universo Consensual a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres, cada uma com possibilidade de falar em nome do grupo. Nenhum membro possui competência exclusiva. Já no Universo Reificado, a sociedade é percebida como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais. O não familiar situa-se, e é gerado, muitas vezes, dentro do Universo Reificado das ciências e deve ser transferido ao Universo Consensual do dia a dia. Essa tarefa é, geralmente, realizada pelos divulgadores científicos de todos os tipos, como jornalistas, comentaristas econômicos e políticos, professores, propagandistas, que têm nos meios de comunicação de massa um recurso fantástico (OLIVEIRA, WERBA 2013, p.91-92).

O primeiro processo de formação das representações sociais ocorre através da ancoragem. Na TRS ancorar significa classificar algo, dar nome alguma coisa, pois segundo Moscovici, coisas que não possuem nomes, que não são classificadas, que não existem, são ameaçadoras. Desta forma, a ancoragem tem como finalidade categorizar acrescentando as informações junto a categorias cognitivas já conhecidas, com um processo de transformar o que é estranho e que causa medo em algo comum, familiar aos olhos destes indivíduos (JACQUES, 2013).

De acordo com Jacques (2013), na segunda etapa de formação das representações sociais, acontece a objetivação, que é o processo pelo qual buscamos tornar concreta uma realidade abstrata: é associar um conceito em uma imagem. Um exemplo usado por Moscovici foi o da religião: ao chamar “Deus”, conceito abstrato, de pai, objetivando uma imagem nunca vista “Deus” em uma figura conhecida, “pai”, deixa-se mais fácil a ideia do que é “Deus” para seus seguidores. Todavia, é importante ressaltar que a ancoragem e objetivação ocorrem sincronicamente com a finalidade de dar significado à representação social (CANAL; PINHEIRO; MARVILA, 2018).

2.2 O Sistema Prisional Brasileiro

O sistema prisional brasileiro não é eficaz na ressocialização e reinserção do apenado na sociedade. Tal fato dá-se devido a diversos fatores que, de acordo com Nunes (2015), são superlotação, excesso de prisões provisórias, o uso de regime fechado

quando se tem medidas alternativas, corrupção, direitos humanos fundamentais ultrajados e uma forma de controle social (NUNES 2015).

Em 2016, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), através do Levantamento Nacional de Informações Penitenciária, cerca de 47% dos apenados são presos provisórios aguardando julgamento. O levantamento diz ainda que 26% dos apenados ficam até três meses detidos na espera para ter a primeira audiência com o juiz. Esses dados demonstram que a prisão provisória vem sendo usada mais como regra do que exceção. Desta forma, um processo penal demorado, também é considerado um fator que contribuiu para superlotação dos presídios e penitenciárias brasileiras (VIEIRA, 2015).

Posto luz em um dos fatores que contribuíram para superlotação do sistema prisional brasileiro, é hora de abordar as consequências dessa situação e sua relação com a ineficácia da ressocialização no Brasil e a reinserção desses indivíduos na sociedade. De acordo com Machado e Guimarães (2014), no cenário mundial, o Brasil é conhecido como um país que viola normas estabelecidas pela Organização de Nações Unidas (ONU) no tratamento dos apenados, sendo alvo de denúncias de organizações de Direitos Humanos internacionais e nacionais. No relatório mundial as críticas são dos tratamentos desumanos e violência exercida dentro das prisões (MACHADO E GUIMARÃES 2014).

Não é possível executar uma política ordenada e eficaz de segurança pública sem cultivar valores e soluções na inclusão social de egressos no sistema prisional. Negar a esse público as condições concretas para o exercício da cidadania, adicionado à perpetuação dos rótulos de criminosos e delinquentes, mesmo após terem cumprido suas sentenças penais, é colaborar para a representação e formas de reproduzir ciclos de violência, de processos de criminalização e vitimização, bem como para o desenvolvimento indefinido de novos presídios, “uma vez que a porta de entrada está aberta, porém, a porta de saída é um labirinto” (COMISSÃO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PRESO, 2013, p. 14).

2.3 Dados do Sistema Penitenciário Brasileiro

De acordo com os dados do DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional (2016) o Estado que concentra a maior população carcerária é São Paulo, com 240 mil detentos. Enquanto o estado de Roraima apresenta a menor população prisional do país, com 2.339 pessoas privadas de liberdade, entre aquelas custodiadas em unidades do sistema prisional e aquelas que se encontram em carceragens de delegacias (DEPEN 2016). Vale levar em consideração que o estado de São Paulo é mais populoso em relação ao estado de Roraima.

É importante mencionar que o perfil dos encarcerados a tempos continua o mesmo: mantém-se a baixa escolaridade, uma referência que identifica essas pessoas como vítimas das mazelas sociais e de pouco investimento na educação antes mesmo de cometerem algum delito. De acordo com os dados do INFOPEN (2016) predomina a população de negros e pardos, sendo 61,7% dos internos, onde que deles 54% não tem ou não completaram o ensino fundamental.

Segundo os dados do DEPEN (2016), ainda que a concentração de jovens persista em todos os estados, destacam-se os casos do Acre, Amazonas, Pará, Espírito Santo, Pernambuco e Sergipe, em que mais de 6 em cada 10 pessoas privadas de liberdade são jovens. Em contrapartida, o Espírito Santo, além de Bahia e Tocantins, está entre os estados que possuem os maiores percentuais de pessoas envolvidas em atividades educacionais, acima da média nacional (DEPEN 2016).

Entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento aumentou em 157% no Brasil. Em 2000 existiam 137 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes. Em junho de 2016, eram 352,6 pessoas presas para cada 100 mil habitantes. Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no Relatório de Reincidência Criminal (2015), dados sobre reincidência criminal no Brasil, ainda são insuficientes e a ausência de dados mais concisos geram falsas informações amplamente divulgadas pela imprensa e políticos entre outros grupos. O relatório feito pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) divulgado em 2008 diz que a taxa de reincidência dos apenados nos presídios federais era entre 70% a 80%, mas é importante ressaltar que “a pesquisa foi baseada em números fornecidos pelos presídios. A conclusão do relatório é que a prisão no Brasil

não tem um papel de prevenção de reincidências e que falha no seu objetivo de ressocializar” (IPEA, 2015).

3 METODOLOGIA

No que tange à metodologia, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de revisão bibliográfica e também como pesquisa de campo, de cunho quantitativo e qualitativo. O estudo de revisão bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2003), é a toda bibliografia pública em relação a determinado tema de estudo, incluindo publicações avulsas, boletins, jornais, revistas e livros. A fonte para o levantamento da bibliografia constituiu-se de artigos publicados em periódicos da área da Psicologia, que abordam o tema em questão. Esses artigos foram localizados a partir da biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, a Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

A abordagem da pesquisa foi qualitativa e quantitativa. Para Minayo (2002), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde aos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Para Mattar (2001), a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Isto significa que ela quantifica os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados. Segundo Malhotra (2001, p.155), “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”. A pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa.

No que se refere à natureza da pesquisa, segundo Gil (2017) pode ser dividida em básica ou aplicada. O presente trabalho foi de natureza básica, em que a pesquisa teve como objetivo abranger conhecimento em uma determinada situação. Desta forma, uma

pesquisa de natureza básica tem como objetivo gerar conhecimentos novos úteis para o progresso de uma determinada ciência sem uma aplicação prática prevista, tal natureza envolve verdades e interesse universais (SILVA E MENEZES, 2005).

Nesse contexto, aplicamos um de um questionário online com 17 perguntas, que atingiu um público de 106 pessoas, que tiveram acesso ao questionário por meio de pedidos nas redes sociais das pesquisadoras, disponível nos meses de agosto e setembro de 2019. Essas pessoas pautaram suas opiniões/visões sobre as representações sociais acerca do apenado. Algumas das falas serão descritas no tópico seguinte para ilustrar nossos resultados (serão descritas da seguinte maneira: E1= questionário 01, E2= questionário 02 e assim sucessivamente).

Após os questionários serem respondidos, todas as respostas foram analisadas e categorizadas de acordo com sua significação. Para Bardin (2011), o termo análise de conteúdo indica: um agrupamento de métodos de análise dos diálogos tendendo a obter, por processos sistemáticos e práticos de definição do teor das mensagens, identificadores (quantitativos ou não) que consintam a indução de informações referentes às categorias de elaboração/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Com base nas respostas e no referencial teórico, obtivemos dados para compreendermos sobre os pensamentos das pessoas em relação ao tema.

Como técnica de averiguação, a análise de conteúdo envolve metodologias especiais para a elaboração de elementos científicos. Pode-se considerá-la como uma única ferramenta, mas caracterizada por uma vasta multiplicidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito amplo, qual seja a comunicação. Em sua vertente qualitativa, parte de uma soma de hipóteses, os quais, na apreciação de um texto, servem de base para captar seu significado simbólico. Este sentido nem sempre é aparente e a sua definição não é única (MORAES, 1999).

Dessa forma, foi possível relacionar o que os autores falavam com as visões das pessoas sobre as penas de morte, penas alternativas, reinserção do apenado na sociedade e entre outros aspectos. Pudemos assim identificar as diferenças das visões do senso comum com o conhecimento científico e assim quantificar os dados para embasar nossa pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização do Público

Nossas entrevistas foram realizadas através de um questionário online com 17 perguntas que atingiu um público de 106 pessoas, como dito anteriormente. Dessas, 75,3% são mulheres e, conseqüentemente, os homens representam 24,7% da amostragem. No que se refere à escolaridade 74,2% possui nível superior, 24,7% nível médio e 1,1% nível fundamental. A faixa etária dos entrevistados foi entre 14 a 60 anos.

4.2 Representações Sociais dos indivíduos sobre o sistema prisional

O teórico Serge Moscovici (2007) ao discorrer sobre Representações Sociais destaca que:

Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagens, porque ela realça e simboliza atos e situações que são e que nos tornam comuns (MOSCOVICI, 2007, p.25).

Houve uma indagação se os nossos entrevistados sabiam o que era uma prisão. Palavras como “punição”, “necessária” e “controle” foram recorrentes. Alguns criticaram as atuais condições daquilo que eles entendem como prisão como na fala do questionário número 32 “(...) o que sei é que a prisão é um lugar basicamente punitivo, que afasta ainda mais quem está lá dentro da sociedade”.

As penitenciárias podem ser compreendidas como instituições de exclusão, conceituada por Fiorelli e Mangini (2015, p. 211) como: “aquelas criadas, mantidas e desenvolvidas para separar, da sociedade, grupos de indivíduos cujos comportamentos manifestos não condizem com as normas predominantes”.

Outras pessoas acreditam que a prisão é uma forma de redenção daqueles indivíduos que cometeram crimes, mas tem a chance de se redimir perante a sociedade, como dito pelo questionário número 78 “lugar onde o indivíduo “pensa” nos seus atos, atos que eles já sabem que são errados, para que se possa redimir em meio à sociedade” (FIORELLI E MANGINI, 2015 p. 211).

Houve respostas como: "isolamento dos indivíduos que desrespeitam as leis e/ou oferecem perigo a sociedade" (E14) e também: "prisão é ato de prender alguém que cometeu um crime e fazer com que ele perca sua liberdade como forma de pagar por esse crime" (E52). Dentro desse contexto, cabe mencionar que o sistema prisional brasileiro possui o propósito de ressocialização e também de punição da criminalidade. Sendo assim, a responsabilidade do Estado é de combater os crimes, isolando o criminoso da sociedade, através da prisão. Dessa forma, o detento deixa de ser uma ameaça para a sociedade, pois é privado de sua liberdade. Sobre este posicionamento, Foucault (2011, p. 79) ensina:

[...] com seus [da prisão] objetivos primeiros: fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, extensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir (FOUCAULT 2011, p. 79).

Diante disso, observa-se que a sociedade considera o preso uma ameaça, tendo o desejo que a prisão seja realmente um lugar de sofrimento e de disciplina e não de aprendizagem, para inserir o apenado novamente dentro do convívio social. Vemos isso na frase dita pelo questionário número 1 “deveria ser um lugar de disciplina e não um “hotel para criminosos””. Dessa forma, segundo Ottoboni (2001, p. 05) “o delinquente é condenado e preso por imposição da sociedade, ao passo que recuperá-lo é um imperativo de ordem moral, do qual ninguém deve se escusar”.

Ao analisarmos o atual cenário do âmbito prisional, torna-se indispensável citar as mudanças que atravessam o cenário social contemporâneo, como por exemplo, o aumento de pessoas em vulnerabilidade social que se encontra em alguma situação de cumprimento de pena, bem como a raça negra.

Conforme podemos discorrer sobre a reflexão relatada acima, verificamos o conhecimento sobre a raça, cor ou etnia da população prisional disponível para 493.145 pessoas (ou 72% da população prisional total). A partir da análise da porção de pessoas para obtenção de elementos acerca da raça, cor ou etnia, verificamos que 64% da população prisional são compostas por pessoas negras. Na população brasileira acima de 18 anos, em 2015, a parcela negra representa 53%, advertindo a predominância deste grupo populacional no sistema prisional (DEPEN, 2016).

Segundo menciona o livro “O Egresso do Sistema Prisional: Do Estigma à Inclusão Social” (2013, p. 14) da Comissão de Formação Teórica e Prática do Preso, podemos verificar as decorrências que intensificam o processo de estigma:

Trata-se (sic) de um público cuja experiência do aprisionamento acumula consequências que agravam o processo de estigmatização e exclusão social. Se para os cidadãos, moradores de periferias, com baixa escolaridade e baixa renda, o acesso a políticas públicas e a oportunidades de ascensão social já são insuficientes e desiguais, em relação ao egresso do sistema prisional, esse contexto de vulnerabilidades é complementado e agravado pelo rótulo de condenado, pela perda da subjetividade, pelo distanciamento dos vínculos familiares e comunitários, pelo atestado de antecedentes criminais e pelo preconceito social que praticamente transforma uma pena temporária de privação de liberdade em pena de perpétua exclusão social (COMISSÃO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PRESO, 2013, p. 14).

Quando abordamos no questionário, a relação entre às penalidades e condenações que prevalecem no contexto atual em que estamos inseridos, podemos analisar algumas respostas que correlacionam questões sociais como a desigualdade, gênero e raça com analogia com as penas do nosso país, conforme podemos observar nas respostas abaixo:

“Que muitas só valem para pessoas negras e pobres. Indivíduos brancos, e de família rica, geralmente tem uma pena mais branda, ou basta pagamento de multa, ou serviço comunitário para serem liberados” (E18).
“Leis isoladas e dissociadas das políticas públicas apresentam um caráter punitivista com viés de raça/classe e gênero” (E36)
“A lei existe, contudo, é parcial e se molda conforme o caso. Não é justa, não cega como deveria ser. “Temos uma população carcerária predominante negra, por crimes como tráfico e pequenos furtos, fruto de desigualdades sociais profundas” (E83)

Podemos identificar através das falas e do Levantamento de Informações Penitenciárias que a taxa de negros nos presídios é maior que a taxa de brancos, e sabemos que a desigualdade racial e a vulnerabilidade social assolam com evidência a população negra até os dias atuais. Mesmo após anos da abolição dos escravos, ainda há de se analisar a possibilidade de que a escravidão não tenha sido extinta, mas maquiada, tamanha lacuna provocada entre as oportunidades proporcionadas aos brancos e aos negros.

4.4 Vida após cumprimento de pena: exclusão ou ressocialização?

Algumas questões elaboradas faziam referência sobre as representações sociais das penas alternativas e ressocialização. As indagações diziam se as pessoas que respondiam o questionário acreditam que os apenados poderiam sofrer algum tipo de estigmatização e exclusão mesmo após ter cumprido sua pena e se os meios de cumprimento das penas alternativas são eficazes.

A palavra estigma no dicionário de acordo com Ferreira (2009, p. 829) possui os seguintes significados: “Estigma. s.m. 1. marca ou cicatriz deixada por ferida 2. sinal natural no corpo 3 fig. o que é considerado indigno; desonra”. Para Goffman, indo ao encontro das definições acima mencionadas (1998, p. 13), “o termo estigma, portanto será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo”.

De acordo com Pozzo e Furini (2010), o conceito de exclusão sempre foi alvo de muita discussão e sua aplicação em estudos científicos tem possibilitado a formulação de quadros valiosos de realidades dessemelhantes, permitindo assim a comparabilidade entre o que é ser e estar excluído identificando todo contexto social e histórico deste processo. Portanto, o conceito de exclusão pode ser definido como “a condição de exclusão” como “a daquele que está ‘sem lugar no mundo’, totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento” (ESCOREL, 1999, p. 18).

Todos os que responderam o questionário disseram que os ex-apenados são excluídos socialmente e sofrem com os estigmas causados por sua condição passada. Tivemos respostas como:

“Certamente. Vivemos em uma sociedade extremamente punitiva, arcaica. Onde pouco se sabe de fato acerca dos infortúnios a que a maior parte da população está submetida. Ao não aceitarmos que um indivíduo retorne, estamos aceitando automaticamente que estes mesmos indivíduos adquiram seus proventos de outros meios, considerados alternativos, para sobrevivência” (E25).

“Com certeza! Uma vez preso, esse indivíduo carrega consigo para sempre esse fardo, sendo sempre julgado pelo restante da sociedade” (E19).

Uma pessoa estigmatizada possui duas identidades: a real e a virtual. Deste modo, uma dada característica pode ser um estigma, especialmente quando há uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1998).

Desta forma, a objetivação que fazem de pessoas que estão ou foram inseridas no sistema prisional é totalmente pautada das estigmatizações, o que gera uma representação estereotipada. Sobre a eficácia das penas alternativas a maioria respondeu que não acredita na eficiência das penas alternativas para ressocialização deste apenado na sociedade. Entretanto, foram poucos fizeram uma justificativa. Tivemos respostas como:

“Nem pensar, falta muito e tudo em nosso Brasil para que tais indivíduos voltem a ser bons cidadãos” (E73).

“Não. É bem raso. Não há um preparo de terreno, não se é preparado o indivíduo que será inserido e nem a sociedade. Ambos, na maioria das vezes sofrem um choque de contato, o que gera atrito em ambas as partes” (E66).

“Não. Penso que seja complicado esse instrumento, visto que a lei deve ser igual para todos, porém não são todos que se comportam ou submetem a lei. Muitos em suas saidinhas de natal, dia dos pais aproveitam para delinquir. São intratáveis e isso, torna a aplicação de penas alternativas um instrumento arriscado” (E9).

Outros, por não saber o que são penas alternativas responderam algo como (E15) *“Não conheço muito sobre penas alternativas”.*

E uma minoria que respondeu “sim”, justifica a questão com ressalva como na (E99) *“Sim, porém devem ser melhores elaborados para uma eficácia mais completa e para ser um meio no qual venha trazer realmente mudança na nossa justiça atual, ainda é um longo caminho a ser trilhado”.*

Dito isto, as respostas de alguns de nossos entrevistados mostram que por não conhecer o que de fato o que são as penas alternativas, conhecimento este que é exclusivo de certo grupo, fazem associação com algo ruim, que não trazem benefícios e geram inseguranças, é um exemplo prático de representação social, um conhecimento científico, uma lei que é absorvida de forma falha pelo senso comum como no questionário 55 “só serve para saidinhas” é reproduzida e categorizada como ruim.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema prisional brasileiro sempre foi alvo de debates e discussões entre especialistas e a sociedade. Trazer uma breve análise partindo da perspectiva da Teoria de Representações Sociais, juntamente com o contexto da atual situação do sistema prisional do Brasil, contribui de forma enriquecedora para esse debate.

Nesta pesquisa observamos que as representações para a maioria dos entrevistados estão pautadas num discurso estigmatizante, de exclusão e punição, mas também de obscurantismo e desconhecimento, como mostrado na TRS, àquilo que é desconhecido geralmente é categorizado como algo ruim. Uma minoria que apresentou uma visão mais humanizada e progressista já mostrava um conhecimento prévio das leis, do

funcionamento do sistema prisional e pautou suas representações em conhecimentos acadêmicos.

Dessa forma, os conhecimentos de representações sociais, ao constituírem semelhanças inseparáveis entre as dimensões objetivas e subjetivas dos acontecimentos sociais, adquirem aspecto e princípios que orientam e induzem condutas, tanto de indivíduos, como de grupos, ou até de instituições públicas ou privadas. Assim, compreender a punição como elemento integrante da realidade social implica necessariamente desvendar o que se pensa sobre ela, ou seja, apreender as suas diversas definições e, desvendar os seus diferentes significados. Através do questionário foi possível refletir sobre os rótulos e características destinadas as pessoas que cometem crimes, bem como o olhar desviante que as pesas possuem desses indivíduos, no qual é possível identificar através da representação social, a rejeição e exclusão dessa categoria por desconhecimento e por não fazer parte do grupo na qual as pessoas estão inseridas.

Deste modo, é pertinente analisar como as representações sociais influenciam no cotidiano da nossa sociedade e como esse elemento se sobressai através de categorias criadas e perpetuadas pela população, criando conceitos e julgamentos que podem causar discriminação e estigmatização de grupos.

A atuação do psicólogo no sistema prisional deve ter um caráter crítico nas garantias de direitos dos apenados e na luta contra o cárcere da forma que é feito atualmente, com uma postura mais humanista (KARAM, 2011). Assim, conhecer as representações sociais é uma forma da psicologia se pôr no meio como um agente de transformação e intervenção, tendo em vista que as ações dos sujeitos são influenciadas pela compreensão cognitiva que estes possuem da realidade.

6 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. Acesso em: 14 nov 2019.

CANAL, Fabiana Davel; MARVILA, Thaís Estevão; PINHEIRO, Izabela Emerich. A Atuação do Psicólogo: uma análise sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais. **Ambiente Acadêmico** / Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo - Faculdade do Espírito Santo – v. 4. n. 1, 2018 – Cachoeiro do Itapemirim: MULTIVIX,

2018. Disponível em <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/revista-ambiente-academico-v04-n01-artigo06.pdf>. Acesso em 11 de nov. 2019.

CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Representação Social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, Ano 6, n. 2, jul. 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11024/8727>. Acesso em 12 nov 2019.

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça**. Cadastro Nacional de Presos, 2018. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cadastro-nacional-de-presos-bnmp-2-0?utm_source=banner. Acesso em 01 de maio de 2019.

COMISSÃO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PRESO. **O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013, 280p. Disponível em: <http://institutoelo.org.br/site/files/publications/6249f589266779f9bd30d6a403db544f.pdf>. Acesso em 11 de nov. 2019.

DEPEN. **Departamento Penitenciário Nacional**. 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/bases-de-dados>. Acesso em: 09 de set de 2019.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. São Paulo: Positivo, 2009.

FIORELLI, J. O.; MANGINI, R. C. **Psicologia Jurídica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório de Reincidência Criminal no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2559. Acesso em: 05 de out de 2019.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2013. https://www.academia.edu/35788389/Psicologia_social_contemporanea_Maria_da_Graca_Correa_Jacques?show_app_store_popup=true. Disponível em 12 nov 2019.

JODELET, D. Representação social: Fenômenos, conceito e teoria. Em: **Psicologia Social** (S. Moscovici, org.). p. 469-494, Barcelona: Paidós, 1985.

KARAM, Maria Lucia. Psicologia e sistema prisional. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178700X2011000200006&lng=pt&nrm=isso. Acesso em 9 jun. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ricc. Acesso em 09 de set de 2019.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em 14 nov 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: Investigações em psicologia social Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/25698906/MOSCOVICI_S_-_Representa%C3%A7%C3%B5es_Sociais. Disponível em 12 set 2019.

NUNES, E. S. N. **Sistema carcerário brasileiro**: A ressocialização do preso na sociedade atual. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA Assis, 2015.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: JACQUES, M. G. C.(Org.). **Psicologia social contemporânea**. Livro-texto. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/35788389/Psicologia_social_contemporanea_Maria_da_Gracia_Correa_Jacques?show_app_store_popup=true. Acesso em 12 set 2019.

OTTOBONI, M. **Ninguém é irrecuperável**. 2. ed. São Paulo: Cidade Nova, 2001.

POZZO, Clayton Ferreira Dal; FURINI, Luciano Antonio. O conceito de exclusão social e sua discussão. **Departamento de Geografia da FCT/UNESP**, Presidente Prudente, n. 10, v.1, janeiro a junho 2010, p 86-92. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/225/claytonn10v1>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, T.; ROSA, M. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN**. Atualização—Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. III. Levantamento Nacional de Informações penitenciárias INFOPEN.

SILVA, Edna Lúcia da.; MENEZES Estera Muszakt. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

VIEIRA, E. B. **A banalização das prisões cautelares**. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143623/000996345.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 out. de 2019.

PRÁTICAS HUMANIZADAS NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: IMPACTOS DA FORMAÇÃO MÉDICA E A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA HOSPITALAR

HUMANIZED PRACTICES IN HEALTH CARE: IMPACTS OF MEDICAL TRAINING AND THE CONTRIBUTION OF HOSPITAL PSYCHOLOGY

Eilane Conceição Ferreira
Janderson Chaves de Oliveira
Luana Gonçalves Moulin¹
Flávia Moreira Oliveira²

RESUMO

O presente artigo objetivou-se analisar os impactos da formação médica na humanização dos pacientes internados, bem como a contribuição da psicologia hospitalar neste processo. Tratou-se de uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, tendo objetivo de pesquisa exploratória. Através de revisão bibliográfica, foi possível concluir que durante a formação médica o estudante pode desenvolver a Síndrome de Burnout, o que o leva à falta de humanização com seus pacientes. Para que a humanização aconteça, as práticas humanizadas devem seguir aos princípios da bioética, sendo eles: autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça. O psicólogo age na articulação de uma visão diferenciada, manejando a equipe multidisciplinar para que haja uma assistência de qualidade para o paciente e sua família, assim promovendo a “recuperação” da humanidade, impedindo que aconteça a despersonalização.

Palavras-Chave: Formação médica; Síndrome de Burnout; Bioética; Humanização; Despersonalização.

ABSTRACT

The present article aimed to analyse the impacts of medical education on the humanization of hospitalized patients, as well as the contribution of hospital psychology in this process. It was a basic research, of qualitative approach, having exploratory research objective. Through a bibliographic review, it was possible to conclude that during the medical education the student may develop the burnout syndrome, which

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora orientadora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

leads to lack of humanization with patients. For the humanization to happen, the humanized practices must follow the principles of bioethics, them being: autonomy, beneficence, non-maleficence and justice. The psychologist acts in the articulation of a different vision, managing the multidisciplinary team so that there is quality care for the patient and the family, thus promoting the “recovery” of humanity, preventing depersonalization from happening.

Keywords: Medical education; Burnout syndrome; Bioethics; Humanization; Depersonalization.

1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo a saúde deixou de ser compreendida apenas como ausência de doença, mas sim como a presença do bem-estar físico, psicológico, social e espiritual. Os serviços prestados à saúde são direito de todas as pessoas, sendo exercidos com integridade, respeito e cuidado.

De acordo com o Código de Ética Médica (CFM, 2018), aprovado pelo Conselho Federal de Medicina, é dever de o médico ter sua atenção centrada na saúde do ser humano, agir com zelo e com o melhor de sua capacidade profissional, contribuindo para a eliminação e controle dos riscos à saúde, buscando sempre o bem-estar do paciente, sendo responsável pelos seus atos, executando-os com diligência, competência e prudência.

Para concretizar de forma plena este dever, considerando o entendimento contemporâneo acerca da saúde, os profissionais da medicina, bem como de toda assistência à saúde, necessitam de uma formação que vise à constituição das competências técnicas necessárias ao exercício profissional, bem como considere a relevância das competências comportamentais, e porque não falar, emocionais que o processo de cuidar exige. Nota-se, no entanto, que a conjunção dessas competências não é tarefa fácil de efetivar ao longo da formação, bem como, com a prática profissional.

Desde as últimas décadas do século passado discute-se no Brasil o tema da humanização em saúde. Efetivamente, no ano de 2003, o Ministério da Saúde instaura a

Política Nacional de Humanização (PNH) (Ministério da Saúde, sem data). O estabelecimento deste tipo de política é um indicativo da necessidade de ações que garantam uma prática profissional alinhada ao pensamento e proposta mais humanizados em saúde.

Este artigo tem por objetivo compreender como o processo de formação médica e a prática da medicina promove adoecimento do profissional, especificamente no que concerne à Síndrome de Burnout, o que dificulta a sua integração a práticas mais humanizadas, interferindo no processo de saúde/doença dos pacientes. Um dos efeitos da Síndrome de Burnout é, não só a sensação de despersonalização vivenciada pelo próprio profissional, mas a despersonalização do paciente. Neste sentido, é compreensível a pressão que muitos profissionais da saúde passam a cada momento, o que gera em si um esgotamento emocional, mas a falta de uma atenção mais humanizada junto aos pacientes pode acarretar um maior sofrimento na vida do mesmo. Para além desta compreensão, é possível vislumbrar práticas interdisciplinares e a atuação diferenciada da equipe de psicologia nos espaços de assistência à saúde como ferramenta relevante para promover a “recuperação” da humanidade (CARLOTTO; PALAZZO, 2005).

A despersonalização surge quando o sujeito não se percebe ou não é notado como um ser humano que possui suas personalidades. No contexto da humanização voltada à assistência, ela se manifesta na consideração do paciente exclusivamente como um usuário que necessita de reparos médicos ou uma máquina à espera de conserto (CARLOTTO; PALAZZO, 2005; MORETO; BLASCO, 2013). Essa visão médica “negligente”, para os parâmetros propostos pela humanização, pode acarretar danos ao paciente e até piorar o seu quadro clínico, tendo em vista que através de um tratamento digno é possível obter uma maior adesão do paciente ao tratamento, bem como melhor recuperação.

Na formação acadêmica, os estudantes de medicina aprendem acerca do físico, do biológico e ao passar dos anos, seu trabalho se torna algo tão mecânico que esquecem que o ser humano é muito mais do que apenas sua fisiologia, mas que possui suas singularidades, que devem ser levadas em consideração (MORETO; BLASCO, 2013).

A introdução de reflexões éticas ainda na formação acadêmica mostra-se relevante para a mudança desse perfil. Especificamente, a discussão dos temas propostos pela bioética é fundamental para a formação de um profissional que, além de atender às exigências atuais da profissão deve construir uma atuação mais humana (AMORE; DIAS; TOLEDO, 2018).

A rotina profissional também insere o médico em um contexto multiprofissional e interdisciplinar, assim, abre-se a possibilidade de incentivo e construção de uma visão e práticas diferenciadas e que instiguem a análise e prática sobre cada caso sob outros parâmetros. O contexto hospitalar é bastante exemplificativo, nele tem nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros entre outros profissionais que, a partir da singularidade de suas visões sobre o paciente, passam a contribuir com o cuidado e com a transformação da abordagem de cada profissional envolvido (MATOS; PIRES, 2009).

No presente estudo, destacamos a presença do psicólogo como profissional articulador de saberes e visões que dentro do âmbito hospitalar vem para trabalhar os sentimentos dos pacientes que são, por vezes, desconsiderados pela equipe médica durante o tratamento. Sendo assim, o psicólogo, tendo conhecimento sobre a subjetividade humana, irá exercer um papel essencial nesse ambiente de trabalho promovendo ações que possam transformar o olhar mecanicista do profissional de medicina em um olhar que tange os princípios da bioética, sendo eles, autonomia, beneficência, não má eficiência e justiça (LIGIERA, 2005).

2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, que tem como foco obter mais conhecimento acerca do assunto abordado, sendo ela um procedimento de base teórica e tendo como direcionamento o levantamento bibliográfico de informações sobre o tema. Seu intuito é explorar o conteúdo abordado por outras obras, proporcionando maior informação e familiaridade com o tema. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio do mapeamento de livros, revistas e artigos científicos em bases de dados científicas, e sua posterior análise e consolidação (GIL, 2002; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os descritores priorizados para o mapeamento do material de estudo foram: formação médica, humanização, Síndrome de Burnout e bioética. Esses descritores permitiram o estudo de obras já publicadas, proporcionando a obtenção de um maior conhecimento sobre a área de trabalho hospitalar, bem como o processo de despersonalização do paciente, provocados pela Síndrome de Burnout, reflexões sobre o olhar médico, quando este foge ao olhar proposto pelos princípios da bioética, e também o papel de articulador que o psicólogo exerce no âmbito hospitalar.

3 BASES PARA UMA PRÁTICA MAIS HUMANA EM SAÚDE

Todas as pessoas dispõem do direito à prestação de serviços de saúde e bem-estar, bem como receber um tratamento adequado e humano. No que diz respeito à menor atitude oferecida até a maior realizada durante esses procedimentos de cuidados à saúde, o paciente necessita ser respeitado e tratado com toda dignidade que lhe é devida (TERRAZAS et al., 2018).

Pautado nesse direito, foi implantado no ano de 1988, o Sistema Único de Saúde, o qual possui como uma de suas diretrizes, o cuidado humanizado, que se refere à realização de uma assistência adequada e digna, além da promoção e prevenção de saúde, e a qualificação e capacitação dos profissionais de saúde para lidar de forma eficaz e eficiente com os pacientes. Porém, essas responsabilidades não são realizadas com a real importância em que se deveria. Além disso, ensejam desafios que permeiam discussões éticas, a formação profissional e a instauração de práticas efetivamente interdisciplinares na área da saúde (MATTOS, 2009).

3.1 A Bioética e Seus Princípios Fundamentais

Ligiera (2005, p. 3) fala que “a bioética é muito mais do que a ética do médico, ou mesmo do profissional de saúde ou do cientista; é a ética da vida humana conseqüentemente, a ética de toda a sociedade”. Na atualidade, portanto, pensar a atuação em saúde é refletir sobre a aplicação da bioética a casos concretos e uma das vias de aplicação dá-se pela concepção principialista da bioética.

O Relatório de Belmont (HHS, 1979) serviu como base para a criação de três princípios éticos básicos, que deveriam nortear a pesquisa biomédica e comportamental com seres humanos, quais sejam: o princípio do respeito às pessoas (autonomia); o princípio da beneficência; e o princípio da justiça. Posteriormente, Beuachamp e Childress (apud LIGIERA, 2005, p. 13), “retrabalharam os três princípios em quatro, distinguindo beneficência e não maleficência”.

O princípio da beneficência revela que a verdadeira beneficência se aplica em fazer o bem ao paciente além do ponto de vista do médico, incluindo o que o próprio paciente considera bom para si mesmo, enquanto o princípio da não-maleficência institui a obrigação de não causar dano intencionalmente. O princípio da autonomia indica que os indivíduos deveriam ser tratados como entes autônomos, ou seja, capazes de deliberarem sobre seus próprios objetivos pessoais, e também, que indivíduos cuja autonomia está diminuída, devem receber proteção. Autonomia, sendo então, a capacidade de agir com conhecimento de causa e sem influências externas. O princípio da justiça pode ser interpretado a partir da visão da justiça distributiva, que busca dividir os recursos de forma igual entre todos aqueles que estejam em condições semelhantes (LIGIERA, 2005).

Para Mota, Martins e Vêras (2006), a humanização parte do princípio de que é necessário considerar os valores de referência de cada paciente, procurando ao máximo as potencialidades de funcionamento, fisiológicas e mentais, para que assim o paciente continue a viver como ser humano. Os autores apontam que:

[...] a humanização hospitalar tem como principal característica o cuidado do ser humano doente e a promoção da sua saúde entendida como bem-estar completo, isto é, físico, mental, social e espiritual, e terá como uma das suas prioridades a beneficência, que representa fazer o bem ao doente internado (MOTA, MARTINS E VÉRAS, 2006, p. 327).

Partindo de tais afirmações, além do princípio da beneficência – já explicitado pelos autores –, podemos ver claramente a atuação de dois princípios da bioética: a autonomia e a justiça. A autonomia do paciente possibilita que ele participe de decisões acerca de seu tratamento, assim como questões sobre o ambiente em que irá ficar durante sua internação, como e quando irá dormir e também o que irá comer. Desta forma, o paciente consegue se enxergar como sujeito ativo, diminuindo a possibilidade de sofrer a despersonalização. A justiça dita que a igualdade e direitos fundamentais

devem ser respeitados no hospital, e para isso, se faz necessário estabelecer um padrão de atendimentos para todos, com normas que requerem que todos sejam tratados sem distinção e que a dignidade fundamental do ser humano seja respeitada (MOTA, MARTINS E VÉRAS, 2006).

3.2 Formação Profissional, Síndrome de Burnout e Despersonalização

Atualmente a sociedade se contextualiza por uma individualidade bem presente em todas as áreas da vida humana. Em decorrência disso, ocorrem em maior profundidade a exaustão e a ausência de empatia nos serviços prestados às pessoas na área da saúde (ROMANO, 1999).

No contexto da saúde os pacientes possuem medo e encontram dificuldades por se sentirem inseguros e angustiados em relação ao tratamento recebido e por não adquirem um maior apoio da equipe médica durante a sua hospitalização, fato este que por fim acaba afetando então a relação do médico com o paciente. Essas emoções causadas por esse processo agravam em grande escala o nível do esgotamento emocional na vida do profissional, favorecendo a origem da Síndrome de Burnout (CARLOTTO; PALAZZO, 2005).

Amore, Dias e Toledo (2018), apontam que a Síndrome de Burnout ou o esgotamento emocional, apresenta seu início devido à sobrecarga de tarefas e as responsabilidades exigidas da prática desde quando o médico ainda era aluno em formação acadêmica, gerando a pressão, estresse e perda da qualidade de vida. A exaustão emocional e a falta de humanização são fatores crescentes à medida que se aproxima do final do curso. Moreto e Blasco (2013) explicam que durante a formação, o aluno recebe em grande quantidade as informações científicas necessárias para sua educação, enquanto as questões relacionadas à perspectiva do paciente, como eles vivenciam esse processo de adocimento e a importância da relação médico-paciente são deixadas à parte.

Pode-se compreender que esses processos acometem os estudantes de medicina e resultam em modificações de comportamentos no decorrer da sua formação. Essas

modificações funcionam como um mecanismo de defesa³, os médicos optam pelo afastamento, por não criar vínculos com os pacientes para não sofrerem com as dificuldades relacionadas à assistência do paciente e com a convivência da doença em questão. O desenvolvimento da empatia é dificultado pela ausência de atenção desse fator nos cursos de graduação (AMORE; DIAS; TOLEDO, 2018).

[...] a empatia era vista por Rogers não apenas como uma resposta reflexa ao comportamento do outro, mas também como uma habilidade aprendida/desenvolvida que envolve o estabelecimento de vínculos cognitivo-afetivos entre duas ou mais pessoas, durante os quais alguém se permite, deliberadamente, sensibilizar-se e envolver-se com a vida privada de outros (ROGERS, 1985/2001b apud SAMPAIO, CAMINO e ROAZZI, 2009, p. 214).

Sampaio, Camino e Roazzi (2009), complementam dizendo que a empatia é uma habilidade na qual as pessoas tendem a compreender umas às outras, bem como sentir e perceber o que se passa com os outros como se estivessem vivenciando propriamente as experiências alheias.

Moreto e Blasco (2013) relatam sobre a diferença entre simpatia e empatia, levando em consideração um médico simpático e um médico empático. Segundo os autores, o médico simpático relaciona atributos afetivos e emocionais com um intenso sentimento estimulados pelo sofrimento do paciente, podendo ser persuadido pela própria emoção e interferindo no tratamento. Enquanto isso, o médico empático, partilha da compreensão dos sentimentos e sofrimento do paciente, não compartilhando as emoções, mas compreendendo suas experiências vivenciadas, tornando a empatia um aspecto fundamental na atuação médica.

Conforme relatam Moreto e Blasco (2013), tendo em vista esse fenômeno, pode-se perceber que ao passar do tempo, a própria formação acarreta e favorece a ausência da humanização na prática exercida pelos profissionais dessa área, como um escape para o sofrimento. A empatia decresce em grande quantidade ao longo da graduação e se possui certa dificuldade de ser ensinada, no entanto pode ser passada aos alunos por meio de outros métodos educacionais, despertando atitudes e valores nos estudantes através de habilidades pedagógicas distintas.

³ Freud postulou “mecanismos de defesa” como uma proteção do ego que evita lidar diretamente com demandas instintivas do id. Ex: sentimentos e experiências que o sujeito internalizou como aflitivo (FEIST; FEIST; ROBERT, 2015).

Amore, Dias e Toledo (2018) ressaltam que algumas intervenções na formação acadêmica dos alunos de medicina, adotadas e desenvolvidas pela própria instituição de ensino, podem contribuir para o desenvolvimento e manutenção da prática mais humanizada nos futuros profissionais, abrangendo alterações curriculares com a inclusão de novas disciplinas específicas, atividades lúdicas, atuação em contextos culturais diversos, além de intercâmbio e programas de extensão.

Aparentemente, neste caso, a perda da empatia apresenta-se como uma estratégia disfuncional dos mecanismos de defesa utilizados pelo profissional – disfuncional, ao menos sob a ótica da construção de uma prática humanizada. O profissional que desenvolve a Síndrome de Burnout ausenta-se do investimento no ambiente de trabalho, causado pelo estresse. Devido a essa ausência, ele consecutivamente perde a afetividade e a sensibilidade ao se relacionar com as pessoas que compõe esse ambiente, tornando-se indiferente às emoções dos outros ao seu redor e incapaz de lidar com o sofrimento alheio. Essa situação de esgotamento pode afetar muitos profissionais que estão em acesso direto e constante com pessoas, trazendo resultados negativos para o profissional e a organização em que trabalha (ABREU et al., 2002).

Neste contexto, pode-se ainda dizer que é vivenciada uma pressão rotineira pelos profissionais de diversas áreas da saúde, originando uma tensão emocional derivada dos profundos e intensos processos que envolvem o seu ambiente de trabalho e o relacionamento intenso com pessoas. As fortes emoções e experiências presenciadas por esses profissionais acabam por gerar um esgotamento e estresse emocional muito profundo, podendo também ter relação com a sua satisfação no trabalho (DIAS; QUEIRÓS; CARLOTTO, 2010).

A pressão advinda destes processos de adoecimento pode provocar impactos significativos na vida do profissional e consecutivamente, no paciente hospitalizado, haja vista que o tratamento humanizado se refere ao cuidado, reconhecimento dos direitos e diferenças que o sujeito traz em si, assim como respeito à sua subjetividade. Os autores ainda mencionam o individualismo presente na sociedade em que vivemos, e como é notória a indiferença com o outro, alcançando também a prática médica (AMORE; DIAS; TOLEDO, 2018).

É necessário que o médico não tome conhecimento somente da patologia que cerca o ser humano adoecido e hospitalizado, mas que também compreenda esse ser de uma forma mais empática e humanizada, entre outras habilidades que se tornam possíveis de serem desenvolvidas, tornando melhor a assistência oferecida e evitando assim o processo de despersonalização do paciente (MORETO; BLASCO, 2013).

O processo de despersonalização está relacionado à Síndrome de Burnout, pois provoca a diminuição da empatia, a exaustão emocional da equipe médica, a falta de realização profissional e o esgotamento, assim o profissional acaba por desenvolver uma apatia, gerando o tratamento desumanizado com os seus pacientes e os familiares, bem como muitas vezes até mesmo com os seus colegas de trabalho em que divide o mesmo ambiente (CARLOTTO; PALAZZO, 2005).

Afinal, a própria hospitalização pode acarretar, na maioria das vezes, um processo de despersonalização no paciente, onde ele, que se encontra internado para seu respectivo tratamento, perde a sua identidade, ou seja, perde o nome como é chamado comumente e passa a ser tratado pela equipe da instituição hospitalar em que se encontra como a patologia diagnosticada ou até mesmo como o número do leito onde está repousado. E, ao mesmo tempo em que o processo de despersonalização está ocorrendo, o paciente ainda passará pelo processo de invasão, onde qualquer e toda ação que se julga comum dentro dos hospitais, como as injeções, a procura de veias para administrar medicamentos intravenosos, medição de glicose, e até mesmo a chegada das refeições, aferição de pressão passam a ser altamente incômodos e perturbadores na vida daquele paciente (ANGERAMI-CAMON, 2003).

3.3 Ações Para Humanização

Ao se encontrar hospitalizado, o paciente pode se sentir desconfortável e angustiado com a realidade experimentada por ele, percebendo-se impelido a enfrentar situações pouco agradáveis devido ao seu adoecimento e a hospitalização. Santos, Miranda e Nogueira (2016, p. 27) declaram que o paciente pode chegar a se sentir “como um objeto nas mãos do médico”, tendo em vista que o médico está ali apenas para avaliar a sua situação e ajudar a reparar aquilo que está disfuncional no organismo da pessoa.

Por se sentir como um objeto, as adaptações que são necessárias no processo de hospitalização não são uma tarefa fácil de cumprir, afinal é um acontecimento que foge à rotina do indivíduo: a invasão de sua privacidade acontece a todo instante, a possibilidade de uma intervenção cirúrgica ou a administração de uma medicação traz consigo o medo da incapacidade ou até mesmo da morte (CAMPOS, 1995).

O paciente se depara de modo significativo com a sua limitação, a sua dependência e sua impotência, podendo ser levado ao esgotamento ou a um processo de crescimento pessoal, bem como à luta contra a doença para se alcançar o reequilíbrio (CAMPOS, 1995).

Nesse sentido, o tratamento humanizado na assistência médica pode ajudar no enfrentamento da doença ao ser realizado através de estratégias que valorizem a melhora e o bem-estar do paciente, junto à forma que ele vivencia o momento em que se encontra. Podem ser desempenhados a comunicação e afeto, transmitindo o sentimento de que o paciente está sendo escutado, cuidado, compreendido e acolhido pelos profissionais que o cercam, cessando então possíveis problemas que poderiam ser desenvolvidos pela falta de humanismo, tais como o processo de despersonalização e o sentimento de invasão. O acolhimento adequado e empático à família também se faz fundamental na assistência médica (SILVA et al., 2018).

Vale ressaltar que independente da condição social, intelectual ou psicológica, se o paciente apresenta lucidez ao apreciar os serviços relacionados à saúde, quando se trata do conceito de humanização, ele deve ter a oportunidade de tomar decisões quanto à condução do seu respectivo tratamento. Na prática, isso significa restituir a sua individualidade, identidade e principalmente a sua autonomia (FORTES; MARTINS, 2000).

Nesse contexto a autonomia se refere à tomada de decisão, que é a capacidade do indivíduo em deliberar ou decidir entre as opções que lhe são ofertadas, ou seja, ao ofertar os serviços de saúde é necessário que o indivíduo que o recebe esteja informado a cerca de sua situação atual e de quais procedimentos ele pode optar em receber, pois o atendimento humanizado defende o direito à informação do usuário. A cerca disso, é importante que médicos, enfermeiros e todos que ofertam o serviço de saúde estejam

côncios de quem deve esclarecer ao usuário sobre as questões do seu estado atual, dando a ele o poder de decisão sobre os próximos passos do seu respectivo tratamento (FORTES; MARTINS, 2000).

O Relatório de Belmont (HHS, 1979) destaca que o princípio da autonomia pode ser separado em dois requisitos morais: reconhecer a autonomia e proteger aqueles com autonomia reduzida. De tal modo, deve-se respeitar que a pessoa é capaz de deliberar opiniões e agir de acordo com tais deliberações, e considerar as escolhas e opiniões do paciente, salvo aqueles que possuem alguma condição que o incapacite de exercer sua autonomia, como deficiência mental, doenças ou circunstâncias que possam restringir sua liberdade.

Sendo assim, a humanização do atendimento respeita as necessidades do paciente e pode também humanizar as condições de trabalho da equipe multidisciplinar do hospital. Ao seguir a ideia de humanizar o atendimento do profissional da saúde, se coloca em questão a forma como se procura atender as angústias do paciente sem agir de modo padronizado, afinal é necessária certa integração dos atendimentos prestados pela equipe multidisciplinar e o paciente que recebe os cuidados. Nesse caso, o profissional de psicologia, que faz parte da equipe multidisciplinar do hospital, pode intervir como um mediador, procurando sempre levar a compreensão relacional entre os profissionais que oferecem os cuidados e o paciente que recebe os cuidados prestados (CAMPOS, 1995).

Humanizar parte do preceito de que se deve particularizar e atender a cada necessidade individual dos pacientes, o que não tem a ver, necessariamente, somente com a qualidade com que se é prestado o serviço hospitalar, mas sim de como esse mesmo serviço é oferecido, se é de forma padronizada para todos ou se é considerada cada individualidade para determinar uma ação. A humanização dos serviços prestados pela equipe multidisciplinar da instituição hospitalar, além de ser obrigação do ponto de vista ético é também uma exigência de quem consome o serviço, no caso o paciente (ROMANO, 1999).

Sendo assim humanizar é reconhecer a natureza humana, é agir de acordo com diretrizes éticas e também manter uma conduta profissional que seja extremamente condizente com os valores humanos. Além disso, o processo de humanização da equipe

multidisciplinar permite evocar valores que se julgam humanitários para um bom atendimento clínico, tais como o respeito, compaixão, solidariedade, empatia e a bondade (RIOS, 2009). Rego, Gomes e Siqueira Batista (2008) salientam que o ponto de vista de reconhecimento do outro e do incentivo ao diálogo como algo imprescindíveis ao processo de humanização atribui centralidade aos processos de formação ética e moral.

Segundo Deslandes (2004), o Programa Nacional de Humanização atribuiu os seguintes significados à humanização: 1) humanização como oposição à violência, seja ela física psicológica ou simbólica, sendo expressas nos maus tratos e na dor de não ter a compreensão de suas expectativas e demandas subjetivas; 2) a capacidade de oferecer serviços de qualidade, articulando o bom relacionamento com os avanços tecnológicos; 3) humanização como melhoria das condições de trabalho do cuidador, considerando necessária a tarefa de cuidar dos profissionais de saúde para constituir equipes de trabalho saudáveis, e; 4) humanização como ampliação do processo comunicacional, pois é vista uma deficiência do diálogo e do processo comunicacional entre toda a equipe de trabalho, que repercute de forma negativa no serviço prestado.

Deste modo a humanização, que é resultado das ações desenvolvidas pelo psicólogo junto à equipe interdisciplinar, vem para ligar os serviços, os tornando integrados às necessidades do paciente, melhorando a comunicação entre os profissionais e impedindo que os ruídos na comunicação aconteçam e, como consequência disso, o serviço prestado será de qualidade e irá prevenir futuros maus tratos e negligências em relação às necessidades emocionais e físicas do paciente (DESLANDES, 2004).

3.4 A Contribuição do Psicólogo Para a Humanização e Ações Interdisciplinares

Segundo Santos, Miranda e Nogueira (2016, p. 26), “o papel do psicólogo hospitalar é definido de acordo com o espaço em que está inserido, ou seja, o hospital em geral.” O seu trabalho no ambiente hospitalar vai ser atribuído mediante as necessidades evidentes que envolvem a área em que ele se insere e se torna indispensável, contribuindo para o bom funcionamento da equipe multidisciplinar e de todo o hospital, bem como o seu dever como profissional neste ambiente.

O psicólogo vai auxiliar no acolhimento prestado ao paciente hospitalizado e garantir que ele possua uma assistência psicológica, assim como uma escuta e observação diferenciadas no que concerne os processos de hospitalização e adoecimento; irá promover a análise da forma em que este paciente absorve e processa as dificuldades encontradas, além de compreender como o modo que ele enfrenta esse momento pode influenciar na sua recuperação e na sua vida em geral, atuando para a manutenção da qualidade de vida e da sua estabilidade emocional (SILVA et al., 2018).

Como relata Santos, Miranda e Nogueira (2016), ao se deparar adoecido e hospitalizado, o paciente pode enfrentar problemas psicológicos originados por essas circunstâncias, além de situações conflituosas e inesperadas que influenciam emocionalmente o paciente e impactam na recuperação de seu estado de saúde. O psicólogo hospitalar não vai atuar na causa do adoecimento do paciente, mas vai realizar uma escuta terapêutica, que visa o auxílio na manutenção e recuperação do equilíbrio do mesmo e da sua família, que foram acometidos devido à doença.

O psicólogo na área da saúde não vai atuar somente com o paciente e seus familiares, porém de uma forma mais dinâmica, em unidade com outros profissionais envolvidos, colaborando na construção de conhecimento e contribuindo para que o trabalho interdisciplinar seja aperfeiçoado e humanizado, sendo realizado da melhor forma possível (SILVA, 2012). Permite construir laços e compreender que o sujeito traz consigo sua história de vida e suas especificidades, onde se faz necessário obter um olhar diferenciado na assistência ao paciente, bem como nas relações estabelecidas entre os próprios profissionais e a instituição em que estão inseridos (MOTA; MARTINS; VÉRAS, 2006).

A prática da psicologia hospitalar é importante, pois através dela se alcança o entendimento das representações do indivíduo e como ele assimila o processo saúde/doença, bem como as relações por ele estabelecidas. Essa compreensão exerce um valor demasiado no tratamento, tendo em vista que o psicólogo poderá intervir para o aperfeiçoamento de técnicas na relação dos profissionais com o paciente e do paciente com a família. Logo, a relevância do saber psicológico alcança o paciente, os familiares e os profissionais da equipe interdisciplinar, contribuindo para uma assistência humana e satisfatória (ALMEIDA; MALAGRIS, 2011).

É de total relevância enfatizar o trabalho em equipe realizado de forma interdisciplinar, pois é necessário o trabalho em conjunto entre os diversos profissionais que compõe a área da saúde. Para um melhor cuidado com o paciente, apenas um profissional em ação é insuficiente, uma vez que demanda um trabalho minucioso e delicado que traz à tona muitos fatores envolvidos no tratamento, tornando indispensável à abrangência de outros profissionais específicos (MATOS; PIRES, 2009).

Segundo Vilela e Mendes (2003), a interdisciplinaridade abrange um novo meio de desenvolver o conhecimento entre as disciplinas e o compartilhamento do saber exercido por cada uma delas, possibilitando assim, a integração destes e uma prática diferenciada. Por meio da interação entre si, os campos disciplinares passam a estabelecer uma relação de dependência e constituem um novo saber, no qual permite que alcancem o seu objetivo final.

Essa união de diversos fragmentos ocasiona um complemento fundamental na produção do novo saber. O trabalho interdisciplinar processa-se mediante uma união conceitual dos procedimentos e estruturas em que as capacidades das disciplinas são extraídas e aumentadas. Sendo assim, a saúde é uma das áreas que possui uma necessidade direta desse método de trabalho (VILELA; MENDES, 2003).

Falar da equipe multiprofissional têm se tornado imprescindível, pois é por meio da atuação interdisciplinar que se torna possível alcançar uma assistência apropriada e um cuidado especializado voltado para a humanização. Contudo, é fundamental refletir sobre a integração desses variados profissionais e a sua importância na saúde, construindo novos meios de atuação (MATOS; PIRES, 2009).

Devido a ser um método novo de atuação, a interdisciplinaridade é pouco vista e desconhecida para muitos, até mesmo em campos de atuação no qual a sua presença faz-se necessária. Para consumir sua prática, compreende-se a precisão de romper com as dificuldades encontradas pelo caminho, tanto dos profissionais, quanto do local em que atuam. O hospital corresponde a um campo que se torna fundamental a assistência de uma equipe interdisciplinar para desempenhar com estabilidade as necessidades emergentes (SALVIANO et al., 2017).

As ações da equipe multidisciplinar não se restringem apenas ao atendimento do adoecido, mas também na construção de conhecimento e informações voltadas para outros usuários, o que se torna importante na prevenção de doenças e no esclarecimento de dúvidas. O método de ação da equipe interdisciplinar promove a saúde e a autonomia dos pacientes/usuários, pois viabiliza a educação na saúde, tornando-os responsáveis com o aprendizado recebido (SALVIANO et al., 2017).

Embora seja um trabalho complexo, o desenvolvimento de práticas voltadas às ações que possibilitam a humanização nas políticas de saúde, tem se tornado de grande valia e contribuído com mudanças significativas na área da saúde (MOTA; MARTINS; VÉRAS, 2006).

Através disso, as práticas humanizadas na assistência interdisciplinar, proporcionam uma amenização nos sentimentos desgastantes, sejam físicos ou emocionais, que são causados pela hospitalização (SALVIANO et al., 2017). A atuação interdisciplinar compõe um trabalho que amplia a qualidade do cuidado com o paciente para além do olhar médico, tornando-o mais humano. Essa atuação tende a englobar ações que compõe o processo de humanização, como por exemplo, visitas em conjunto ao paciente, reuniões e estudos, atenção dedicada a familiares, entre diversos meios de aprimorar esse desempenho de troca e cooperação que visa o bem do paciente (MATOS; PIRES, 2009).

Com as funções exercidas, pode-se obter uma visão integral do paciente e responder as demandas emergentes que necessitam da assistência de todos os profissionais da área (SALVIANO et al., 2017). Com isso, as práticas interdisciplinares contribuem para uma melhor assistência e acolhimento, exercendo a solidariedade. Através dos estudos e reuniões, a equipe pode obter levantamentos de informações e direcionamento, ouvir novas ideias e formas de atuação que também colaboram para a aprendizagem de todos, bem como o planejamento de suas intervenções. Dessa forma, a visão das necessidades do paciente, através do olhar humanizado, se torna mais completa e o próprio paciente e sua família participam de forma ativa no tratamento (MATOS; PIRES, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa revisão podemos concluir que a desumanização dos pacientes tem origens ainda na formação médica, na qual, ao passar pelas grandes dificuldades e pressões, os estudantes estão sujeitos a desenvolver a Síndrome de Burnout. A falta de humanização está ligada ao descumprimento dos princípios da bioética, principalmente o da justiça e o da autonomia. É necessário que o médico compreenda o paciente como indivíduo que possui suas particularidades e capacidade de ter opiniões sobre seu tratamento para que o processo de hospitalização seja o menos invasivo possível.

A hospitalização não é um processo fácil, e quando acompanhado do processo de despersonalização poderá definir a posição do paciente frente a sua situação de saúde atual. As invasões sofridas por procedimentos hospitalares e a falta de motivação por parte do paciente, pode promover um não enfrentamento da doença. Desenvolver práticas humanizadas possibilita que esse paciente tenha plena consciência do seu estado, dando-lhe novamente o poder sobre as decisões que se referem ao seu próprio corpo. A partir disso, entende-se que humanizar o atendimento é devolver a autonomia a quem está sendo cuidado e também é agir de forma ética, reconhecendo a natureza humana com conduta profissional que condiz com os valores humanos.

Sendo assim, para contribuir com a assistência humanizada, o psicólogo hospitalar se torna um grande articulador e facilitador dessa visão diferenciada, manejando a equipe em prol da assistência de qualidade, no qual o paciente é digno de receber. A sua atuação realiza-se em conjunto com os outros profissionais da saúde, o paciente e sua família.

Compreendemos que um tema com a relevância e impacto para a prática, tal como o que propomos não se esgota com a revisão bibliográfica que realizamos, este foi um pontapé inicial para futuros estudos. É importante ponderar que as discussões acerca deste referido tema não se encerram nesta revisão, explorar a formação das equipes de enfermagem, técnicos em enfermagem, fisioterapeutas e as demais equipes da instituição hospitalar é estimular as práticas humanizadas em todas elas.

5 REFERÊNCIAS

- ABREU, Klayne. et al. Estresse ocupacional e Síndrome de Burnout no exercício profissional da psicologia. Brasília. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 22, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200004>. Acesso em: 10 de junho de 2019.
- ALMEIDA, Raquel Ayres de; MALAGRIS, Lucia Emmanoel. A prática da psicologia da saúde. Rio de Janeiro, **Rev. SBPH**, v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012> Acesso em: 30 de outubro de 2019.
- AMORE, Edson Dell; DIAS, Ruth Borges; TOLEDO, Antônio Carlos de Castro. Ações para a Retomada do Ensino da Humanização nas escolas de Medicina. Brasília, **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 4, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022018000400014&lang=pt>. Acesso em: 05 de junho de 2019.
- ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. O Psicólogo Hospitalar. In: ANGERAMI-CAMON et al. **Psicologia Hospitalar: Teoria e prática**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, cap.1, p 15-28, 2003.
- CFM - CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica**. Resolução CFM nº 2.217/2018. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2217>>. Acesso em: 27 de março de 2019.
- CARLOTTO, Mary Sandra; PALAZZO, Lílian dos Santos. **Síndrome de Burnout e fatores associados**: um estudo epidemiológico com professores. Universidade Luterana do Brasil: Canoas, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2006000500014&script=sci_arttext&lng=en>. Acesso em: 28 de maio de 2019.
- CAMPOS, Terezinha Calil Padis. **Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais**. São Paulo: EPU, 1995.
- DESLANDES, Suely Ferreira. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 7-14, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de outubro de 2019.
- DIAS, Sofia; QUEIRÓS, Cristina; CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout e fatores associados em profissionais da área da saúde: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. **Aletheia**, n. 32, Canoas, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000200002>. Acesso em: 27 de maio de 2019.
- FEIST Jess; FEIST, Gregory; ROBERT, Tomi-Ann. Freud: Psicanálise. In:_____. **Teorias da Personalidade**. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015, cap. 2, p. 12-44.

FORTES, Paulo Antônio de Carvalho; MARTINS, Cleide de Lavieri. A ética, a humanização e a saúde da família. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 53, n. spe, p. 31-33, Dec. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672000000700005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de setembro de 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. In: _____. **Como classificar as pesquisas?** São Paulo: Editora Atlas, 4. ed. Cap. 4, p. 41-57, 2002.

HHS - NATIONAL COMMISSION FOR THE PROTECTION OF HUMAN SUBJECTS OF BIOMEDICAL AND BEHAVIORAL RESEARCH. **The Belmont Report. Ethical Principles and Guidelines for the Protection of Human Subjects of Research.** USA, relatório técnico, 1979. Disponível em <<https://www.hhs.gov/ohrp/regulations-and-policy/belmont-report/read-the-belmont-report/index.html>>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

LIGIERA, Wilson Ricardo. Os princípios da bioética e os limites da atuação médica. **Revista Ibero-Americana de Direito Público.** Rio de Janeiro (Coord. MARTINS, I.G.S.), ano 5, n. 20, p.410-27, 4º trim., 2005. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/11107837/artigo-principios-da-bioetica>>. Acesso em: 01 de setembro de 2019.

MATOS, Eliane; PIRES, Denise Elvira Pires de. Práticas de cuidado na perspectiva interdisciplinar: um caminho promissor. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 338-346, junho de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072009000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.

MATTOS, Ruben Araujo de. Princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a humanização das práticas de saúde. **Interface: Botucatu**, v. 13, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000500028>. Acesso em: 27 maio de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. “**Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS**”. Sem data. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/politica-nacional-de-saude-bucal/sobre-o-programa/693-acoes-e-programas/40038-humanizasus>>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

MORETO, Graziela; BLASCO, Plabo G. **A erosão da empatia nos estudantes de Medicina:** um desafio educacional. Editora Moreira Jr. 2013. Disponível em: <http://sobramfa.com.br/wp-content/uploads/2014/10/2013_jan_-A_erosao_da_empatia_nos_estudantes.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

MOTA, Roberta Araújo; MARTINS, Cileide Guedes de Melo; VERAS, Renata Meira. Papel dos profissionais de saúde na política de humanização hospitalar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 323-330, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. In: _____. **Pesquisa Científica**. Novo Hamburgo: Feevale, 2ª edição, cap. 3, p. 41-118, 2013.

REGO, Sergio; GOMES, Andréia Patrícia; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. Bioética e humanização como temas transversais na formação médica. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 482-491, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022008000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 de outubro de 2019.

RIOS, Izabel Cristina. Humanização: a essência da ação técnica e ética nas práticas de saúde. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 253-261, junho 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022009000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

ROMANO, Bellkiss Wilma. **Princípios para a Prática da Psicologia Clínica em Hospitais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SALVIANO et al. Atuação interdisciplinar em um serviço hospitalar de urgência e emergência pediátrica. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**. v. 15, n. 2, 2017. ISSN: 37-7160. Disponível em: <<https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/4>>. Acesso em: 17 de setembro de 2019.

SAMPAIO, Leonardo Rodrigues; CAMINO, Cleonice Pereira dos Santos; ROAZZI, Antônio. Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 212-227, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

SANTOS, Liliâne Cristina; MIRANDA, Eunice Moreira Fernandes; NOGUEIRA, Eder Luiz. Psicologia, Saúde e Hospital: contribuições para a prática profissional. In: MELO, C. (Org.). **História da Psicologia e a Inserção do Psicólogo Hospitalar**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Artesã, cap. 1, p. 19-32, 2016.

SILVA, Diogo. Psicologia Hospitalar. **O portal dos Psicólogos**, 2012. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0705>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

SILVA, Thiago. et al. Estratégias de ação e interação para o cuidado à criança hospitalizada com dor oncológica crônica. Florianópolis. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 4, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000400313&lang=pt>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

TERRAZAS, Luz Esperanza Hernández. et al. Educação em enfermagem no cuidado humanizado. Rio de Janeiro. **Escola Anna Nery**, v. 22, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452018000100219&lang=pt>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

VILELA, Elaine 2; MENDES, Iranilde José Messias. Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, p. 525-531, agosto de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692003000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.

TRANSMUTAÇÃO E SUICÍDIO: OS DESAFIOS E OS CENÁRIOS DA VIDA ADOLESCENTE

TRANSMUTATION AND SUICIDE: THE CHALLENGES AND SCENARIOS OF ADOLESCENT LIFE

Lucy Ângela Cezário
Alcineia Pontesda Cunha
Hamilton Risperi Dias¹
Hyloran G. Cabral²

RESUMO

O suicídio na adolescência é uma questão que levanta preocupações, devido a sua alta incidência nos dias atuais. Este artigo tem como objetivo analisar como as transformações vividas pelo indivíduo nessa faixa etária, juntamente com os novos desafios sociais trazidos pela adolescência, podem se tornar fatores de risco que contribuem para o desenvolvimento da ideação suicida em adolescentes. Através de pesquisa bibliográfica em publicações sobre o tema, juntamente com pesquisa realizada através de questionário online, o artigo procura traçar uma relação entre as dificuldades que se apresentam no novo contexto que a entrada na adolescência proporciona, com os sentimentos angustiantes que podem levar o jovem a contemplar o suicídio. O aspecto epidêmico que o suicídio adolescente apresenta faz com que a conscientização, o entendimento e a discussão sobre o tema sejam fundamentais para que sejam elaboradas estratégias de prevenção, visando um maior cuidado com a saúde mental dos jovens.

Palavras-chave: Suicídio, Adolescência, Desafios Sociais.

ABSTRACT

The suicide in adolescence is a matter that raises concerns, because of its high level of incidence nowadays. This article has as an objective to analyze how the transformations lived by the individual in this age group, together with the new social challenges brought by the adolescence, could become risk factors that contribute to the development of

¹ Graduandos em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Professor Orientador. Especialista em Saúde Mental: Ênfase em Dependência Química; Políticas Públicas, Gestão e Controle Social; Psicoterapeuta em Intervenção à Crise e Prevenção do Suicídio. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES

suicidal ideation in adolescents. By a bibliographic research on publications about the theme, together with a research made through an online questionnaire, the article sought to trace a relation between the difficulties that present themselves in the new context proportionate by the entrance in adolescence, with the anguish feelings that could make a teenager contemplates suicide. The epidemic aspect that the adolescent suicide shows makes the awareness, the understanding and the discussion about this theme fundamental for the elaboration of prevention strategies, aiming for a greater care with the mental health of young people.

Keywords: Suicide in Adolescence; Risk Factors; Social Challenges; Adolescents.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Associação Brasileira de Psiquiatria o suicídio está presente por toda a história da humanidade, sendo um dos temas mais antigos relacionados à saúde dos indivíduos, tal manifestação está presente nas mais múltiplas culturas, sendo estudado e investigado como fenômeno social com uma variedade de determinante. No entanto, atualmente também é considerado um problema de saúde pública e um desafio para a Psicologia devido aos dados cada vez mais alarmantes e seu impacto na sociedade, descreve Cabral et al(2016):

Ainda hoje encontramos grandes dificuldades em falar sobre o suicídio, uma vez que o mesmo ainda se apresenta como um tabu seja pelo aspecto religioso, cultural e social. É importante ressaltar que o suicídio enquanto tabu não aflige apenas as classes menos favorecidas ou com menos entendimento científico, esse interdito atinge a sociedade como todo, onde podemos citar a falta de preparo dos profissionais da saúde para lidar com esse fato.” (CABRAL et al, 2016, p. 06)

Todavia, existe um tabu em falar sobre o suicídio, um tema rodeando de estigmas e preconceitos, entretanto o silêncio não é uma escolha e a melhor forma de prevenção é o falar, uma comunicação qualificada e debate responsável sobre esse fenômeno que atinge o mundo inteiro.

A Organização Mundial da Saúde - OMS (2018) e a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (2018), afirmam que cerca de 800 mil pessoas morrem em decorrência de suicídio todos os anos no mundo e nas últimas quatro décadas a taxa de suicídio cresceu significativamente em todos os países, envolvendo todas as faixas etárias, raças, gêneros e, também, vários contextos socioeconômicos.

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde (2018), registram que no Brasil ocorreram 11.433 mortes por suicídio em 2016, em média é um caso a cada 46 minutos. O número representa um crescimento de 2,3% em relação ao ano anterior, quando 11.178 pessoas tiraram a própria vida. O suicídio também é a segunda causa de mortes de adolescentes e jovens adultos entre 15 e 29 anos. (BRASIL, 2018)

Para analisar esse fenômeno é necessário considerar uma série de fatores que cercam o tema, não sendo prudente fazer uma análise simplista e causal com acontecimentos pontuais na vida do indivíduo, e sim um histórico, pois o suicídio é a consequência de um processo de determinantes que se acumularam durante a vida.

Tendo em vista os diversos e inquietantes dados relacionados ao suicídio na adolescência, é acertado realizar uma análise na literatura sobre seus maiores fatores. Neste sentido, considerando a complexidade do tema, é de suma importância situar o que há de nocivo em se tratando da estrutura que envolve o adolescente em risco. É um desafio para psicologia em todo mundo e no Brasil a realidade não é diferente. Os dados são expressivos principalmente entre a população mais jovem, o que gera preocupação e a procura de métodos eficazes para uma prevenção efetiva.

Diante estes significativos dados sobre suicídio na adolescência e para uma maior compreensão desse processo, pontua-se o papel da psicologia enquanto agente efetivo de pesquisa e intervenção na prevenção. Desta forma pesquisa tem como justificativa analisar dados acerca do suicídio na adolescência e a promoção da saúde mental como principal forma de prevenção.

É um consenso na academia que o suicídio está relacionado a transtornos mentais, principalmente a depressão tendo como base esse fato, o presente estudo se debruça na reflexão sobre a relação entre suicídio e depressão, uma vez que são males que atingem cada vez mais adolescentes no Brasil e no mundo.

Como metodologia, foi utilizado um estudo de revisão bibliográfica, de cunho qualitativo e descritivo, com natureza básica, juntamente com uma pesquisa realizada através de um questionário disponibilizado em plataforma virtual, que tinha por objetivo conhecer a

opinião dos participantes sobre o tema bordado. O estudo de revisão bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2003), diz respeito a toda bibliografia pública em relação a determinado tema de estudo, incluindo publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros e busca colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto.

2 SUICÍDIO E ADOLESCÊNCIA: EPIDEMIOLOGIA

Nos dias atuais, o suicídio é considerado um problema de saúde pública devido a dados cada vez mais alarmante, que serão explanados de forma mais detalhada adiante. Desta forma é preciso abordar o tema com muita responsabilidade, pois o mesmo vem acompanhado de estigmas e tabu durante toda a história da humanidade (CESCON; CAPOZZOLO; LIMA, 2018).

Para Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP (2014, p. 9), o suicídio pode ser definido como “ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, mesmo que ambivalente, usando um meio que ele acredita ser letal”. O comportamento suicida já é apresentado na história desde seus primórdios, em todas as culturas do mundo, algumas culturas o suicídio era considerado um ato de bravura e coragem, em outras, condenado como pecado, portanto o comportamento suicida e sua representação social vem se modificando ao longo de tempo sendo determinado pela cultura e período histórico no qual está inserido (SILVA, 2009).

Para Pereira et al (2010), atualmente mesmo com a recomendação da OMS para se falar e discutir o suicídio com uma maior naturalidade, o tema ainda é tratado como um assunto tabu e polêmico, o que conseqüentemente resulta num processo de exclusão e silenciamento, tal comportamento é um reflexo de uma sociedade que vê o suicídio com muito preconceito e estigmas, em vez de acolher, condena e julga a pessoa que atenta contra a própria vida sem ao menos buscar um olhar mais profundo da situação. Tal contexto influencia diretamente nos casos de tentativas e suicídios no mundo.

Para compreender o comportamento suicida é importante saber como ele funciona. Para Santos et al (2016), o comportamento suicida pode ser dividido em três aspectos, a ideação suicida que em resumo é pensamento de autodestruição, a tentativa de

suicídio que se refere a um ato de autoagressão que tem como finalidade a morte e o suicídio consumado.

Muitas pesquisas e estudos correlacionam à ideação suicida com o risco mais relevante e preocupante para as tentativas de suicídio e o ato concretizado. A ABP (2014) diz que existem dois principais fatores de risco para o comportamento suicida: a tentativa prévia e a presença de transtornos mentais, como depressão e dependência de álcool e drogas, entre outros.

Tendo em vista que este estudo visa discorrer sobre a problemática de suicídio na adolescência é necessário conceituar tal termo para assim relacionar com a depressão. De acordo com Ribeiro (2011), não existe uma concordância definitiva para o conceito de adolescência, sobre a etiologia da palavra adolescência, o autor diz:

[...] é de origem do latim ad (a, para) e olescer (crescer) e também de adolesce, origem da palavra adoecer. A partir do século XIX que a adolescência foi vista como uma etapa distinta do desenvolvimento e durante várias décadas esteve associada a uma fase de tumulto conflito e tensão para o adolescente e todos aqueles que lidavam. (RIBEIRO, 2011, p. 2).

Para OMS, adolescência ocorre entre 10 e 19 anos e pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 15 e 24 anos, o critério é utilizado principalmente para fins estatísticos e políticos. Usa-se também o termo jovem adultos para englobar a faixa etária de 20 a 24 anos de idade.

Na atualidade usa-se, mais por conveniência, agrupar ambos os critérios e denominar adolescência e juventude ou adolescentes e jovens em programas comunitários. Para as normas e políticas de saúde do Ministério de Saúde do Brasil, os limites da faixa etária de interesse são as idades de 10 a 24 anos. (EISENSTEIN, 2005). No Brasil, para o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), ela começa aos 12 e vai até os 18 anos, provavelmente para coincidir com a maioridade penal brasileira.

Aprofundando no conceito de adolescência pode-se dizer que é uma fase com extrema complexidade, devido as diversas transformações que o indivíduo vive durante o período, sendo na adolescência que o processo de amadurecimento começa, desta forma o adolescente assumiria uma posição de confronto e de oposição aos valores, leis e tradições sociais, como uma maneira de firmar sua identidade e

autonomia frente aos adultos e a sociedade, o que pode gerar conflitos e sofrimento (DALLO e PALUDO,2012).

Posto isto, segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria, em 2014, os números de suicídio de adolescentes cresceram significadamente, sendo a terceira principal causa de morte nessa faixa etária no país. De acordo com dados da OMS (2018), o suicídio é a segundo maior causa de mortes entre jovens e adolescentes de 15 a 29 anos. O Mapa da Violência (2015), apresenta que no ano de 2013, 788 jovens cometeram suicídio no Brasil e desde ano de 1980 em que a taxa percentual era 2,8% passou até 4,1%, um significativo aumento de 45,5%.

O Boletim Epidemiológico, produzido pela Secretaria de Vigilância em Saúde (2017), traz um amplo panorama do suicídio no Brasil, com recorte de raça, gênero e geográfico. Em um recorte de raça os dados são mais alarmantes, pois de acordo com dados, os adolescentes negros têm 45% de chance de suicídio, no sexo masculino a chance sobe para 50%. No que se refere as lesões autoprovocadas em decorrência de tentativas de suicídio, o boletim afirma que entre os anos de 2011 e 2016 foi identificado 48.204 casos, sendo destes 33.269 em mulheres e 14.931 (31,0%) em homens, em um recorte de raça e gênero, o boletim mostra que 49,6% das mulheres eram brancas e 35,7% negras e pardas.

Na população adolescente indígena, a situação é ainda mais alarmante, uma vez que a taxa de suicídio é oito vezes do que em jovens da mesma faixa etária brancos e negros, pois de acordo com o Boletim Epidemiológico 44, 8% dos suicídios de adolescentes no Brasil são de indígenas adolescentes na faixa etária 10 a 19 anos. (BRASIL, 2017). Entretanto é importante ressaltar que ainda é escasso um estudo focado somente em casos de suicídio em adolescentes no Brasil.

Em relação à prevenção Suominen et al (2004) afirma que seu foco deve estar em reforçar os fatores de proteção ao suicídio, e diminuir os fatores de risco. A prevenção pode ser feita tanto em nível individual (construir vínculos afetivos, integração social, religiosidade, casamento, filhos) quanto em nível coletivo (campanhas de conscientização promovidas pelo poder público, diminuição ao acesso a armas e substâncias letais, sistemas de atendimento a pessoas com ideação suicida).

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde (2018) apenas 38 países em todo o mundo possuem planos de prevenção ao suicídio. Alguns deles incluem Brasil, Austrália, Suécia, Finlândia, Noruega, Nova Zelândia, dentre outros. Os planos possuem diversas semelhanças entre si, incluindo o levantamento estatístico, promoção da discussão e conscientização da questão do suicídio, disponibilização de meios para tratamento, trabalhar o tema já nas escolas, cuidado especial com grupos de risco, preparação de profissionais para atendimento, entre outros (BOTEGA et al,2006).

No Brasil, existem iniciativas como o Setembro Amarelo. Criada em 2015 pelo CVV (Centro de Valorização da Vida), pelo CFM (Conselho Federal de Medicina) e pela ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria), a campanha utiliza a cor amarela como forma de destacar a questão do suicídio. O dia 10 de setembro é o dia mundial da prevenção ao suicídio, por isso a escolha por este mês para a realização da campanha, visando à conscientização e o incentivo ao pedido de ajuda por parte de indivíduos sofrendo por ideação suicida (CVV, 2019).

3 ADOLESCÊNCIA: VIDA EMOCIONAL E OS DESAFIOS DA FASE

Segundo Monteiro e Lage (2007), a adolescência é uma fase de mudanças e transição, é comum nesse período conflitos e incertezas, que muitas vezes podem gerar transtornos de humor como a depressão. Entretanto a depressão nem sempre foi considerada como uma psicopatologia que também atingia crianças e adolescentes, pois até a década de 1960 era considerado como um transtorno de adultos. (BIAZUS; RAMIRES, 2012).

Conforme afirma Saraiva (1999) ao adentrar a adolescência, depara-se com situações desafiadoras até então desconhecidas. Emergem novas pressões ocasionadas pela nova realidade social e pelo próprio desenvolvimento psicológico. As dificuldades dessa nova realidade social juntamente com o crescimento físico e as mudanças na psique do adolescente podem se tornar gatilhos, desencadeando sentimentos depressivos que podem causar desequilíbrios emocionais.

A adolescência é um período de desenvolvimento para o indivíduo que manifesta

sentimentos como nenhuma outra fase da vida. Porém, tamanha intensidade faz com que apareçam os chamados sentimentos negativos, como a solidão ou a baixa autoestima. Inclusive, quadros de doenças psicológicas costumam se intensificar nos adolescentes. (SUKIENNIK,2000).

Dutra (2002) alude que os quadros depressivos de grau maior são frequentes na adolescência, o que facilita que o adolescente manifeste a chamada ideação suicida. Esses sentimentos negativos são alguns dos fatores mais influentes nos quadros depressivos, podendo ser determinante para a decisão do indivíduo de cometer suicídio.

Segundo Prieto e Tavares (2005) foi constatado através de pesquisas que desordens psicológicas estão intrinsecamente ligadas com suicídio. Essas desordens incluem variação de humor, esquizofrenia, transtornos de personalidade, dentre outros. Tais sintomas apareciam individualmente ou em conjunto em diversos casos de suicídios estudados durante a pesquisa, indicando imenso tormento psicológico.

Os sentimentos negativos surgidos durante a adolescência podem estar relacionados à transformação fisiológica pela qual o corpo passa durante a puberdade. O corpo que começa a atingir a maturidade sexual pode, em um primeiro momento, se tornar algo estranho para o indivíduo, algo com o qual ele não está familiarizado. Essa estranheza pode gerar mal-estar que por consequência proporciona o surgimento de emoções ruins relacionados à adolescência (CURI, 1998).

Nesta fase também é iniciado a passagem para a vida adulta. A saída do cenário de conforto provido pela família e até uma possível desconstrução da imagem favorável dos pais pode gerar no adolescente incertezas e inseguranças. Nesse estágio da vida o adolescente começa a assumir responsabilidades e a tomar decisões, mas as exigências sociais dessa etapa em conjunto com a natural imaturidade da idade, tornam esse amadurecimento um processo difícil, que pode ser fonte de angústia. É fundamental que os pais sejam ativos e presentes nesse período de passagem (DIAS, 2000).

Nesse período de desafios o adolescente naturalmente irá buscar apoio em outras relações sociais além dos familiares. Grupos de amigos podem ajudar a aliviar a angústia presente no amadurecimento. Porém, na ânsia de estabelecer conexões

sentimentais o indivíduo pode acabar envolvido em relações tóxicas, que facilitam o aparecimento de comportamentos destrutivos, como o abuso de substâncias (CURI, 1998).

Os cenários de mudança que ocorrem na adolescência, sejam elas físicas ou psicossociais, a desvinculação com a dependência da família, o papel de maior responsabilidade, e ainda vontade de experimentar novas sensações (algumas delas proibidas) tornam o adolescente alguém propício a manifestar fatores que podem levar a ideação suicida (DIAS, 2000).

Diante desse aspecto, se estabelece uma relação entre a depressão e adolescência, de acordo com a Organização Pan Americana de Saúde – OPA (2018), a depressão também é uma das principais causas de suicídio, cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio a cada ano, se tornando segunda principal causa de morte entre pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

Como dito anteriormente, os transtornos mentais são correlacionados ao suicídio, e entre eles a depressão maior se sobressai, mas é válido salientar que a depressão não é o único fator de risco para o suicídio, existem outros transtornos mentais que são recorrentemente associados ao suicídio como os transtornos bipolares do humor, abuso de álcool e drogas, bem como esquizofrenia e transtornos de personalidade (BARBOSA, MACÊDO E SILVEIRA, 2011).

No que se refere ao transtorno depressivo ou depressão, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014), apresenta que o transtorno pode ser dividido em quadros, como sendo qualificados em leve, moderada e grave. Conforme Pereira et al (2010) salienta, que o no modo moderado e grave, é necessário realizar uma investigação do paciente, analisando assim se existe a presença de relatos ou ideias suicidas.

Dutra (2000) complementa apontando que o comportamento suicida pode ser interpretado como uma forma de defesa a depressão, da mesma forma que a depressão pode ser considerada uma forma de defesa frente ao suicídio. Desta maneira, é fundamental observar quais problemáticas que o quadro clínico da depressão apresenta

na vida interpessoal do indivíduo, bem como as interferências na vida social, particular e essencialmente no seu vínculo familiar. Portanto se o risco suicida esta iminente, a família e profissionais de saúde devem estar atentos para as devidas intervenções (BERTI,2010).

Ressalte-se que mesmo com os avanços nas pesquisas no tratamento de doenças psíquicas, ainda existe um estigma acerca do transtorno depressivo e do suicídio. Uma falta de suporte psicológico para o devido tratamento, o que leva a quem sofre com o transtorno sinta uma insegurança de falar e pedir ajuda, encontra a solução no suicídio (PEREIRA et al,2010).

Em razão de todos os aspectos e considerações pontuado durante o transcorrer deste estudo, observa-se a importância do debate do suicídio de adolescentes na sociedade moderna e de como a banalização da saúde mental pode influenciar diretamente no aumento desses números e na prevenção. Por fim, o Conselho Federal de Psicologia orienta seus profissionais a sempre pautar seu trabalho de acordo Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2018).

4 CENÁRIOS E A VIDA ADOLESCENTE: O QUE PENSAM AS PESSOAS?

Com o objetivo de conhecer a visão geral das pessoas a respeito da relação entre o contexto da vida adolescente e o suicídio, foi elaborado um questionário com perguntas a respeito do tema. Disponibilizado através de uma plataforma virtual, a amostra obtida pela pesquisa foi de 227 participantes. Utilizando tanto perguntas com opções de respostas pré-estabelecidas (objetivas), quanto perguntas discursivas, a pesquisa possibilitou uma análise da visão geral dos participantes sobre o tema.

Da amostra de 227 participantes, 30,9% estão entre a faixa etária de 12 e 24 anos. É interessante ressaltar que para fins estatísticos sobre suicídio, a OMS foca nos dados da faixa etária entre 15 e 24 anos. Portanto, uma parte considerável dos dados colhidos pela pesquisa é de indivíduos cuja idade se enquadra no tema do suicídio na adolescência, podendo ser indicador da visão de adolescentes e jovens sobre o objeto de pesquisa.

O primeiro dado a ser destacado é a porcentagem de participantes que afirmaram

conhecer algum adolescente que tenha tentado suicídio, 61,9% do total. O dado corrobora o aspecto epidêmico do suicídio na faixa etária adolescente, pois indica grande incidência de casos ocorridos. Para fins de contextualização 61,9% de 227 são 141 participantes. Em uma amostra relativamente pequena, se torna um dado preocupante, indicativo da importância do cuidado e prevenção ao suicídio na adolescência.

O dado seguinte a ser analisado diz respeito ao cenário da vida adolescente, e quais dificuldades apresentadas seriam os principais fatores de risco para o desenvolvimento da ideação suicida. Nesta pergunta especificamente os participantes podiam escolher mais de uma alternativa, e as três mais citadas foram relacionamentos conturbados, bullying e julgamento social. Todas as três alternativas estão ligadas às dificuldades que o adolescente enfrenta para se enquadrar em grupos sociais. Autores como Dias (2000) e Curi (1998) citam o desajuste social do adolescente como fonte de angústia. Em pesquisa realizada por Baggio et al (2009) em Porto Alegre, o grupo de adolescentes que afirmou se sentir isolado socialmente e sozinho foi aquele com a maior taxa de ideação suicida entre os participantes.

Portanto, a resposta conseguida durante a pesquisa é corroborada tanto por especialistas quanto por outras pesquisas realizadas sobre o tema. Quando questionados em pergunta discursiva sobre os principais desafios enfrentados pelo adolescente, grande parte das respostas se referiam à aceitação de si mesmo perante a sociedade, pressão social, dificuldade de relacionamentos familiares e sociais, julgamentos sociais, decepções, dentre outros. Todas estas respostas ligadas à dificuldade de se encaixar socialmente e às mazelas psicológicas que a pressão social traz ao adolescente.

Uma das questões mais atuais a respeito da vida adolescente é bullying. Expressão inglesa utilizada para se referir a ataques verbais e até mesmo físicos entre adolescentes. Indivíduos são atacados por sua aparência, situação socioeconômica, opção sexual, dentre outros. Nesta pesquisa, 64,8% dos participantes declararam ter sofrido bullying, e 3,9% afirmaram ainda sofrer. O dado é indicativo do grande desafio que a adolescência representa, onde ser diferente pode resultar em escárnio por parte de seus semelhantes, quando na realidade o indivíduo necessita de conexões sociais

seguras para se desenvolver em um adulto psicologicamente saudável.

A última pergunta objetiva do questionário se referia ao papel dos grupos dos quais o adolescente participa no desenvolvimento da ideação suicida. A grande maioria 83,3%, acredita que o grupo tem o poder de influenciar o adolescente negativamente, e por consequência contribuir para o surgimento de ideias suicidas. Essa visão também é compartilhada na bibliografia sobre o tema, onde autores como Curi (1998) afirmam que ao buscar aceitação, o adolescente pode forjar relações com consequências negativas para sua psique.

De uma forma geral, a opinião dos participantes sobre as dificuldades da vida adolescente e os fatores de risco do suicídio é muito semelhante com o que afirmam especialistas sobre o tema e pesquisas. O desafio de se encontrar em um ambiente completamente novo e muitas vezes hostil pode gerar no adolescente sentimentos negativos, intensificados pelo desenvolvimento fisiológico e psicológico. A angústia gerada por não ser aceito socialmente pode gerar distúrbios como ansiedade e depressão, conhecidos fatores de risco para o desenvolvimento de ideação suicida. Os dados colhidos pela pesquisa indicam que os participantes, em sua maioria, concordam com essa visão.

Por fim, a pergunta discursiva que encerrava o questionário se referia as medidas possíveis para reverter o quadro de epidemia que o suicídio na adolescência apresenta. A conscientização sobre o tema, o acompanhamento desde a fase da infância, campanhas escolares e o apoio familiar foram os mais citados nas respostas. De fato, o suicídio ainda é um assunto considerado tabu na sociedade. O compartilhamento de conhecimento e a exposição do tema podem ser estratégias para quebrar paradigmas, auxiliando pais, professores, e outras figuras presentes na vida do adolescente a perceberem possíveis sinais de ideação suicida e desta forma serem capazes de ajudá-lo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando as estatísticas relacionadas ao suicídio na adolescência, seu aspecto de epidemia se torna bastante claro. A ocorrência é frequente e os dados preocupam até mesmo a Organização Mundial de Saúde. Como em qualquer epidemia, é fundamental

buscar formas de diminuir riscos e descobrir uma “cura” para o problema em questão.

No caso da ideação suicida nos adolescentes suas causas são diversas. Além de transtornos psicológicos como distúrbio bipolar, por exemplo, as próprias dificuldades enfrentadas por estes indivíduos, sejam de âmbito familiar ou social, pode se tornar geradoras de sentimentos negativos e angustiantes, que podem escalar gradualmente até se transformarem na ideação suicida.

A adolescência é uma fase complexa da vida, onde ocorrem mudanças físicas e psicológicas. Tais mudanças, aliadas a nova realidade social cheia de pressões, além da maturidade ainda insuficiente para lidar com esse processo faz do adolescente uma figura vulnerável. Os sentimentos exacerbados naturais dessa faixa etária tornam quaisquer experiências bastante intensas, inclusive aquelas que envolvem sentimentos negativos.

A questão das pressões sociais inclusive apareceu com proeminência em pesquisa realizada durante o desenvolvimento deste artigo. A maioria dos participantes da pesquisa, muitos deles pertencentes a faixa etária adolescente, afirmaram que a dificuldade de se adequar e ser aceito em uma nova realidade social tão crítica, além de práticas como o bullying, são os principais fatores causadores de angústia e depressão facilitando assim o desenvolvimento da ideação suicida. Diversos autores inclusive concordam que problemas sociais e isolamento são fatores de risco.

O suicídio é um tema que precisa ser abordado e discutido, de forma a conscientizar a sociedade de uma forma geral. Tal conscientização pode indicar para pais, responsáveis, professores e outras figuras da vida do adolescente possíveis sinais de alerta, possibilitando que seja feita alguma intervenção para aliviar o adolescente dessa dor. Entender as dificuldades da vida na adolescência, estar aberto ao diálogo sem preconceitos, e observar quaisquer sinais de sofrimento psicológico se tornam diferenciais na batalha de prevenção ao suicídio dos jovens.

6 REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Suicídio: informando para prevenir / Associação Brasileira de Psiquiatria, Comissão de Estudos e Prevenção de Suicídio.** – Brasília: CFM/ABP, 2014.

BAGGIO, A *et al.* Planejamento suicida entre adolescentes escolares: Prevalência e fatores associados. **Caderno de Saúde Pública**, n. 25, p.142-150, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000100015>. Acesso em 30 de maio de 2019.

BARSOSA, Fabiana de Oliveira; MACEDO, Paula Costa Mosca; SILVEIRA, Rosa Maria Carvalho da. Depressão e o suicídio. **Rev. SBPH** vol.14 no.1, Rio de Janeiro - Jan/Jun. – 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v14n1/v14n1a13.pdf>. Acesso em: 15 de Maio de 2019.

BERTI, Fernanda Guerra. **Suicídio na Adolescência**: uma revisão bibliográfica. 2010. Disponível em: <http://ses.sp.bvs.br/lildbi/docsonline/get.php?id=153>. Acesso em 06 de Jun de 2019.

BIAZUS, Camila Baldicera; RAMIRES, Vera Regina Röhne. Depressão na Adolescência: uma problemática dos vínculos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 83-91, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n1/v17n1a09.pdf>. Acesso em 5 de abril de 2019.

BOTEGA, Neury José. *et al.* Prevenção do comportamento suicida. **Psico**. v. 37, n. 3, p. 213-220, set/dez, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161562>. Acesso em: 01 de novembro de 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. **Portal do Ministério da Saúde**. 2018. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44404-novos-dados-reforcam-a-importancia-da-prevencao-do-suicidio>. Acesso em 12 de maio de 2019.

BRASIL. Secretária de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**. 2017. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2019.

CABRAL, H. G.; *et al.* **Morte silenciada: o suicídio e a representação social**. Revista Científica Ambiente Acadêmico, v.2, p.109 - 124, 2016.

CESCON, Luciana França; CAPOZZOLO, Ângela Aparecida; LIMA, Laura Camara. **Aproximações e distanciamentos ao suicídio**: analisadores de um serviço de atenção psicossocial. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v27n1/1984-0470-sausoc-27-01-185.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA **O Suicídio e os Desafios para a Psicologia / Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2013. 152p. ISBN: 978-85-89208-70-3 1. Suicídio 2. Psicologia 3. Saúde pública. 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2019.

CURI, Thereza Christina Bruzzi. A adolescência em questão. **Revista Griphos**, n. 16, p.

78 – 82, 1998.

CVV. **O movimento**. 2019. Disponível em: <https://www.setembroamarelo.org.br/o-movimento/>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

DALLO, Luana e PALUDO. Adolescência: Perspectiva de Desconstrução de uma Visão Naturalizada. **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas** vol 4 nº 2, São Paulo –Ago/Dez 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/2570> Acesso em 16 de abr de 2019.

DIAS, Sandra. A inquietante estranheza do corpo e o diagnóstico na adolescência. **Psicol. USP**, vol. 11, n. 1, p. 119 – 135, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642000000100008&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 02 de outubro de 2019.

DUTRA, Elza Maria do Socorro. **Compreensão de Tentativas de Suicídio de Jovens Sob o Enfoque da Abordagem Centrada na Pessoa**. 2000. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://bibliotecaparalapersona-epimeleia.com/greenstone/collect/ecritos2/index/assoc/HASH01ed/a5c10835.dir/doc.pdf>. Acesso em 08 de Jun de 2019.

DUTRA, E. **Comportamentos autodestrutivos em crianças e adolescentes: Orientações que podem ajudar a identificar e prevenir**. Porto Alegre: Casa do Psicólogo, 2002.

EISENSTEIN E. **Adolescência: definições, conceitos e critérios**. 2005. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167. Acesso em 29 de abril de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MONTEIRO, Kátia Cristine Cavalcante; LAGE, Ana Maria Vieira. A depressão na adolescência. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 257-265, Ago. 2007 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 Jun 2019.

OPAS. **Folha Informativa – Suicídio**. 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839. Acesso em: 5 de maio de 2019.

OMS. **Quase 800 mil pessoas se suicidam por ano**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-quase-800-mil-pessoas-se-suicidam-por-ano/>. Acesso em: 5 de maio de 2019.

PEREIRA, Ellen Carolina Oliveira. *et al*, **Suicídio e Adolescência: As Redes Sociais e o Efeito Copycat**. In: Congresso Brasileiro de Ciências Sociais, 2010. Campina Grande. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_MD1_

SA5_ID1312_15052017231858.pdf. Acesso em: 17 de maio de 2019.

PRIETO, D.; TAVARES, M. Fatores de risco para suicídio e tentativa de suicídio: Incidência, eventos estressores e transtornos mentais. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, n. 54, p. 146-154, 2005.

RIBEIRO, Sara Raquel Teixeira. **Percepção da Pressão de Pares na Tomada de Decisão dos Adolescentes**. Orientadora: Águeda Marujo. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4856/1/ulfpie039628_tm.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2019.

SANTOS, Walberto Silva dos et al . A Influência de Fatores de Risco e Proteção frente à Ideação Suicida. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa , v. 17, n. 3, p. 515- 526, dez.2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862016000300016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jun de2019.

SILVA, Maria do Carmo Mendonça. **Renuncia a vida à vida Pela Morte Voluntária: suicídio [...]**. Orientadora: Christine Rufino Debat. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7124/1/arquivo3283_1.pdf. Acesso em 08 de Jun de 2019.

SUKIENNIK, P. B. **O Aluno Problema**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

SUOMINEN, K. et al. Completed suicide after a suicide attempt: a 37-year follow-up study. **Am J Psychiatry**, n. 161, v. 3, p. 562-563, 2004.

A ÉTICA DO CUIDADO EM WINNICOTT ENQUANTO PRÁTICA NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

THE ETHICS OF CARE IN WINNICOTT AS A PRACTICE IN UNIVERSITY TRAINING

Laureano da Cruz Fazolo
Wendell Peixoto Rodrigues¹
Maria Angélica Napolitano²

RESUMO

Através desse estudo objetivou-se levantar conhecimentos para se desenvolver possíveis práticas a partir do conceito gerado de forma empírica pelos estudos de Donald Woods Winnicott sobre a ética do cuidado. Aqui, buscamos salientar sua importância, voltando seu foco principal para as relações nas quais encontramos os estudantes universitários. Para esse fim, falaremos inicialmente sobre o conceito de ética do cuidado, considerando a visão geral do assunto e em seguida a perspectiva Winnicottiana. Outro passo importante será a identificação de alguns fatores que podem influenciar a saúde mental dos universitários, analisando o ambiente universitário em questão. Por fim, iremos traçar algumas hipóteses de como podem ser desenvolvidas algumas práticas que venham a contribuir com o aflorar da ética do cuidado no ambiente universitário. Para tanto, foi utilizado como método a coleta de dados através de pesquisa bibliográfica, onde foram utilizados livros, revistas, periódicos, artigos, entre outros. A partir da análise da pesquisa desenvolvida, podemos perceber a importância que se tem em aplicar e perceber a ética do cuidado dentro de nossas relações, tendo nesse trabalho o destaque para o universitário e os desafios que o mesmo encontra em seu ambiente acadêmico. Enfim, através dos estudos realizados pôde-se perceber que a ética do cuidado dentro de ambientes universitários pode ajudar no amadurecimento dos indivíduos. Dessa forma, surgem melhores relações de cuidado, principalmente nos cursos voltados para a saúde, onde o significado de cuidado vai muito além do conceito de cura.

¹ Graduandos em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Especialista em Psicologia Infantil pela Universidade de Guarulhos São Paulo.

Palavras Chaves: Winnicott. Ética. Cuidado. Universitário. Cura.

ABSTRACT

This study aimed to raise knowledge to develop possible practices from the concept empirically generated by studies by Donald Woods Winnicott on the ethics of care. Here, we seek to emphasize its importance by turning its main focus to the relationships in which we find college students. To this end, we will talk initially about the concept of care ethics, considering the general view of the subject and then the Winnicottian perspective. Another important step will be the identification of some factors that may influence the mental health of college students, analyzing the university environment in question. Finally, we will outline some hypotheses of how some practices that may contribute to the emergence of the ethics of care in the university environment can be developed. For that, it was used as method the data collection through bibliographic research, where books, magazines, periodicals, articles, among others were used. From the analysis of the research developed, we can realize the importance of applying and perceiving the ethics of care within our relationships, having in this work the highlight for the university student and the challenges that he finds in his academic environment. Finally, through the studies conducted it was possible to realize that the ethics of care within university environments can help in the maturation of individuals. Thus, better care relationships emerge, especially in health courses, where the meaning of care goes far beyond the concept of cure.

Keywords: Winnicott. Ethics. Care. University. Cure.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 70, Winnicott, através de seus estudos, trouxe um novo entendimento sobre a forma de se desenvolver a saúde junto aos seus pacientes, a essa nova forma, ele chamou de ética do cuidado, que apresenta como objetivo o desenvolvimento, o despertar e o amadurecimento dos futuros profissionais, que por algum motivo, se deteve em algumas áreas da vida dos pacientes.

A partir desse entendimento, nota-se que o meio acadêmico vem se apresentando cada vez mais exigente e conseqüentemente os estudantes universitários ao se tornarem profissionais demonstram aspectos de desestruturação em sua saúde

mental, gerando dificuldades em desenvolver uma conduta ética em relação aos cuidados com o próximo.

De forma geral, os universitários detêm expectativas em relação ao meio acadêmico que os conduzirão ao sucesso futuro em relação ao mercado de trabalho, porém, é no ambiente universitário que muitos irão se frustrar, desistindo de seus cursos ou concluindo com um nível muito abaixo do esperado. Podemos citar como fator relevante nessa situação o “Stress” que alunos e professores encontram pela cobrança excessiva impostas pelas instituições de ensino em relação aos seus rendimentos.

Assim, o presente trabalho visa estudar os elementos pertinentes a uma ética do cuidado como esboço para o desenvolvimento de políticas internas nas instituições de ensino que possam fazer do cuidado uma prática entre os discentes e docentes.

Diante desse período da vida universitária tão atribulada, é importante que se desenvolvam práticas relacionais entre docentes e discentes a fim de se encontrar o amadurecimento necessário para uma condução mais positiva dos conhecimentos teóricos e práticos que envolvem os cuidados com o próximo, levando em consideração o modo cíclico que o cuidado, quando empregado de forma coletiva na saúde, predispõe.

Dessa forma, buscamos articular elemento de uma ética do cuidado clínico, a fim de propor o desenvolvimento de práticas que contribuam para a promoção da saúde mental das relações no ambiente universitário, a partir do foco nessas práticas, os estudantes passam a se identificar com o significado e a proposta de ética do cuidado, aumentando a chance de desenvolvê-la de uma forma mais assertiva em seus relacionamentos.

Iniciamos com a delimitação no sentido do cuidado em Winnicott para um melhor entendimento do conceito, a seguir demarcamos alguns dos fatores preponderantes ao adoecimento psíquico em estudantes universitários considerando o ambiente institucional, propondo finalmente a atenção do cuidado enquanto prática dentro das universidades.

Embora hoje se tenha uma formação mais holística devido às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), propostas pelo Conselho Nacional de Educação para os cursos de graduação nas áreas da saúde, que objetivam o desenvolvimento nas qualidades profissionais dos estudantes para uma perspectiva humanizada, o ambiente universitário possui diversos fatores que potencializam o estresse e conseqüentemente o adoecimento psíquico desses estudantes.

Depreende-se, portanto, que uma saúde humanizada não deve ser apenas teorizada e aprendida como matéria obrigatória nos cursos da área da saúde, uma vez que a dimensão do cuidado deve, sobretudo, ser proporcionada aos estudantes como experiência concreta, refletindo em um ambiente que favoreça a saúde mental e ao desenvolvimento de uma ética do cuidado.

Em relação aos métodos utilizados, será uma pesquisa de cunho bibliográfica e documental, elencando dados em que suas fontes se apresentam como livros, artigos, dissertações, revistas, periódicos, relatórios e relatos, sendo usados de acordo com sua disponibilidade e valor para o trabalho. Levando-se em consideração a forma como a problemática levantada será abordada, a pesquisa se propõe a uma abordagem qualitativa.

Esse trabalho realizado para a conclusão de curso se estrutura em três capítulos, sendo o primeiro dividido em duas partes, a apresentação histórica do surgimento da ética do cuidado, seguido do conceito correspondente. O segundo capítulo é composto pela narrativa do quadro atual das universidades em relação à saúde mental dos discentes e quais fatores influenciam em uma possível depreciação dessa saúde mental. No quarto capítulo, apresentaremos possibilidades práticas objetivando principalmente a promoção e o desenvolvimento do cuidado dentro das universidades, levando-as em consideração, e ainda as abordando como possíveis respostas para o problema em questão.

2. A ÉTICA DO CUIDADO

O termo ético do cuidado origina-se da junção do conhecimento de várias áreas das ciências humanas e da saúde, tendo como um de seus principais precursores o

pediatra e psicanalista inglês, Donald Woods Winnicott. Segundo Ribas et al. (2017), Winnicott que em seus estudos ressalta a importância do cuidado, não só na psicanálise, mas também em todas as áreas da saúde que lidam diretamente com o outro, apontando que nessa relação ocorre uma dependência mútua que carece de alteridade para se concretizar.

Como bem nos assegura Maia (2018), pode-se dizer que o cuidado, além de ser uma ação, necessita de uma atitude para se substancializar. Neste contexto, se esclarece que na ausência de uma atitude voltada para o outro assim como as carências, o cuidar desliga-se do âmbito da ética, deteriorando-se e perdendo seu valor. O mais preocupante, contudo, é constatar que na falha desse cuidado ético, pode sobrevir ao cuidador, afetos diretamente relacionados ao narcisismo e a onipotência. Sob essa ótica, ganha particular relevância, o cuidado voltado ao reconhecimento da alteridade e seus correlatos.

Sendo assim, afirma ainda a possibilidade da percepção que o ato de cuidar está diretamente ligado a atitude de se colocar no lugar do outro. Na prática clínica, temos uma relação terapeuta/paciente, que deve ser embasada na ética do cuidado, voltando essa atitude, baseada na alteridade, para uma relação construtiva com o paciente. Neste contexto, fica evidente que a ética do cuidado, perpassa o ser humano e sua capacidade de lidar com o próximo, mesmo apesar de suas diferenças.

Kahtuni (2005) aponta o cuidado na relação de terapeuta/paciente concomitante ao que em suas teorias Winnicott trouxe como relacionamento mãe/bebê, podendo ser percebido deliberadamente uma relação de dependência na qual o paciente busca acolhimento assim como o bebê busca proteção nos braços da mãe. Referente a este aspecto, o autor propõe essa dependência como normal no início do processo terapêutico, mesmo porque depois de iniciada a terapia, o paciente vislumbra o terapeuta como um ponto de confiabilidade em meio a sua vida atribulada, tendo o terapeuta o dever de, assim como a mãe suficientemente boa, auxiliar o seu paciente para que atinja um grau de amadurecimento necessário para poder manejar sua vida de uma forma mais autônoma.

A melhor maneira de compreender esse processo, conforme mencionado pelo autor, é considerar que através de uma relação suficientemente boa entre paciente e terapeuta a alteridade mencionada anteriormente, pode caracterizar-se como um cuidado real. Não se tratando apenas de conduzir o paciente, mas estar presente junto a ele no setting, vivenciando suas necessidades e o auxiliando a compreender seu papel enquanto sujeito. Dessa forma, é "a relação fundante com o outro, [...], que constitui a condição fundamental para vi-lo a ser do sujeito e para o desenvolvimento de sua singularidade" (MAIA, 2018, p. 53).

Conforme explanado acima, é de extrema importância que a ética do cuidado seja aplicada de maneira correta e natural para melhor conduzir o tratamento. De fato, podemos perceber, por exemplo, que a terapia quando bem desenvolvida, cria um relacionamento entre paciente e terapeuta que deve ser pautado em princípios éticos e morais que, sem dúvida alguma, servem de alicerce na manutenção de relacionamentos. Contudo, vale ressaltar que esse relacionamento não pode em hipótese alguma ser pautado em extrema dependência, estando sujeito a cessação da terapia. De acordo com Furrow (2007):

Além disso, a ética do cuidado defende que façamos o que podemos para preservar relacionamentos – a melhor coisa a fazer é, seguidamente, aquela ação que tenha a melhor condição de preservar o relacionamento. Mas muitos relacionamentos não são saudáveis e devem acabar. Assim sendo, uma ética do cuidado deve fornecer algum padrão para avaliar relacionamentos. FURROW (2007, p.90):

O autor esclarece na citação acima que mesmo buscando uma ética do cuidado focada no bom relacionamento com o outro, que flua de forma natural, essa deve ser estabelecida com parâmetros padronizados. Esses parâmetros nos servem de referência ao nos depararmos com relações carregadas de dependência, possibilitando um ponto norteador, a fim de romper com essa relação antes que a terapia se torne irrelevante, tanto para o desenvolvimento do paciente quanto para o nosso enquanto terapeutas cuidadores.

Segundo Hoch e L. (2007, p. 28), "nas relações de cuidado, vive-se a aceitação das limitações e vulnerabilidades, tanto do cuidador como de quem recebe cuidado". Portanto, torna-se evidente que a ética do cuidado se traduz na boa relação com o

outro, embasada na atitude de se pôr no lugar do outro, entendendo-o em suas devidas proporções. Vê-se, pois, que o seu desenvolvimento enquanto pratica no setting terapêutico, proporciona o cuidar de uma forma mais humana. Logo, é indiscutível o fato que se tornar mais agradável e eficaz o trabalho relacional entre terapeuta e paciente, tendo como resultado o amadurecimento de ambos.

3 CONCEITO DE ÉTICA DO CUIDADO EM WINNICOTT

Ao proferir palestra para enfermeiros e médicos, em outubro de 1970, na igreja de São Lucas, Winnicott pincelou o que em poucos meses se tornaria uma proposta para uma nova ética no tratamento de doentes, a ética do cuidado. Ao apresentar aos seus interlocutores que a palavra cura tem em sua origem etimológica o significado de cuidado, Winnicott externou na época a sua preocupação em não transformar o tratamento de enfermos em um processo mecanicista, inferindo que tão importante quanto o tratamento clínico e medicamentoso, é o cuidado empreendido ao paciente (DIAS, 2010).

Como bem nos assegura Loparic (RIBAS et al.,2013), pode-se dizer que a dimensão do cuidado em Winnicott é um elemento universal e necessário para que os seres humanos amadureçam e possam desenvolver-se de forma saudável. Neste contexto, fica claro que os fatores mais importantes para a saúde do indivíduo são as condições ambientais que potencializam o seu desenvolvimento e o seu amadurecimento.

Conforme citado acima, podemos entender que o ambiente vai favorecer ou impedir o sucesso das integrações que conduzem a esse amadurecimento, propiciando ao indivíduo uma vida mais saudável e menos propensa a desordens psíquicas. Neste contexto, para Dias (2010) os transtornos psicológicos e o sofrimento psíquico originam-se nas falhas ambientais, nas descontinuidades provisionais e nas negligências no cuidado, essas furtam do indivíduo a possibilidade de desenvolvimento de autonomia e continuidade do ser, sendo necessário um novo ambiente que proporcione confiabilidade e reestruture e substitua o cuidado não proporcionado.

Segundo afirma Fulgêncio (2011), os conceitos como amadurecimento e autonomia são chaves na teoria Winnicottiana, uma vez que articulam uma ética para além da administração curativa, paliativa ou reabilitativa, seja ela psicoterápica ou medicamentosa. Seguindo o seu raciocínio, o autor deixa claro que há em Winnicott uma preposição ética que preconiza a continuidade do ser, como sujeito autônomo e capaz de lidar com as inúmeras variabilidades existenciais, construindo uma vida que vale a pena ser vivida.

Conforme mencionado pelo autor, podemos perceber certa congruência com as afirmações de Loparic (Ribas et al., 2013), na qual acredita que o indivíduo que experimentou o cuidado de forma suficientemente boa, agora amadurecido e autônomo, é capaz de gerar sentido e continuidade em sua vida, como superar seus interesses individuais e agregar positivamente na vida de outros e de sua comunidade, contribuindo para um caráter circular do cuidado, que demonstre responsabilidade e respeito pelo outro.

Dessa forma, uma ética que compreenda o cuidado como o principal elemento que otimiza as potencialidades do indivíduo possui efeitos outros, como, por exemplo, o de possibilitar a sustentação de ambientes saudáveis, pelo princípio de que indivíduos autônomos e amadurecidos promovem uma cadeia de cuidado que gera outros indivíduos saudáveis, capazes de criar uma vida significativa. Dessa forma, podemos perceber a ciclicidade que a ética do cuidado nos proporciona, quando bem aplicada, é claro. De acordo com o que nos afirma Ribas et al. (2013):

Alcançando a maturidade na idade adulta, o indivíduo sadio tornar-se-á capaz de cuidar, por exemplo, dos seus próprios filhos ou ir criando e recriando a máquina democrática, que é à base da sociedade saudável da qual depende, por sua vez, como vimos, a saúde dos membros da sociedade. RIBAS et al. (2013, p. 21)

No exceto acima, o autor clarifica confirmando que o cuidado contribuí para o desenvolvimento emocional e humano do indivíduo, garantindo ferramentas para que este lide com situações adversas que eventualmente enfrentará, e, mediante ao sentido ético do cuidado, ele irá se responsabilizar por cuidar de outros, corroborando para uma base social pautada no respeito à autonomia dos pares. Podemos perceber aqui a importância que o indivíduo possui na transformação do

meio em que vive, clarificando também a importância que a relação com o outro tem em nossas vidas.

Para Dias (2010) há em Winnicott uma ética que valoriza a vida e que considera estar vivo algo para além de um estado fisiológico. Não basta simplesmente existir, é necessário sentir-se vivo, percebendo, assim, que a vida vale a pena ser vivida. Desajustamentos psicológicos e até quadros psicopatológicos foram concebidos por faltarem aos indivíduos ambientes favoráveis para amadurecer, e, por conseguinte, implicaram em sofrimento psíquico e interrupção do processo de integração. Para tal, é necessário que novos ambientes que preconizem o cuidado e as necessidades desses indivíduos sejam constituídos, com o intuito de gerar pessoas autônomas, criativas e saudáveis, que irão inserir concomitantemente uma ética do cuidado em seu seio relacional. (LOPARIC, 2013).

4 AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

De uma forma concomitantemente com a qual os estudantes vivem no período de pré-universidade e após ingressar em uma instituição de ensino superior, ele passa por certas pressões e transformações no seu cotidiano que afetam seu psiquismo, interferindo com intensidades e níveis discrepantes os indivíduos. Segundo Almeida (2007), os estudantes assim que aprovados, sentem certo alívio que, logo, dá lugar a pensamentos carregados de ansiedade, sobre o que enfrentarão daí em diante, principalmente aqueles que se vêem obrigados a sair do aconchego familiar e iniciam uma vida só.

Como bem assegura Martins (2018), os universitários, em sua maioria, são compostos de jovens que além da transição de ambientes, passam pela transição da adolescência para a juventude, sendo esse, um fator agravante para o desenvolvimento de sua saúde mental. Segundo o autor, essa nova fase pode mudar a forma com que o estudante percebe o mundo ao seu redor, principalmente levando em consideração o nível maturacional, onde uns se adaptam com mais facilidade do que outros.

Muitos desses jovens encontrarão um ambiente de exigências muito maior do que estavam acostumados no ensino médio, e adentram em uma rotina totalmente acelerada, seguida de expectativas, conquistas e frustrações, que seguem interferindo em suas relações interpessoais e intrapessoais.

Neste contexto, podemos perceber que a liberdade e autonomia dessa nova fase, também estão acompanhadas de muita ansiedade gerada pelas pressões que a transição trás. O mais preocupante, contudo, é constatar que os estudantes acabam por sucumbirem a essas pressões e não conseguem desenvolver a ética do cuidado durante e mesmo após sua formação. Não é exagero perceber que o efeito desse processo de transição pode qualificar de forma positiva ou negativa o desenvolvimento desse estudante, tanto no meio acadêmico quanto futuro profissional.

Segundo os autores Joly, Sisto e Santos (2005), o ambiente universitário é desafiador e depende do desenvolvimento e manutenção de quatro domínios por parte dos universitários. O autor esclarece que esses domínios são traduzidos em: acadêmicos, sendo esses a capacidade adaptativa do estudante em relação às novas atividades; sociais, resumidos na forma em que o individuo mantém sua relação com o outro como já foi citado em capítulos anteriores; pessoais, tendo essa relação com o sentido de identidade que cada um trás consigo, proporcionando autoestima e autoconhecimento; e por fim os vocacionais, onde estão relacionados com o compromisso e as responsabilidades com o significado de suas escolhas profissionais.

Não menos importante que essa consideração, entretanto, é apontar que conforme o autor Leandro S. Almeida, os processos relacionados às mudanças ambientais (de fora para dentro das universidades), influenciam na vida acadêmica e na saúde mental dos estudantes. "A transição para a universidade exige dos alunos diversas competências tendo em vista a sua adaptação e sucesso escolar" (ALMEIDA, 2007, p.203).

Diante disso, vale considerar que ocorre concordância entre os autores citados até o momento e além do mais, ambos consideram que a transição é desafiadora e tem que ser trabalhada como ponto importante no desenvolvimento acadêmico.

Ora, em tese, vale frisar que existe uma parcela de responsabilidade das instituições de ensino voltada para a promoção da saúde de seus discentes e docentes. É importante considerar que devem ser tomadas medidas que ajudem no desenvolvimento e amadurecimento dos indivíduos que se encontram nesse ambiente, a fim de pormenorizar as possibilidades de adoecimento, assim nas instituições com cursos na área da saúde, por exemplo, devem ser adotadas abordagens voltadas para a promoção de saúde indo além das demais, visto que, elas têm maior responsabilidade em relação a uma postura mais ética dos estudantes que serão futuramente profissional cuidadores. De acordo com Pereira (2017):

O desenvolvimento de programas preventivos pode ser associado ao estilo de vida e adaptação ao meio acadêmico. Espera-se que sendo as medidas preventivas tomadas auxiliando na busca pela qualidade de vida e promoção da saúde desses indivíduos, os sintomas favoráveis ao adoecimento dos mesmos diminuam ou até mesmo desapareçam, haja vista que os próprios sejam imoderados para promoção de sua saúde. Abordagens voltadas para a qualidade de vida, bem como promoção da saúde devem ser prioridades no ambiente acadêmico o qual é considerado espaço privilegiado por congrega um período importante da vida do indivíduo, ou seja, um ambiente formador do mesmo para ingresso no mercado de trabalho bem como para a cidadania. PEREIRA (2017, p. 39)

O autor esclarece na citação acima a importância de se trabalhar as práticas voltadas para saúde nas universidades, sendo o ambiente acadêmico um lugar carregado de stress e ansiedade, devido às exigências por entregas de resultados satisfatórios, é comum termos um número avassalador de estudantes com sua saúde mental abalada. Torna-se cada vez mais evidente que a ética do cuidado se faz necessária, mas também percebemos as dificuldades que as instituições têm em transformar seu ambiente acadêmico para melhor gerir as relações entre seus docentes e discentes.

Segundo Feldman (2015, p. 486), “os problemas de saúde mental, particularmente ansiedade, estão atormentando mais estudantes universitários hoje do que no

passado”. Vê-se, pois, que essa realidade se faz presente em todas as instituições de ensino superior e tem se agravado com o passar do tempo devido à falta de uma postura mais ética no ambiente acadêmico, tanto por parte dos universitários quanto pela própria instituição. É de suma importância que se elaborem políticas institucionais voltadas para um bom desenvolvimento nas relações, principalmente naqueles onde mais carece de um cuidado ético e humanizado.

5 O CUIDADO ENQUANTO PRÁTICA NAS UNIVERSIDADES

Ao ingressar no ambiente universitário os estudantes demandam uma série de expectativas e afetos construídos ao longo da vida. Sendo assim, compreende-se que essas emoções fazem parte do processo de formação e devem ser consideradas de extrema importância para a elaboração de práticas que atuem positivamente na saúde mental desses estudantes. (CERCHIARI, 2014).

Para Loparic (RIBAS, et al., 2013), Winnicott compreende que cabe aos grupos sociais reeditarem e ampliarem os cuidados maternos promovidos ao indivíduo. Segundo o autor, isso ocorre devido ao fato de que ao longo da vida as necessidades para o processo de amadurecimento tornam-se cada vez mais diversificadas e difíceis.

Corroborando com a importância do cuidado citado acima, Pavodani (2014) infere que o suporte social é fundamental para o bem-estar psicológico e para a saúde dos estudantes, sendo que o suporte não atua somente para promover o bem-estar, também age como um fator de proteção contra o surgimento de doenças relacionadas à depressão e ao estresse.

Através de pesquisa realizada por Grener e Cerqueira (2019), os autores deixam claro que indivíduos que obtiveram algum apoio social ao longo de processos emocionais difíceis demonstraram, consideravelmente, índices menores de sofrimento psicológico. Também é possível depreender, em razão da pesquisa, que as relações interpessoais são preponderantes para a insurgência ou não de desajustes emocionais, e que a percepção negativa do ambiente é uma das principais causas de sofrimento para os estudantes.

Ribas et al. (2013) também expõe que a falta dos cuidados necessários implica em indivíduos desajustados, como também em quadros patológicos que enclausuram o indivíduo em seu sofrimento e minimizam as suas potencialidades criativas. Ambos os autores apontam para essa mesma perspectiva quando depreendem que estudantes com o maior índice de sofrimento possuem relações interpessoais menos satisfatórias.

Conforme explicitado acima, torna-se emergencial uma articulação do cuidado no ambiente para esses indivíduos, pois há diversas disparidades e dificuldades encontradas em um ambiente desfavorável que impede que o indivíduo possa desenvolver-se de forma saudável. O que torna salutar, por exemplo, a construção de uma ética do cuidado enquanto prática. De acordo com os expostos até o momento Plastino afirma que:

Na concepção winnicottiana, o vir a ser efetivo das tendências naturais requer da ação histórica. É por isso que é possível afirmar que o ser humano está radicalmente inserido na natureza e radicalmente inserido na história. Sendo constitutivo da subjetividade, o ambiente é também constitutivo do sentimento ético, não no sentido de impor algo ao sujeito em formação, mas no de favorecer o desenvolvimento de potencialidades contidas na sua forma de ser natural. (RIBAS et al., 2013, p. 123)

No trecho acima o autor afirma que o ambiente pautado por uma ética que prioriza o cuidado é condição *sine qua non* (o que é indispensável, essencial) para possibilitar que os indivíduos amadureçam naturalmente e possam agir em seu meio de maneira criativa. Dessa forma, podemos gerar uma vida mais produtiva com significado e que vale a pena ser vivida.

O cuidado implicado como prática no ambiente universitário e caracteriza-se como uma alternativa ao imperativo capitalista e à demanda por produtividade que a sociedade vivencia. Nessa perspectiva ética, compreende-se que a subjetividade dos indivíduos e as suas particularidades fazem parte do processo de formação de profissionais que objetiva torná-los aptos a cuidar de seus pares na comunidade. Conclui-se, portanto, que uma ética alicerçada no cuidado ao outro é um caminho que proporcionará indivíduos mais saudáveis e maduros, e que isso incidirá em profissionais melhor preparados e uma sociedade melhor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho foi possível avaliar algumas das idiossincrasias presentes no meio acadêmico, analisando suas particularidades e compreendendo como uma ética pautada no cuidado pode contribuir por uma melhor formação para os estudantes na área da saúde.

Através de um estudo sobre as perspectivas de vários autores, infere-se que para um desenvolvimento humano sadio é necessário que seja proporcionado aos indivíduos um ambiente favorável à satisfação de suas necessidades, à potencialização de suas qualidades e ao amadurecimento que é inerente e fundamental à condição humana.

Conclui-se, portanto, que o ambiente universitário na atualidade, especialmente em cursos na área da saúde, destoa de prerrogativas essenciais para as posteriores práticas em saúde. Afinal, é esperado que esses futuros profissionais sejam indivíduos capazes de propiciar o cuidado aos seus pares na sociedade e em seus respectivos campos de atuação, porém isso só será possível se esses estudantes experimentarem o cuidado de forma concreta, ou seja, vivenciada em sua formação.

Compreendemos que não é possível esgotarmos um assunto tão importante unicamente através deste trabalho. Sendo assim, sugere-se que, além de pesquisas participativas que objetivem entender as necessidades dos próprios estudantes, é primordial que esses estudantes cooperem para a construção de um ambiente que efetivamente forme indivíduos maduros e saudáveis.

Depreende-se, por intermédio deste trabalho que o início na vida acadêmica possui suas particularidades e que essas devem ser compreendidas. Considerando toda a discussão elencada, a ética do cuidado torna-se um caminho mais alternativo, mas necessário para que de fato tenhamos uma saúde humanizada que, indubitavelmente, preze pelo cuidado também para quem tem por ofício cuidar.

7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S. **Transição, adaptação acadêmica e exito escolar no ensino superior**. Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación, v. 15, n. 2, p. 203-215, 2007. ISSN 1138-1663.
- CERCHIARI, E. A. N. **Saúde mental e qualidade de vida em**. Faculdade de Ciências Médicas da Universidade. Campinas/SP. 2004.
- DIAS, E. O. **O cuidado como ética**. Winnicott e-prints, São Paulo/SP, v. 5, n. 2, p. 21-39, 2010.
- FELDMAN, R. S. **Introdução a Psicologia**. Tradução de Daniel Bueno e Sandra Maria Mallmann Rosa. 10^a. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2015. 486 p.
- FULGÊNCIO, L. **A ética do cuidado psicanalítico para D. W. Winnicott**. A peste, São Paulo/SP, v. 3, n. 2, p. 39-62, jul./dez. 2011.
- FURROW, D. **Ética: Conceitos-chave em filosofia**. Tradução de Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: artimed, 2007.
- GRANER, K. M.; CERQUEIRA, A. T. D. A. R. **Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1327-1346, abril 2019. ISSN 1413-8123.
- HOCH, L. C.; L., S. M. R. **Sofrimento, resiliência e fé: implicações para relações de cuidado**. 1^a. ed. São Leopoldo/RS: Editora Sinodal, 2007.
- JOLY, M. C. R. A.; SISTO, F. F.; SANTOS, A. A. A. D. **Questões do cotidiano universitário**. 1^a. ed. São Paulo/SP: Casa do Psicólogo, 2005.
- KAHTUMI, H. C. **O terapeuta/mãe, o paciente/bebê e os cuidados requeridos**. Psyche, São Paulo/SP, v. 9, n. 16, Dezembro 2005. ISSN 1415-1138.
- MAIA, M. S. **Por uma Ética do Cuidado**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Garamond, 2018.
- MARTINS, M. R. D. M. **Fala jovem**. 1^o. ed. São Paulo/SP: PAULUS, 2018.
- PADOVANI, R. D. C. et al.. **Vulnerabilidade e bem-estar psicológico do estudante universitário**. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, Rio de Janeiro/RJ, v. 10, n. 1, p. 02-10, jun 2014. ISSN 1982-3746.
- PEREIRA, M. D. S. **Condições Laborais e de Saúde dos Estudantes Universitários**. UNICESUMAR. Maringá/Pr, p. 59. 2017.
- PLASTINO, C. **A emergência espontânea do sentimento ético como tendência da natureza humana**. In: RIBAS, A. D. et al. Winnicott e a ética do cuidado. 1^o. ed. São Paulo/SP: DWW, p. 123, 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. F. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RIBAS, A. D. et al. **Winnicott e a ética do cuidado**. 1ª. ed. São Paulo/SP: DWW, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, A. B.; MOURÃO, L.; MOTA, M. M. P. E. D. **O estudante universitário brasileiro: Características cognitivas, habilidades relacionais e transição para o mercado de trabalho**. 1ª. ed. Curitiba/PR: Appris, 2016.

O USO DE ADVERGAMES COMO FERRAMENTA PARA O MARKETING EMPRESARIAL

THE USE OF ADVERGAMES AS A TOOL FOR BUSINESS MARKETING

Francisco Sandes Junior

Lucas Busato Damacena

Sidiney Silva Lopes¹

André Bessa da Silva²

RESUMO

Ao longo dos anos o marketing sofreu decorrentes mudanças e através da evolução da tecnologia surgiram novas abordagens focadas principalmente nos meios digitais, sendo estas intituladas de marketing digital. É neste novo cenário que surgiu o conceito de advergames, uma forma de marketing que junta à interatividade dos jogos digitais com propagandas de marcas e empresa, de maneira não intrusiva. Dessa forma, o presente artigo aborda o desenvolvimento de um advergame para a empresa DByte – Soluções em Informática, intitulado “Desafios DByte”, buscando compreender como o público/jogadores deste advergame avaliam a inserção de publicidade dentro dele, bem medir sua efetividade no que diz respeito a divulgação da empresa, produtos e serviços ofertados pela DByte – Soluções em Informática. No sentido de possibilitar tal estudo, após o desenvolvimento do advergame, foi realizada uma pesquisa, por meio de questionários, com os jogadores do *game*.

Palavras-chave: Advergames. Marketing. Publicidade. Jogos Digitais.

ABSTRACT

Over the years marketing has undergone changes and through the evolution of technology have emerged new approaches focused mainly on digital media, these being called digital marketing. It is in this new scenario that the concept of advergames has emerged, a form of marketing that combines the interactivity of digital games with brand and company advertising in a non-intrusive manner. Thus,

¹ Graduando em Sistemas de Informação pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Professor Orientador da Multivix Cachoeiro de Itapemirim e mestrando em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional pela Cândido Mendes - Campos/RJ.

the present article addresses the development of an advergame for the company DByte - Soluções em Informática, entitled "Desafios DByte", seeking to understand how the public / players of this advergame evaluate the insertion of advertising within it, as well as measure its effectiveness in what it does. Refers to the disclosure of the company, products and services offered by DByte - Informática Solutions. In order to enable such study, after the development of advergame, a survey was conducted through questionnaires with the players of the game.

Keywords: Advergames. Marketing. Publicity. Digital Games.

1 INTRODUÇÃO

O primeiro jogo eletrônico da história foi datado de 1958. De acordo com LEITE (2006), ele foi desenvolvido em um laboratório norte-americano, pelo físico William Higinbotham, e ficou conhecido como Tennis Programing, ou simplesmente Tennis for Two. Era um jogo simples, jogado através do software de um osciloscópio, equipamento para medição de sinais elétricos/eletrônicos, onde o jogador controlava a trajetória de uma bola que saltava ao longo da tela, simulando um jogo de tênis.

Desde a criação deste jogo, o mercado de *games* eletrônicos evoluiu e vem ganhando cada vez mais notoriedade e espaço, passando os jogos a serem um elemento comum e bastante conhecido na sociedade. Atualmente, de acordo com BONFIM et al. (2018) este mercado se constitui de uma indústria bilionária, sendo um dos setores que mais cresce no ramo da mídia e entretenimento, tendo papel de destaque na cultura contemporânea.

Essa expansão fez com que ele despertasse o interesse de outras áreas, com destaque a de marketing, a qual através desta surgiu o conceito de advergames, definido por MEDEIROS (2009), como jogos, em particular eletrônicos, utilizados para a divulgação de organizações, marcas, produtos ou serviços. Ou seja, são jogos projetados para serem usados como ferramenta de marketing, tendo seu enredo, design e elementos construídos prioritariamente para divulgar algo.

Os advergames surgiram, de acordo com PEPPE (2010), como uma forma de buscar distanciar-se das formas padrões de publicidade, como televisão e rádio, e

de criar uma mídia de marketing mais interativa, que permita melhorar o reconhecimento da marca e atrair a atenção do consumidor, visto que por meio do surgimento e uso dos deles há

[...] uma ruptura dos modelos tradicionais de se fazer e pensar publicidade. Através dos jogos digitais a empresa passa a ter a possibilidade de ter seu nome veiculado a outro meio de comunicação. A empresa, ao optar pela criação de um adverggame, afasta-se da forma tradicional de se pensar e fazer publicidade [...] (COELHO, 2011, p. 170).

Nesta direção, em relação ao mercado de games e adverggames, de acordo com pesquisa realizada pela PricewaterhouseCoopers Brasil (PWC) o faturamento com jogos digitais em 2016 chegou a US\$644 milhões no Brasil, e em 2021, a expectativa é que atinja US\$1,4 bilhão, com crescimento médio de 17% ao ano. A partir desses dados e reconhecendo que as empresas precisam inovar constantemente para se manterem competitivas, adentrar neste mercado por meio dos adverggames e utilizá-los como uma forma de conciliar marketing a jogos digitais se apresenta como uma opção viável para se incluir no plano de divulgação de uma empresa.

Entretanto, de acordo com Fernandes, Veiga e Borges (2018) os adverggames são um tema com um número ainda relativamente pequeno de trabalhos científicos publicados, principalmente no Brasil. Dessa forma, novos estudos se tornam importantes para auxiliar na compreensão de todos os aspectos envolvidos no assunto, bem como para que o tema ganhe maior notoriedade no mercado e no planejamento de marketing das empresas.

Diante disso, este trabalho buscou abordar a utilização de um adverggame como ferramenta de marketing para a empresa DByte – Soluções em Informática, localizada em Conceição do Castelo, estado do Espírito Santo. Para chegar a isso, inicialmente foi desenvolvido um adverggame para a empresa, de forma a incluí-lo e aplicá-lo como um de seus meios de marketing.

Em seguida, realizou-se uma pesquisa com seus jogadores, através de um questionário online aplicado após concluírem o jogo. O objetivo da pesquisa consistiu em compreender como o público avalia a inserção de publicidade da

empresa dentro deste advergame, assim como verificar se ele foi capaz de fazer os jogadores conhecerem melhor a empresa, os produtos e serviços ofertados pela DByte – Soluções em Informática. A presente pesquisa busca também contribuir nos estudos sobre tema, visto que, como reforça BERIMBAU (2010), ele ainda não é muito discutido, principalmente no Brasil, o que faz existir lacunas sobre o assunto ainda não tratadas em profundidade no campo científico.

2 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida, inicialmente, consistiu na produção de um advergame para a empresa DByte – Soluções em Informática, localizada em Conceição do Castelo, Espírito Santo. Ela é uma empresa voltada para a área de informática e telefonia, sendo suas principais atividades a manutenção e venda de acessórios e equipamentos de informática, como computadores, notebooks e periféricos, dentre outros; e a manutenção de dispositivos celulares e venda acessórios. Assim, o advergame proposto foi criado de forma a trazer entretenimento aos jogadores ao mesmo tempo em que divulga os serviços e produtos ofertados pela empresa.

O advergame, intitulado “Desafios DByte” deve como plataforma alvo o celular, dada a sua portabilidade e facilidade de uso para os usuários, e seu desenvolvimento ocorreu através do motor gráfico Unity³, considerado um dos mais utilizados no ramo de desenvolvimento de jogos, sendo ainda gratuito, dessa forma seu desenvolvimento não gerou custos financeiros. A codificação do *game* foi feita através da linguagem C#, uma linguagem de alto nível e orientada a objetos. Não obstante, o advergame criado é um jogo casual, construído para ter fácil jogabilidade com a possibilidade de ser completado através de 10 a 15 minutos de jogo.

Ao completar o jogo, foi apresentado ao jogador um questionário composto de perguntas de múltipla escolha, para avaliarem a inserção de publicidade da empresa dentro deste advergame. Dessa forma, foi avaliado se o advergame é visto de forma

³ Motor gráfico desenvolvido pela Unity Technologies, que oferece ferramentas de alto nível para a criação de jogos 2D e 3D, para diversos dispositivos, tais como computadores, videogames e celulares. Por meio dele é possível produzir jogos com física e colisões, animações, sons, inteligência artificiais e diversas outras funcionalidades.

agradável pelo público, assim como se ele permitiu que os jogadores conhecessem melhor a empresa, seus produtos e serviços.

Para chegar a esses resultados, a metodologia adotada no trabalho em questão consistiu em uma pesquisa quantitativa, que é compreendida como aquela que

[...] se realiza na busca de resultados precisos, exatos, comprovados através de medidas de variáveis preestabelecidas, na qual se procura verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, através da análise da frequência de incidências e correlações estatísticas (MICHEL, 2005, p.33).

A pesquisa seguiu o cunho quantitativo, visto que foram utilizados questionários, destinados aos jogadores, para mensurar dados capazes de responder ao problema levantado, já que como destacam Manzato e Santos (2012) esse tipo de pesquisa pode ser utilizada para medir opiniões e informações sobre um público alvo, através de dados colhidos e organizados de uma amostra aleatória ou previamente selecionada.

Para chegar a esses dados, o adverggame foi lançado e divulgado através da loja oficial de aplicativos do Android (Google Play) e nas redes sociais da empresa, além de ser enviado para sua lista de contatos. O questionário do adverggame esteve disponível ao público durante o prazo de quinze dias e obteve 40 respostas. Durante este período, os jogadores puderam baixar, jogar o jogo, e responder a pesquisa. Após, a coleta de questionários foi finalizada e os dados obtidos foram tratados, quantificados e organizados.

Não obstante, esta pesquisa também ganha caráter qualitativo, uma vez que foi feita uma análise a partir das respostas colhidas, buscando compreender a reação e envolvimento do jogador/consumidor frente à publicidade que lhe foi apresentada durante o jogo. Ressalta-se ainda, que o levantamento desse *feedback* contribuiu para a empresa DByte – Soluções em Informática verificar e aprimorar suas estratégias futuras de marketing.

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O marketing é um processo dinâmico e em constante modificação, que está presente em praticamente todas as atividades humanas e que vem sempre ganhando novos horizontes, adaptando-se as novas realidades e tecnologias. O marketing pode ser definido como

[...] a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos de empresas ou indivíduos e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem-estar da sociedade (LAS CASAS, 2001, p. 26).

Dentro do contexto empresarial, ele pode ser descrito de forma mais objetiva como sendo, de acordo com Dias (2003), a função empresarial que cria valor para o cliente e proporciona vantagem competitiva à organização. Aliado a isso, Garcia (2004) salienta que o marketing é algo essencial e está relacionado a atender e satisfazer as necessidades dos consumidores, buscando criar um elo entre empresa e cliente, com objetivo de gerar valores mútuos.

Partindo deste cenário, com a evolução da tecnologia e o surgimento da internet, smartphones e redes sociais, o marketing até então focado em mídias físicas, como jornais, banners e outdoors, passou para o meio digital, dando origem ao marketing digital, que tem como característica marcante, segundo Martins (2010), o uso dos meios digitais para a realização do marketing, a fim de obter novos clientes e providenciar serviços que ajudem a melhorar a relação com clientes já estabelecidos.

O marketing digital está presente também, além da internet, nos aplicativos de computadores, smartphones e tablets. Junto desses, um instrumento de grande potencial são os advergames, que de acordo com Conde-Pumpido (2014), é ferramenta ainda relativamente nova, que pode ser compreendida como um jogo criado por uma marca anunciante, capaz de traduzí-la e de transmitir suas ideias publicitárias através do enredo e contexto presente nele.

3.1 Compreendendo os Advergames

De acordo com BOSÁK (2016), advergame é um termo formado pela junção das palavras "publicidade" e "jogo", utilizado para descrever um *game* digital que já foi especialmente projetado para promover um determinado produto, serviço ou marca. Eles são normalmente distribuídos gratuitamente para jogar, já que não se espera que gerem lucros, mas sim um entretenimento que permita uma chance de persuadir o jogador e criar um vínculo entre ele e a marca.

Neste contexto, os advergames são um meio de publicidade, não muito diferente da televisão, comerciais ou banners de sites, mas comparado a eles, possui elementos que buscam tornar mais próximo o contato entre a marca e o público (ROCHA, 2010). Para melhor explanar o assunto, destaca-se um advergame produzido pela empresa Rexona, no qual observa-se que

O game da marca de desodorantes Rexona, Foot Zombie, é um game interessante, feito em moldes Shooter, em que um atirador precisa chegar ao estádio de futebol enquanto enfrenta uma horda de zumbis que assim se tornaram, pois suaram muito. Como o conceito da campanha é "o futebol te transforma e o primeiro sintoma é a transpiração", devemos atirar Rexona neles, até que voltem a ser humanos. [...]. O jogador tem a missão de chegar ao estádio da cidade sem virar zumbi e transformar as pessoas novamente em humanos (LAZARINI, 2011, p. 28).

A partir desse exemplo, verificam-se como as publicidades dos advergames apropriam-se dos elementos de um jogo para transmitir suas mensagens, no caso destacado, são encontrados os elementos normais de um jogo de ação, como inimigos, armas e cenários, entretanto como verifica-se todo o contexto e enredo dele é personalizado para divulgar a marca e produtos da empresa. Essa integração entre publicidade e jogos permite ainda, como reforça MEDEIROS (2009), que o consumidor fique exposto mais tempo à propaganda sem dispersar a atenção ou perder o foco.

Neste caminho, ÇELTEK (2010) salienta que os advergames são métodos atraentes de fazer a marca transmitir sua mensagem e de fazer os consumidores a associarem a algo único. Toda vez que eles abrem e jogam o jogo, são reintroduzidos na marca, o que possibilita trabalhar melhor a lembrança dela, e, além disso, os

jogadores/consumidos, diferente dos outros meios, têm ainda a propaganda conciso o tempo todo, seja no celular, tablet, computador ou outro meio capaz de executá-lo. Dessa forma, os advergames aparecem como uma ferramenta interessante para as empresas integrarem nos seus planos de marketing (FREITAS; PATRIOTA, 2011). Contudo, analisar também o que está implícito neles é fundamental para compreender melhor toda sua dimensão. Nesse sentido, averiguar as mecânicas e estudos que contemplam os jogos possibilita chegar a um entendimento mais plausível do assunto, já que como SIQUEIRA e BRONSZTEIN (2015) ressaltam, advergames são em essência uns jogos originais, porém construídos com caráter promocional.

3.2 Um Paralelo Entre Jogos e Advergames

Os jogos são uma invenção humana que se relaciona a fatores sócio-econômico-culturais e estão se proliferando cada vez mais na sociedade, principalmente os jogos digitais dados a maior democratização da tecnologia ao longo do tempo. Seguindo essa linha, entende-se que os *games* são importantes no desenvolvimento do ser humano e que são capazes de atraí-lo pelos seguintes motivos:

1. Aprendizado: jogamos porque gostamos de aprender.
2. Desafio: desafios criam espaços de significação em determinadas atividades antes sem sentido, e isso nos atrai.
3. Feedback: os jogos, ao contrário da vida, nos dão feedbacks rápidos e claros.
4. Significado épico: [...] gostamos de nos sentir importantes em nossas buscas.
5. Prazer autotélico: jogamos porque jogar é gostoso por si só (SANTAELLA; NESTERIUK; FAVA, 2018, p. 40).

Na mesma direção, os jogadores se motivam a jogar, também, pelo fato de os jogos sequencialmente desafiá-los e exigir ações, ao passo que o jogador aumenta suas habilidades. Não diferente, para MCGONIGAL (2011) os jogos motivam a avançar em suas etapas e adquirir recompensas à medida que os se supera seus desafios, o que os tornam capazes de criar um elo forte com os usuários.

Além disso, eles resultam na inserção temporária do jogador em uma realidade alternativa, capaz de alterar o equilíbrio das sensações normais, permitindo que o usuário tenha uma experiência única, simulando sua presença em um mundo

diferente (GARRIS; AHLERS, DRISKELL, 2002). Essa realidade criada pelo *game* faz os jogadores geralmente ficarem mais alertas e atentos, suas mentes focam apenas nesta tarefa, tornando-os inconscientes de outros estímulos. Esse estado de atenção pode aumentar a adrenalina, a pressão arterial e os batimentos cardíacos, e todos esses efeitos geram excitação e motivação (REICH; VORDERER, 2015).

Além do contexto apresentado acima, o que torna atrativo integrar elementos de jogos em estratégias publicitárias é que os jogos, por si só já chamam a atenção das pessoas, ou seja, possuem características de livre adesão (ARRUDA, 2011), dessa maneira a ação de entrar no jogo parte do jogador/consumidor, o que acaba aumentando a possibilidade de que ele mantenha a marca em mente, mesmo de maneira inconsciente (BOGOST, 2007).

Ao desenvolver um *advergame*, um dos objetivos da empresa, segundo BONINI e FONSECA (2014) é a conexão emocional do jogador com três elementos essenciais, a marca, o jogo e o ambiente, de maneira integrada, para isso a presença e desenvolvimento de um herói dentro do jogo é fundamental. Diante disso, FERREIRA e FALCÃO (2016) ressaltam que a presença de um personagem principal nos *games* possibilita o usuário chegar numa fase em que ele tenha a sensação de estar no lugar dele. Assim, dentro de um *advergame* o jogador, ao chegar nessa fase, passa a ficar em contato direto com a marca, possibilitando publicidades mais próximas e íntimas.

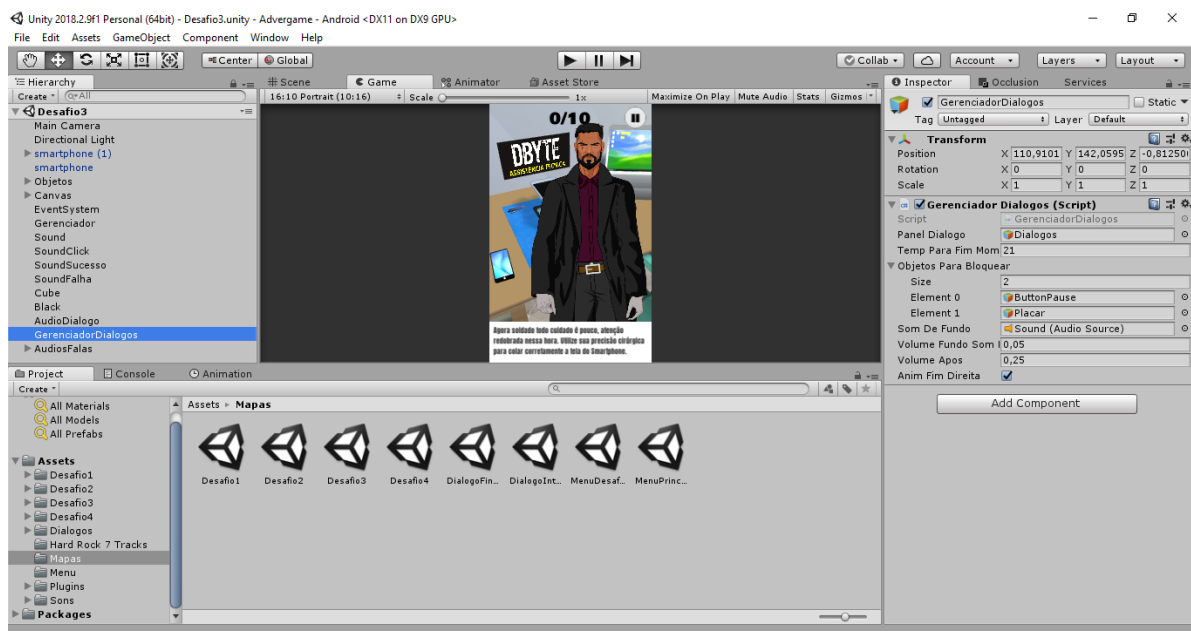
Além de tudo, de acordo com SHARMA (2009) os *advergames* possuem a capacidade de prender os usuários em suas histórias e objetivos, e possuem um tempo de exposição publicitária de cerca de 5 a 10 minutos, sendo muito maior que outras mídias, como rádio e televisão, que tem duração em torno de 10 segundos. Dessa forma, o anunciante possui muito mais tempo para se apresentar ao público.

4 RESULTADOS

O *advergame* “Desafios DByte”, destinado a empresa DByte – Soluções em Informática, foi desenvolvido durante 14 dias e consistiu em um *game mobile* composto de 4 desafios, onde cada desafio apresenta uma atividade realizada pela

empresa juntamente com um enredo explicativo, dessa forma os jogadores puderam conhecê-las e realizá-las para completar os desafios. O advergame foi codificado em linguagem de programação C# e utilizou a *engine* Unity, como motor gráfico para a concepção do jogo. Na figura 1 e 2, respectivamente, é apresentado o desenvolvimento do Desafio 3 dentro da Unity e algumas capturas de tela do advergame já pronto.

Figura 1 – Desenvolvimento do Advergame através da Unity



Fonte: Próprio autor (2019)

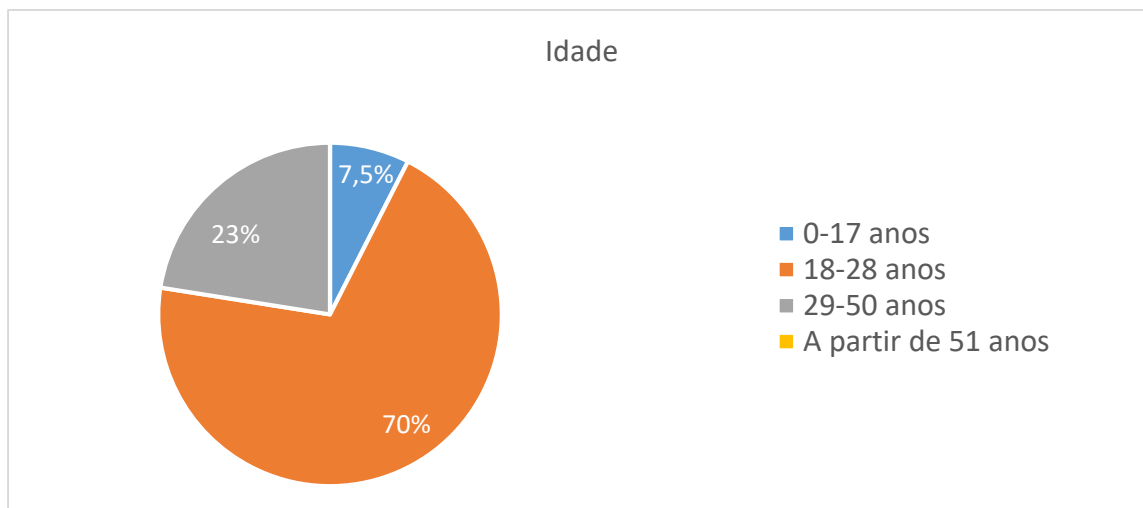
Figura 2 – Capturas de tela do Advergame “Desafios DByte”



Fonte: Próprio autor (2019)

Após a produção, o *game* foi enviado a loja oficial de aplicativos do Android, a Google Play, por lá os jogadores puderam baixá-lo e posteriormente responder a pesquisa. Através da análise dos dados obtidos dos 40 jogadores que a responderam, a maioria possui idade entre 18 e 28 anos, como demonstra o Gráfico 1 abaixo, sendo os participantes 55% do sexo masculino e 45% feminino.

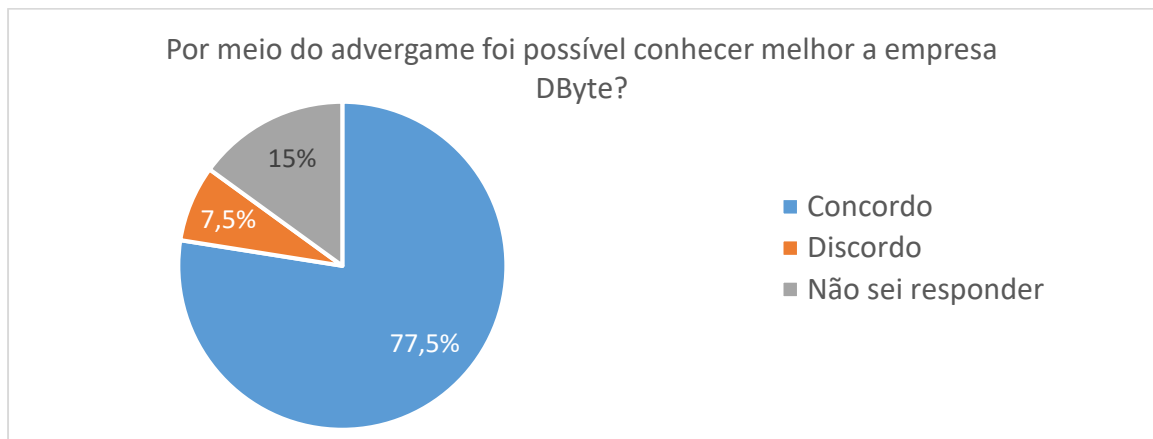
Gráfico 1 – Idade dos participantes do questionário



FONTE: Próprio autor (2019)

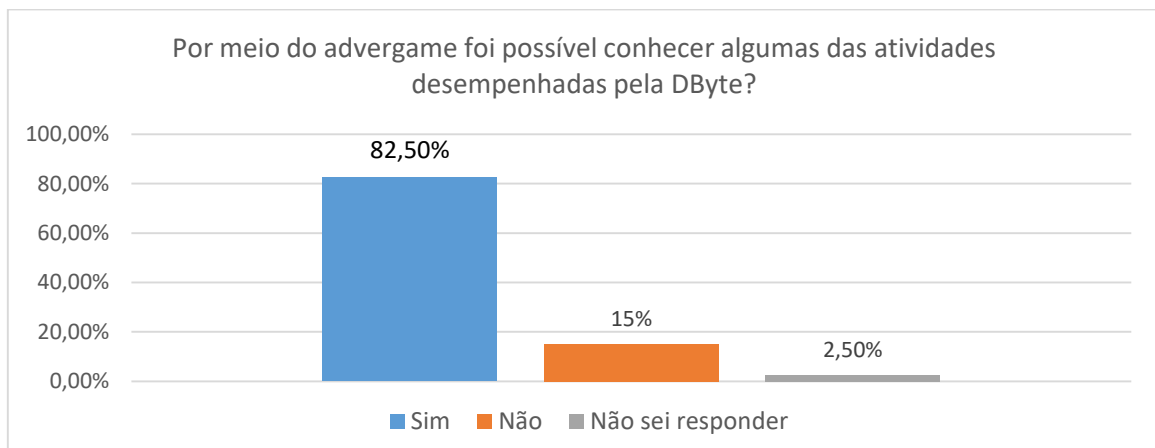
Ao serem questionados se o *advergame* permitiu conhecer melhor a empresa DByte, 77,5% concordaram, 13,3% discordaram e 7,5% não souberam responder, como apresenta o Gráfico 2. Da mesma forma, ao serem indagados se o *advergame* possibilitou conhecer as atividades desempenhadas pela empresa a maioria concordou, como apresenta o Gráfico 3. Isso vai de acordo com BOSÁK (2016), que afirma que as pessoas percebem os *advergames* como um meio de diversão e por isso ficam imersos e receptivos as mensagens publicitárias deles, o que os trazem um grande poder de persuasão e capacidade de transmitir anúncios.

Gráfico 2 – Reconhecimento da marca



Fonte: Próprio autor (2019)

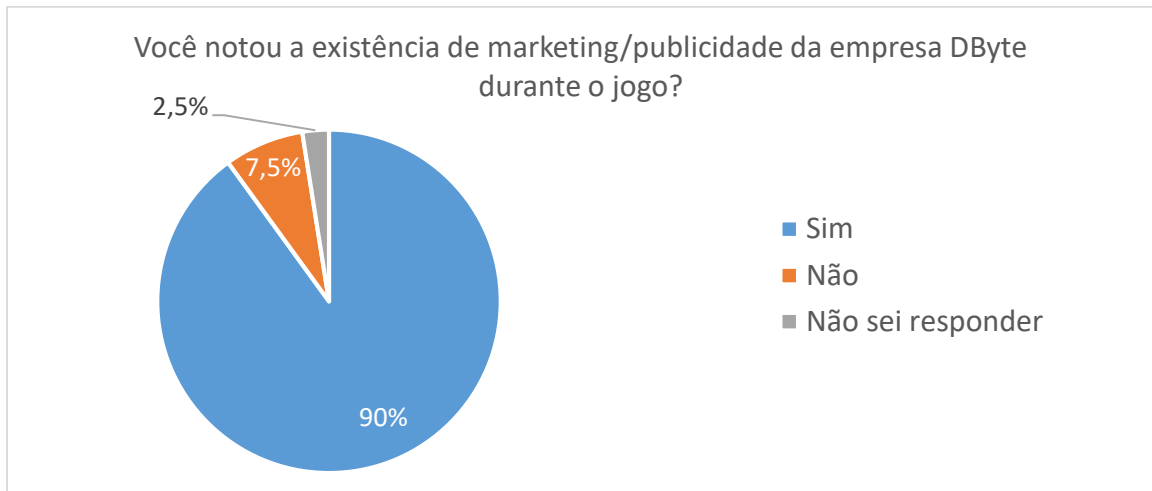
Gráfico 3 – Reconhecimento das atividades da empresa



FONTE: Próprio autor (2019)

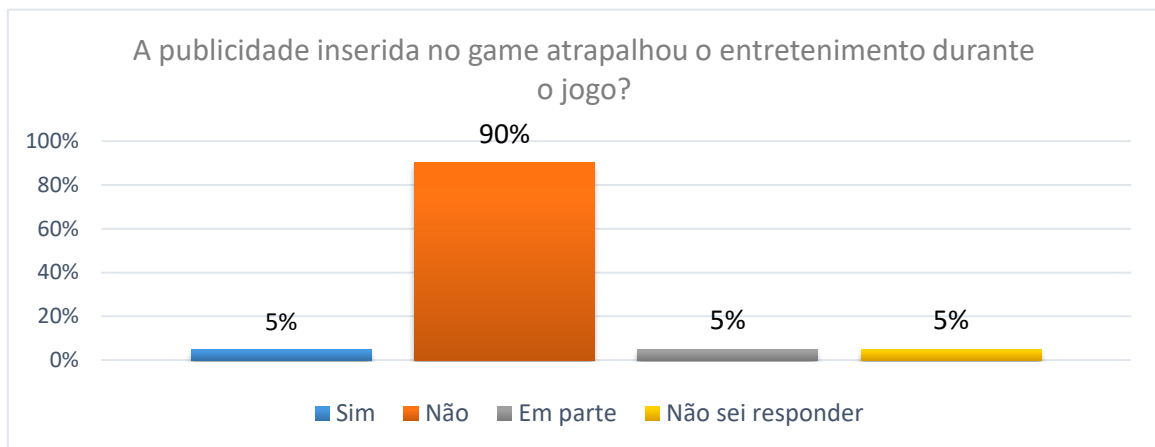
Não diferente, para compreender como o público interagiu com a publicidade do jogo, foi questionado se eles notaram a presença dela, além de como avaliam a relação dela com a jogabilidade e entretenimento dentro do jogo. Como resultado, 90% dos participantes afirmaram ter notado a presença de publicidade (Gráfico 4). Em relação à jogabilidade, 90% afirmam que a publicidade não atrapalhou eles jogarem, como apresenta o Gráfico 5. Já em relação ao entretenimento, 90% afirmam também não ter atrapalhado em nada o jogo (Gráfico 6).

Gráfico 4 – Percepção dos jogadores em relação à publicidade



FONTE: Próprio autor (2019)

Gráfico 5 – Relação entre publicidade e a jogabilidade do game



FONTE: Próprio autor (2019)

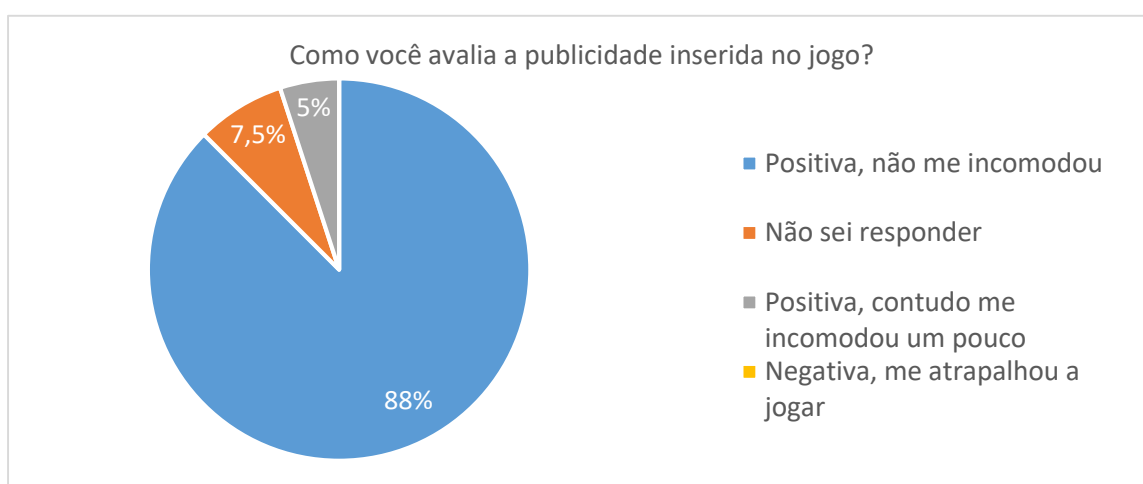
Gráfico 6 – Relação entre a publicidade e o entretenimento do game



FONTE: Próprio autor (2019)

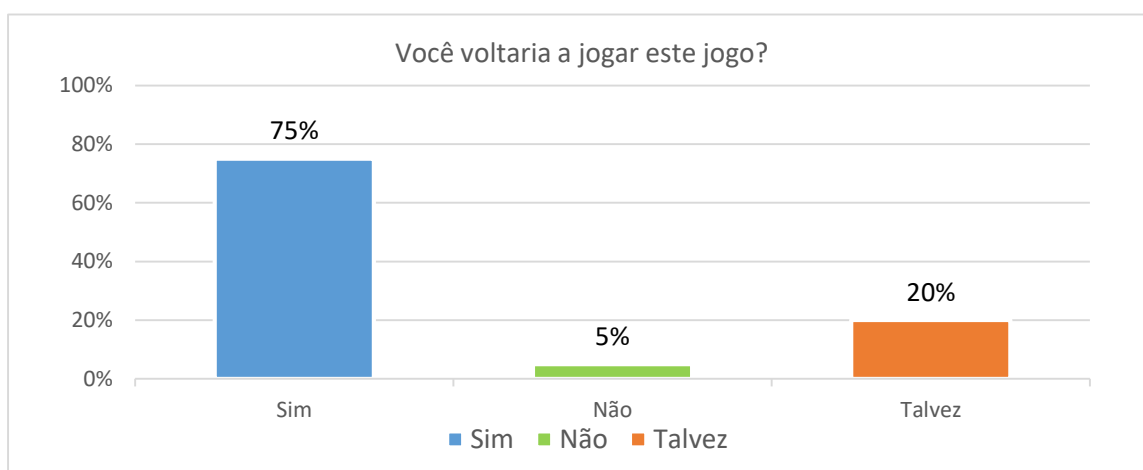
Já quando questionados sobre como avaliam a publicidade inserida no adverggame, 88% dos jogadores afirmam considerar este tipo de publicidade positiva, de forma que não incomoda a experiência de jogo, 6.7% responderam considerar positiva, contudo, afirmam incomodar um pouco, 5% não souberam responder e 0% avaliaram como negativa, como mostra o gráfico 7. Por fim, 75% dos participantes afirmam que voltariam a jogar este adverggame e 82,5% recomendariam a algum amigo, como apresenta os gráficos 8 e 9, respectivamente, demonstrando assim a alta aceitabilidade do público em relação ao adverggame.

Gráfico 7 – Avaliação dos participantes em relação à publicidade



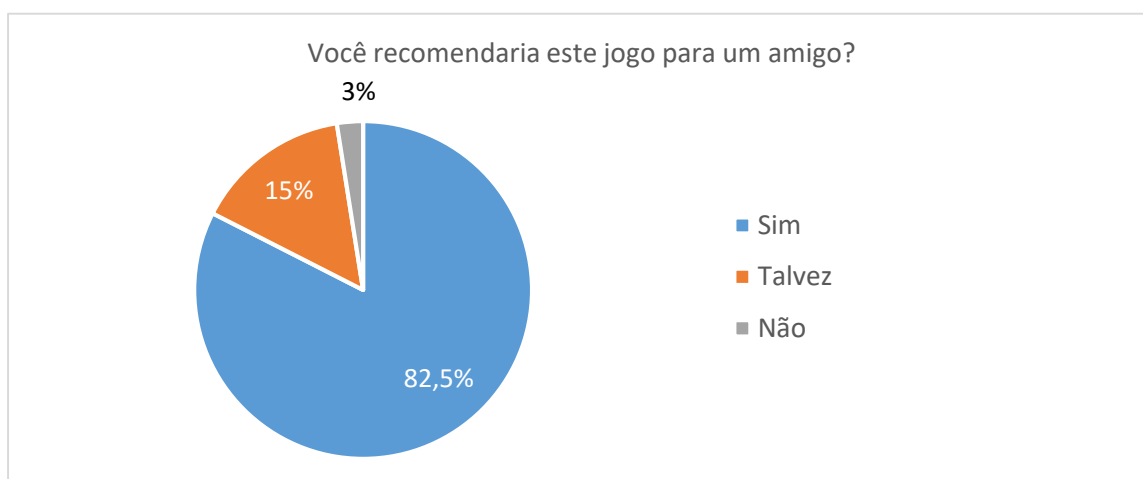
FONTE: Próprio autor (2019)

Gráfico 8 – Retorno ao adverggame



FONTE: Próprio autor (2019)

Gráfico 9 – Recomendação do advergame



FONTE: Próprio autor (2019)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Clarisse G. E. Pepe (2017), no atual contexto de interatividade e tecnologia em que as organizações estão inseridas, é necessário que elas se adaptem aos meios digitais e busquem novas estratégias de marketing capazes de atingem as pessoas, visto que elas são consideradas o ativo mais valioso de uma empresa. Criar laços e obter sucesso na aquisição de novos clientes aumenta o valor da organização ao longo do tempo, permitindo-a se manter estável e competitiva.

Pensando nisso, na busca por novos mecanismos de marketing as empresas podem encontraram no mercado de jogos digitais, especificamente nos advergames, uma possibilidade de impulsionar suas publicidades, visto que eles possibilitam integrar jogos digitais e marketing em um produto único. Dessa forma, o trabalho em questão buscou contribuir com o estudo a cerca dos advergames, visto que é um tema ainda pouco debatido e explorado no Brasil.

Através desta pesquisa, compreendeu-se que o advergame “Desafios DByte” permitiu ao público conhecer melhor a empresa e atividades da DByte – Soluções em Informática, além de ter fortalecido a conscientização da marca, que como destacam KOTLER e KELLER (2012), é o potencial dos consumidores identificarem e lembrarem uma marca, sendo isso imprescindível para instigar a intenção de compra das pessoas.

Verificou-se ainda a capacidade do advergame de se auto propagar, dado que, 82,5% dos participantes da pesquisa afirma que recomendariam o game “Desafios DByte” a um amigo, dessa forma, um advergame se demonstra uma grande ferramenta com possibilidade de realizar marketing viral, ou seja, um tipo de marketing capaz de explorar conexões pessoais e fazer o próprio público divulgá-lo.

Verificou-se ainda, através do decorrer desta pesquisa e levando em conta o advergame desenvolvido, que a publicidade, mesmo sendo percebida pelos jogadores, não atrapalham a jogabilidade nem o entretenimento de um advergame, indo de encontro a FREITAS e PATRIOTA (2011), que afirma que esse tipo de jogo traz aos jogadores momentos de diversão e valor à marca publicitária, sem perdas para ambas as partes, visto que não necessitam do uso de mensagens invasivas para transmitir anúncios publicitários.

Não obstante, os resultados obtidos foram bastante positivos, sendo que o advergame foi capaz de transmitir suas mensagens publicitárias de forma clara, atingindo seu objetivo de divulgar a marca DByte – Soluções em Informática e apresentar seus serviços ao público, trazendo feedbacks importantes e efeitos de marketing benéficos a empresa, o que demonstra a grande capacidade dos advergames de transmitir textos publicitários de forma inteligente e sem causar repulsa nos consumidores.

Dessa forma, o presente trabalho possibilitou apresentar o conceito de advergame e sua aplicação em campanhas publicitárias, e da mesma maneira, foi possível identificar que eles possuem capacidade de gerar bons retornos às empresas investidoras, além de ter um custo viável inclusive para pequenas empresas, já que podem ser construídos sob medida para a realidade de cada organização.

6 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucidio Pimenta. **Aprendizagens e Jogos Digitais**. São Paulo: Alínea, 2011.

BERIMBAU, Mauro Miguel Rodrigues. **Advergames Comunicação e Consumo de Marcas**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, São Paulo, 2010.

BOGOST, Ian. **Persuasive Games: the expressive power of videogames**. Cambridge: The MIT Press, 2007.

BONFIM, Camila et al. **Um estudo sobre motivação entre o Minecraft e o Gamebook Guardiões da Floresta**. Bahia, 2018. Disponível em: <<http://www.sbgames.org/sbgames2018/files/papers/EducacaoFull/187125.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

BONINI, Luci Mendes de Melo; FONSECA, Gilbson. Advergames: uma nova forma de se fazer publicidade. **Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**. v.4, n.6, p. 143-155, 2014.

BOSÁK, Peter. **Utilization of advergames in marketing strategies**. Tese (Graduação em Informática) - Masaryk University, Brno, República Tcheca, 2016.

ÇELTEK, Evrim. Mobile advergames in tourism marketing. **Journal of Vacation Marketing**. Tokat, Turquia, v.16, n.4, p. 268-281, 2010.

COELHO, Patrícia Margarida Farias. As Narrativas Multissequências e as Transnarrativas Midiáticas Encontradas nos Games e nos Advergames. **Revista GEMInIS**. São Paulo, n.2, ano 2, p. 16 -179, 2011.

CONDE-PUMPIDO, Teresa de La Hera. **Persuasive structures in advergames: Conveying advertising messages through digital games**. Dissertação (Doutorado em Estudo dos Jogos) – Universidade de Utrecht, Utrecht, Holanda, 2014.

DIAS, Sergio Roberto. **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERNANDES, Izabella B.; VEIGA, Ricardo T.; BORGES, Fábio R.F. A efetividade das estratégias de advergaming: um estudo experimental comparando advergames e in-game advertising. **Revista Brasileira de Marketing – ReMark**. Minas Gerais, v.17, n.2, p. 187-203, 2018.

FERREIRA, Emmanoel; FALCÃO, Thiago. **Atravessando as bordas do círculo mágico: imersão, atenção e videogames**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/1075/pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

FREITAS, Daniele A.; PATRIOTA, Karla R.M.P. **Os advergames como possibilidade midiática diante da segmentação do mercado**. Artigo (Graduação em Publicidade e Propaganda) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2011.

GARCIA, Danielle Franco de Magalhães. **Marketing de Relacionamento no setor de transporte aéreo de passageiros no Brasil em 2004; o caso TAM**. Monografia

(Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GARRIS, Rosemary; AHLERS, Robert; DRISKELL, James. **Motivation, and Learning: A Research and Practice Model**. SIMULATION & GAMING, v. 33, n.4, 2002.

LAS CASAS, Alexandre L. **MARKETING: Conceitos, exercícios, casos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAZARINI, Filipe Beneli. **Processos de criação de advergame e o uso do videogame na publicidade**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

LEITE, Leonardo Cardarelli. **Jogos eletrônicos multi-plataforma compreendendo as plataformas de jogo e seus jogos através de uma análise em design**. Dissertação (Mestrado em em Design) – PUC RJ, Rio de Janeiro, 2006.

KOTLER, P; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson PrenticeHall, 2012.

MCGONIGAL, J. **Reality is broken : Why games make us better and how they canchange the world**. New York: Penguin Press, 2011.

MANZATO, A.J; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.sbgames.org/papers/sbgames09/culture/short/cults3_09.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MARTINS, Daniela. **Marketing Digital Criação de um e-book descomplicado para grupos de voluntariado**. Dissertação (Mestrado em Multimídia) – Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2010.

MEDEIROS, J.F. **Advergamos: A publicidade em jogos digitais como forma de atrair o consumidor**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/ensino_2012_1/elaboracao_questionarios_pesquisa_quantitativa.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

PEPE, Clarisse Gaia Edais. **O marketing na era digital: classificação e aplicação das ferramentas modernas para o relacionamento com o consumidor**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PEPPE, Fabio. **Unidade: Advergamos**. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://arquivos.cruzeirosulvirtual.com.br/materiais/disc_2010/mat_grad_ahj/unidade4/cont_teorico_IV.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2019.

ROCHA, Diego et al. **Os advergames, a Estética e o Marketing**. Pernambuco, 2010. Disponível em: <http://www.sbgames.org/papers/sbgames10/artanddesign/Full_A%26D_17.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SANTAELLA, Lucia; NESTERIUK, Sérgio; FAVA, Fabrício. **Gamificação em debate**. São Paulo: Blucher, 2018.

REICH, Sabine.; VORDERER, Peter. **Online games, player experiences**. In **The International Encyclopedia of Digital Communication and Society**. Alemanha, 2015.

SHARMA, Muskan. **Advergaming - The Novel Instrument in the Advertsing**. Índia, 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/82195757.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

SIQUEIRA, Olga Santos; BRONSZTEIN, Karla Patriota. **Jogos sociais e publicidade: refletindo sobre os quatro níveis de engajamento digital do consumidor**. Artigo (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE O ADVERGAME “DESAFIOS DBYTE”

Olá, esta é uma pesquisa sobre o advergame Desafios DByte. Por favor, responda as perguntas a seguir.

Nome

Idade *

- 0-17 anos
- 18-28 anos
- 29-50 anos
- A partir de 51 anos

Sexo *

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não declarar

Por meio do advergame foi possível conhecer melhor a empresa DByte? *

- Concordo
- Discordo
- Não sei responder

Por meio do advergame foi possível conhecer algumas das atividades desempenhadas pela DByte? *

- Sim
- Não
- Não sei responder

Você notou a existência de marketing/publicidade da empresa DByte durante o jogo? *

- Sim
- Não
- Não sei responder

A publicidade inserida no game atrapalhou a sua jogabilidade? *

- Sim
- Em parte
- Não
- Não sei responder

A publicidade inserida no game atrapalhou o entretenimento durante o jogo? *

- Sim
- Em parte
- Não
- Não sei responder

Você voltaria a jogar este jogo? *

- Sim
- Não
- Talvez

Você recomendaria este jogo para um amigo? *

- Sim
- Não
- Talvez

Como você avalia a publicidade inserida no jogo? *

- Positiva, não me incomodou
- Positiva, contudo me incomodou um pouco
- Negativa, me atrapalhou a jogar
- Não sei responder

TRIBUTAÇÃO DO PIS/COFINS NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS HOSPITALARES

TAXATION OF PIS / COFINS IN THE MARKETING OF HOSPITAL PRODUCTS

Renan Ferreira da Silva¹

Fabiano Ferreira da Silva²

RESUMO

Esse estudo tem por objetivo identificar se o Decreto nº 6.426/2008, onde dispõem sobre a alíquota zero para comercialização de produtos hospitalares poderá ser aplicado ao regime cumulativo. O estudo será baseado em pesquisa bibliográfica tendo amparo nas legislações do PIS/COFINS e decisões judiciais dos tribunais regionais federais. Evidencia-se que em alguns casos o contribuinte recorre ao judiciário para conseguir o benefício fiscal do decreto. O que o judiciário acaba concedendo uma vez que a legislação pode ser omissa ou confusa no momento de sua interpretação até mesmo pelo judiciário ou pelo contribuinte. Porém o que se pode concluir é que apesar do judiciário conceder autorização judicial para utilização dos benefícios trazidos pelo Decreto, a leitura por completa da legislação, isso incluindo o seu preambulo, artigos, incisos e parágrafos é importante para esclarecer como o contribuinte deve-se comportar para fins da tributação dos produtos comercializados com hospitais no regime cumulativo, que nesse caso a redução da alíquota zero está vinculada apenas ao regime não-cumulativo.

Palavras-chave: Decreto; Produtos Hospitalares; Cumulativo; Não-Cumulativo; Alíquota Zero.

ABSTRACT

The purpose of this study is to identify whether Decree nº 6.426/2008, where they have a zero rate for marketing of hospital products, may be applied to the cumulative regime. The study will be based on bibliographic research having support in the PIS/COFINS legislation and judicial decisions of the federal regional courts. It is evident that in some cases the taxpayer appeals to the judiciary to obtain the tax benefit of the decree. What the judiciary ends up conceding since the legislation can

¹ Doutorando em Ciências Contábeis – FACCACI. renan.ferreira@hotmail.com

² Mestrando em Ciências Contábeis – FACCACI.fabiano.pessoal@hotmail.com

be omitted or confused at the time of its interpretation even by the judiciary or the taxpayer. But what we can conclude is that although the judiciary grants judicial authorization to use the benefits brought by the Decree, a complete reading of the legislation, including its preamble, articles, paragraphs and paragraphs is important to clarify how the taxpayer should for the purposes of taxing products marketed with hospitals under the cumulative regime, in which case the zero rate reduction is linked only to the non-cumulative regime.

Keywords: Decree; Hospital products; Cumulative; Non-cumulative; Zero rate.

1 INTRODUÇÃO

A constituição federal no título VI estabelece as diretrizes para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, instituir os tributos, sejam eles: Impostos, Taxas e Contribuições. (BRASIL, 1988). Com isso a constituição prevê as regras que irão nortear o orçamento desse mesmo sistema federativo. (TORRES, 2005). A própria constituição federal dispõe que somente a União poderá instituir as contribuições sociais e disciplina algumas restrições quando se trata das contribuições incidentes nas receitas de: exportações, importação de produtos e tipos de alíquotas, tais como: *ad valorem* ou específica. (BRASIL, 1988).

Em seu artigo nº 195 da própria constituição federal, ela prevê o financiamento da seguridade social, onde o mesmo indica de onde irá surgir tais recursos para o custeio e demonstra também que será dos: empregadores, trabalhadores, concursos prognósticos e do importador. (BRASIL, 1998). Com intuito de criar o financiamento da seguridade social o governo federal aprovou a lei complementar nº 07/1970, que instituiu uma dessas contribuições sociais que teve a finalidade de integrar o trabalhador na vida e no desenvolvimento nas empresas, essa mesma contribuição foi chamada de Programa de Integração Social – PIS. (BRASIL, 1970). Posteriormente foi aprovada a lei complementar nº 70/1991, que institui outra contribuição social, chamada de Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, que por sua vez a sua finalidade também é complementar o orçamento da seguridade social. (BRASIL, 1991).

Essas mesmas contribuições sociais passaram por várias alterações durante o longo dos anos e podemos citar a Lei nº 9.718/1998, que prevê uma série de alterações assim como aumento de alíquotas para alguns produtos específicos. (BRASIL, 1998). Também a Lei nº 10.147/2002, que também teve impacto importante sobre as alíquotas específicas para os produtos: perfumaria, produtos farmacêuticos e entre outros, incluindo a alíquota zero em determinadas situações. (BRASIL, 2002). Posteriormente a Lei nº 10.485/2002, veio tratar de forma diferenciada os fabricantes e as importadoras de máquinas, implementos e veículos. (BRASIL, 2002). No mesmo ano a Lei nº 10.637/2002, veio instituir o regime não-cumulativo no PIS/PASEP. (BRASIL, 2002). Já no ano seguinte a Lei nº 10.833/2003, veio estabelecer outros critérios de tratamento para a contribuição no regime não-cumulativo e na área aduaneira do COFINS. (BRASIL, 2003) E por fim no ano de 2004, com aprovação da Lei nº 10.865, trouxe regras para incidência do PIS/COFINS na importação de bens e serviços. (BRASIL, 2004).

Diante disso ainda há mudanças específicas na legislação para setores específicos, porém o problema que será pesquisado é: Identificar se o Decreto nº 6.426/2008, onde dispõem sobre a alíquota zero para comercialização de produtos hospitalares pode ser aplicado ao regime cumulativo, tendo em vista que os contribuintes que adotam esse regime têm alegado ao judiciário a concorrência desleal das empresas e a violação da capacidade contributiva sendo esses os apelos que chegam aos tribunais federais, conforme será demonstrado no estudo.

A abordagem que será utilizada nesse estudo será uma pesquisa bibliográfica, entre as legislações vigentes e as jurisprudências dos tribunais regionais federais - TRF, buscando assim esclarecer ao contribuinte se o regime cumulativo poderá utilizar o benefício fiscal indicado no Decreto nº 6.426/2008, em seu art. 1º, inciso III.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Contribuinte

O Código tributário nacional – CTN, em seu artigo nº 121, elege como sujeito passivo aquele que possui a obrigação de efetuar o pagamento do tributo. (BRASIL,

1996). Já a Lei complementar nº 70/1991, dispõem que o Contribuinte para o PIS/PASEP e a COFINS, será a pessoa jurídica de direito privado, as pessoas equiparadas a ela com base na legislação do imposto de renda.

Já a lei nº 10.637/2002, dispõe que será contribuinte aquela pessoa jurídica, que auferir receitas no mês, independentemente de sua denominação contábil. Segundo Mazza (2018), é contribuinte aquele que realiza o fato gerador e possui uma relação direta com o fato, definido em lei é o mesmo que o sujeito passivo direto.

Para Fabretti (2006), A contribuição para o PIS/COFINS, foi parcialmente modificada pelas Leis n º 10.637/2002 e 10.833/2003, uma vez que o regime da não-cumulatividade possibilitou a adoção por apenas por alguns contribuintes, tendo outros que permanecerem no cumulativo. Complementa ainda que agora com essas duas possibilidades do recolhimento do imposto fica cada vez mais complexa a interpretação da legislação. (FABRETTI, 2006).

2.2 Regime Cumulativo

Fabretti (2006), dispõe que o PIS/COFINS no regime cumulativo gera um impacto significativo nas empresas, uma vez que essas contribuições são apuradas pelo faturamento e acaba ocorrendo uma tributação em forma de cascata.

Para Sousa (2018), o regime cumulativo o contribuinte não terá o direito de abater os créditos da fase anterior e o valor recolhido será definitivo. Ele ainda complementa que nesse tipo de regime as alíquotas do PIS/COFINS são menores nas proporções de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) para o PIS e 3% (três por cento) para o COFINS na aplicação da receita auferida no mês, uma vez que não existe o creditamento do imposto da etapa anterior. (SOUSA, 2018).

2.3 Regime Não-Cumulativo

De acordo com Oliveira (2007), a partir da introdução do regime não-cumulativo acabou eliminando o problema da tributação em forma de cascata nas operações comerciais.

Para Sousa (2018), o regime não-cumulativo tem a finalidade de abater no valor que foi apurado a título de PIS/COFINS, os créditos adquiridos da fase anterior e posteriormente efetuar o recolhimento ou não a diferença que irá gerar entre os créditos e débitos desse tributo. Complementa ainda dizendo que nesse regime as alíquotas são mais elevadas nas proporções de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) para o PIS e 7,60% (sete vírgula sessenta por cento) para o COFINS na aplicação da receita auferida no mês, uma vez que nesse caso haverá o creditamento desses impostos nas compras conforme determinado nas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003. (SOUSA, 2018).

2.4 Alíquota Zero

Para Mazza (2018), a alíquota zero é quando o legislador retira a tributação sobre algum produto, deixando a alíquota da tributação igual a zero para ser aplicada a base de cálculo da operação, com isso há o fato gerador, porém, não existirá valor a ser pago pelo contribuinte, uma vez que toda multiplicação por zero é igual a zero.

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, que para Stenbacka (2001), pesquisa qualitativa tem o objetivo de explicar os resultados que serão discutidos para que assim possam ser esclarecidos. A análise acontecerá com base em livros, legislações vigentes, esclarecimentos das consultas realizadas pelos contribuintes que são respondidas pela Receita Federal do Brasil, e por fim as decisões dos tribunais regionais federais, que possuem relação com o tema.

Para que seja possível atingir o objetivo que foi proposto nesse estudo, será necessário apresentar as legislações que são bases para início das discussões, decisões judiciais que foram julgadas e os entendimentos da fazenda nacional a respeito do tema abordado. Também com o suporte bibliográfico que para Cervo, Bervian e da Silva (2007), é realizar uma pesquisa com base em livros, revistas, dissertações, artigos e teses que foram públicos e possuem relação com o tema pesquisado. Após serão confeccionados quadros para que seja possível fazer a evidenciação das decisões relacionadas ao tema proposto dessa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de 2008, através do Decreto nº 6.426, possibilitou a redução da alíquota do PIS e da COFINS, para alíquota zero, em uma série de produtos conforme a lista anexa ao decreto. (BRASIL, 2008). Esses mesmos produtos foram indicados através de quatro anexos, onde constam suas respectivas Nomenclaturas Comum do Mercosul – NCM. (BRASIL, 2008). Nesse mesmo decreto especificamente no artigo 1º em seu inciso III, ele descreve que os produtos comercializados com hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, terão suas alíquotas de PIS e COFINS reduzidas a zero, desde que esteja previsto na classificação de NCM nº 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18. (BRASIL, 2008). O quadro nº 01, demonstra os produtos que foram reduzidos a alíquota zero através do decreto que entrou em vigor em 07 de abril de 2008.

QUADRO 1 - PRODUTOS PARA USO EM LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA, CITOLÓGICA OU DE ANÁLISES CLÍNICAS E EM HOSPITAIS, CLÍNICAS E CONSULTÓRIOS MÉDICOS ODONTOLÓGICOS E EM CAMPANHAS DE SAÚDE REALIZADAS PELO PODER PÚBLICO					
Nº	PRODUTO	Código NCM	Nº	PRODUTO	Código NCM
1	Imunoglobulina anti-Rh	3002.10.22	16	Bolsas para uso em colostomia, ileostomia e urostomia	3006.91.10
2	Outras imunoglobulinas séricas	3002.10.23	17	Outros	3006.91.90
3	Concentrado de fator VIII	3002.10.24	18	Bolsas para uso em medicina (hemodiálise e usos semelhantes)	3926.90.30
4	Outros	3002.10.29	19	Artigos de laboratório ou de farmácia	3926.90.40
5	Reagentes de origem microbiana para diagnóstico	3002.90.10	20	Acessórios dos tipos utilizados em linhas de sangue para he	3926.90.50
6	Materiais para suturas cirúrgicas, de polidioxanona	3006.10.10	21	Outras	3926.90.90
7	Materiais para suturas cirúrgicas, de aço inoxidável	3006.10.20	22	Vestuário e seus acessórios, de borracha vulcanizada não el	40.15
8	Outros	3006.10.90	23	De capacidade inferior ou igual a 2cm ³	9018.31.11
9	Reagentes destinados à determinação dos grupos ou dos fat	3006.20.00	24	Outras	9018.31.19
10	À base de somatolibarina	3006.30.21	25	Outras	9018.31.90
11	Outros	3006.30.29	26	Gengivais	9018.32.11
12	Cimentos	3006.40.11	27	De aço cromo-níquel, bisel trifacetado e diâmetro exterior sup	9018.32.12
13	Outros produtos para obstrução dentária	3006.40.12	28	Outras	9018.32.19
14	Cimentos para reconstrução óssea	3006.40.20	29	Para suturas	9018.32.20
15	Preparações em gel, concebidas para uso em medicina hum	3006.70.00	30	Agulhas	9018.39.10

QUADRO 1 - PRODUTOS PARA USO EM LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA, CITOLÓGICA OU DE ANÁLISES CLÍNICAS E EM HOSPITAIS, CLÍNICAS E CONSULTÓRIOS MÉDICOS ODONTOLÓGICOS E EM CAMPANHAS DE SAÚDE REALIZADAS PELO PODER PÚBLICO		
31	De borracha	9018.39.21
32	Cateteres de poli(cloreto de vinila), para embolectomia arterial	9018.39.22
33	Cateteres de poli(cloreto de vinila), para termodiluição	9018.39.23
34	Outros	9018.39.29
35	Lancetas para vacinação e cauterios	9018.39.30
36	Outros	9018.39.99
37	De carboneto de tungstênio (volfrâmio)	9018.49.11
38	De aço-vanádio	9018.49.12
39	Outras	9018.49.19
40	Limas	9018.49.20
41	Grampos e cliques, seus aplicadores e extratores	9018.90.95
42	Outros	9018.90.99

Quando se faz a leitura do texto no decreto nº 6.426/2008, em seu artigo 1º, a interpretação em primeira vista do contribuinte é que o produto foi desonerado, não havendo nada assim a recolher, conforme dispõem a lei:

Art. 1º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, (Grifo do autor) da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a operação de importação dos produtos:
I - químicos classificados no Capítulo 29 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, relacionados no Anexo I;
II - químicos intermediários de síntese, classificados no Capítulo 29 da NCM e relacionados no Anexo II, no caso de serem:
a) vendidos para pessoa jurídica industrial, para serem utilizados na fabricação dos produtos relacionados no Anexo I; ou
b) importados por pessoa jurídica industrial, para serem utilizados na fabricação dos produtos relacionados no Anexo I;
III - destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, da NCM, relacionados no Anexo III deste Decreto (Grifo do autor).

O decreto possui uma previsão clara que será reduzida a alíquota do PIS/PASEP e do COFINS, dos produtos listados no ANEXO I, II e III de acordo com suas respectivas classificações, porém em nenhum momento nos artigos está prevendo qual atividade ou regime tributário poderá usufruir de tal benefício fiscal. Sendo assim se o contribuinte é do regime cumulativo ou não-cumulativo os produtos poderiam ser vendidos a alíquota zero de PIS/COFINS. Porém quando se analisa o preâmbulo do decreto onde dispõem que o presidente da república no uso das suas atribuições e tendo em vista a lei nº 10.833/2003, o contribuinte já deve ligar o sinal de alerta. Pois a lei nº 10.833/2003, dispõe que na base de cálculo do COFINS será aplicado a alíquota de 7,60%, percebe-se que essa alíquota se refere apenas ao regime não-cumulativo. Sendo assim é o mesmo entendimento da Receita Federal do Brasil, que por sua vez iniciou a cobrança desses tributos e os contribuintes sem entender o contexto do decreto passaram a entrar na justiça para que fosse possível afastar a exigência desses tributos. No quadro nº 02, é demonstrado às alegações dos contribuintes.

QUADRO 2 - PROCESSOS JUDICIAIS PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DO PIS E COFINS

TARGA S/A impetrou mandado de segurança preventivo com pedido de liminar, em 15 de março de 2013 (fls. 1 e 1.489), contra ato do DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF - EM NOVA IGUAÇU - RJ, objetivando o reconhecimento e a declaração do direito de não ver tributada suas importações de látex utilizado no processo produtivo de luvas classificadas no NCM 40.15 com a incidência das contribuições para o PIS e para a COFINS (...).	JOMHEDICA, O critério de desoneração do Decreto foi veiculado com técnica de desoneração objetiva, vinculada ao produto e não discrimina os regimes (cumulativo ou não cumulativo), não sendo norma de desoneração subjetiva, independente da origem normativa da autorização legal para desonerar, o Executivo claramente quis e positivou a desoneração ao produto de forma irrestrita e a todos os contribuintes que pratiquem a operação de venda do produto.
COINTER, A impetrante apelou afirmando que o Decreto nº 6.428/2008 traz a desoneração do produto, não diferenciando o regime de tributação aplicável. Alegou que não há qualquer previsão constitucional para aplicação da alíquota reduzida com base em opção de tributação de lucro (real, presumido ou arbitrado), mas apenas em relação à atividade econômica, utilizando de mão-de-obra, porte da empresa e condição estrutural do mercado de trabalho.	

Elaborada pelo Autor, 2019.

Após e durante a tramitação dos processos acima demonstrados, a Receita Federal do Brasil, recebeu através de consulta alguns questionamentos sobre como proceder com a aplicação do PIS/COFINS, quando a empresa que estava comercializando fosse tributada no regime cumulativo. Na integra o questionamento do contribuinte para a Receita Federal do Brasil.

A pessoa jurídica que tem por objeto social o comércio varejista de artigos médicos e hospitalares, dirige-se a este órgão (RFB) buscando esclarecimentos acerca da alíquota da Contribuição para o PIS e da COFINS incidentes na comercialização de produtos importados no mercado interno.

O Contribuinte que apura, seus impostos de forma cumulativa pode utilizar benefício da alíquota zero na comercialização no mercado interno de produtos importados classificados nas posições 9018.39.29, 9018.90.95, 9018.90.99 da NCM, conforme mencionado no Decreto 6.426, de 7 de abril de 2008 Art. 1 anexo III. (Solução Consulta COSIT 222/2017).

Através desse questionamento a Receita Federal do Brasil, manifestou seu entendimento através da solução consulta nº 222/2017, que explica que o beneficiário da alíquota zero para PIS e COFINS, será apenas naquelas empresas as quais possuem o regime não-cumulativo. Na integra a resposta da Receita Federal do Brasil.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
EMENTA: REGIME CUMULATIVO. PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES. ALÍQUOTA ZERO. IMPOSSIBILIDADE.

A redução a zero da alíquota da Contribuição para o PIS/PASEP prevista no art. 1º, III, do Decreto nº 6.426/2008 aplica-se apenas ao regime de apuração não cumulativa desse tributo, não abrange o regime de apuração cumulativa, (Grifo do autor) e alcança receitas decorrentes da venda, no mercado interno, de produtos nacionais ou importadas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637/2002, art. 2º § 3º; Decreto nº 6.426/2008, art. 1º, III. Fonte: Solução Consulta COSIT 222/2017.

No quadro 3, demonstra como é o entendimento da Receita Federal do Brasil, em relação ao benefício da redução para alíquota zero do PIS/COFINS dos produtos comercializados com hospitais e clínicas.

Quadro 3 - PROCESSO DE INCIDÊNCIA PELO DECRETO Nº 6.426/2008			
Receita de Venda de Produtos Hospitalares – NCM nº 90.18.90.95			
Regime de Apuração	Descrição do Produto	PIS %	COFINS %
Cumulativo	Grampos e cliques, seus aplicadores e extratores	0,65%	3,00%
Não Cumulativo	Grampos e cliques, seus aplicadores e extratores	0,00%	0,00%

Elaborada pelo Autor, 2019.

Entretanto mesmo que no decreto o legislador não informou nos artigos que esse benefício seria aplicado somente ao regime não-cumulativo, ele introduziu no preambulo do decreto que se tratava somente da não-cumulatividade dessas contribuições, mesmo não sendo bem evidenciado, esse benefício de reduzir alíquota à zero era somente para os contribuintes que são tributados pelo regime não-cumulativo. Porém pelo fato dos contribuintes não terem interpretado o decreto dessa forma eles têm entrado na justiça pedindo um mandado de segurança alegando a concorrência desleal, assim como estão pedindo a inclusão de seus produtos nesse benefício fiscal.

Nessa base podemos verificar a decisão da COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, onde o Desembargador Federal Roger Raupp Rios, além de ampliar o benefício fiscal a COINTER, ainda concede a ela a devolução dos valores pagos a título de PIS/COFINS, mesmo ele sendo tributado no regime cumulativo, à íntegra da decisão do desembargador:

A impetrante apelou afirmando que o Decreto nº 6.428/2008 traz a desoneração do produto, não diferenciando o regime de tributação aplicável. Alegou que não há qualquer previsão constitucional para aplicação da alíquota reduzida com base em opção de tributação de lucro (real, presumido ou arbitrado), mas apenas em relação à atividade econômica, utilizando de mão-de-obra, porte da empresa e condição estrutural do mercado de trabalho.

Postulou a reforma da sentença a fim de reconhecer o direito da *impetrante em efetuar a apuração do recolhimento de PIS e COFINS sobre as vendas de produtos previstos no Decreto nº 6.426/2008, sob a alíquota zero (Grifo do Autor)*, quando optante pela tributação do lucro presumo (consequentemente sistemática cumulativa do PIS e da COFINS), *bem como seja reconhecido o direito a compensar os valores indevidamente recolhidos. (Grifo do Autor)*.

Demonstrando assim que até o próprio desembargador pode não ter entendido a vinculação do decreto a legislação do regime não-cumulativo e acabou concedendo o direito a COINTER, de compensar os valores e afastou a tributação do PIS/COFINS no regime cumulativo, uma vez que esses valores são efetivamente devidos ao fisco, se analisarmos a vinculação da Lei nº 10.833/2003, feita no preambulo do Decreto.

5 CONCLUSÃO

O que se pode concluir é que o legislador, deveria ter colocado expressamente nos artigos do decreto a vinculação do benefício fiscal ao regime não-cumulativo do PIS e da COFINS, evitando a interpretação errônea dos contribuintes e assim evitando acúmulo de processos judiciais na justiça federal a respeito do tema.

Quando se analisa o processo demonstrado da COINTER, percebe-se que o judiciário foi convencido que o benefício fiscal deveria ser ampliado também ao regime cumulativo. Uma vez que permitiu a empresa a se utilizar do benefício do decreto nº 6.426/2008, embora já exista o entendimento da própria receita federal do Brasil pela solução consulta 222/2017, sendo taxativa na impossibilidade da utilização desse benefício no regime cumulativo, ao qual concordo com o posicionamento e interpretação, pois é possível identificar no decreto vinculação a Lei nº 10.833/2003, que trata da não-cumulatividade.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.426, de 07 de abril de 2008**. Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da

COFINS-Importação dos produtos que menciona. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6426.htm>
Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 07/70, de 07 de setembro de 1970.** Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp07.htm > Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 70/91, de 30 de dezembro de 1991.** Institui contribuição para o financiamento da seguridade social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp70.htm > Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000.** Dispõem sobre a incidência da contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público – PIS/PASEP, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L10147.htm > Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.485, de 03 de julho de 2002.** Dispõe sobre a incidência para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público (PIS/PASEP) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins), nas hipóteses que menciona, e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/2002/L10485.htm > Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10637.htm > Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.** Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.833.htm > Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.** Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.865.htm> Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.** Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718compilada.htm > Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Solução Consulta COSIT 222/2017.** Disponível em: < <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=83680> >. Acesso em 09 mar. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. **1ª Turma. Embargos de Declaração em Apelação Cível: 5044870-14.2015.4.04.7100-RS.** Relator: Juiz Federal Maria de Fátima Freitas Labarrere. Disponível em: < <https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/395069822/embargos-de-declaracao-em-apelacao-civel-ed-50448701420154047100-rs-5044870-1420154047100/inteiro-teor-395069876?ref=serp> >. Acesso em 09 mar. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. **2ª Turma. Apelação Cível – Tributário: 0000237-51.2013.4.02.5120-AC.** Relator: Juiz Federal Theophilo Miguel.. Disponível em: < <https://trf-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/503613358/apelacao-ac-2375120134025120-rj-0000237-5120134025120/inteiro-teor-503613372?ref=serp> >. Acesso em 09 mar. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. **2ª Turma. Apelação Cível: 5001010-77.2017.4.04.7201.** Relator: Desembargador Federal Roger Raupp Rios. Disponível em: < <https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/548990227/apelacao-civel-ac-50010107720174047201-sc-5001010-7720174047201/inteiro-teor-548990287> >. Acesso em 09 mar. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade tributária.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário.** 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUSA, Edmilson Patrocínio de. **Contabilidade tributária: aspectos práticos e conceituais.** São Paulo: Atlas, 2018.

STENBACKA, C. Qualitative research requires quality concepts of its own. **Management Decision**, v39, n.7, 2001.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário.** 12. ed. Rio de Janeiro, 2005.

**A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA EM
SEGUNDA INSTÂNCIA EM FACE DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE
INOCÊNCIA**

**THE (IN) CONSTITUTIONALITY OF THE PROVISIONAL EXECUTION OF THE
PENALTY IN SECOND INSTANCE IN FACE OF THE PRINCIPLE OF THE
PRESUMPTION OF INNOCENCE**

Ivy de Souza Abreu¹
Andrea Silva Longue Alves
Daniele Delfino Loyola
Yasmim Betini Andrade²

RESUMO

Apesar da Constituição Federal de 1988 ser caracterizada como rígida, cada vez mais se destacam inovações jurisprudenciais que têm levado a demérito os preceitos fundamentais desta Lei Maior, colocando-a em mesmo nível hierárquico que qualquer outra norma. Contudo, a fim de combater tal arbitrariedade, o controle de constitucionalidade busca fazer valer sua supremacia. Neste cenário, este trabalho buscou acompanhar um momento histórico pátrio em que, pelo controle de constitucionalidade, se questionou a constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal, por meio das Ações Diretas de Constitucionalidade (ADCs 43, 44 e 54), que foram motivadas por decisões que permitiram que fosse dado início ao cumprimento de pena após condenações em segunda instância, desobedecendo ao texto do referido artigo e, reflexamente, afrontando cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988. Esse tipo de prisão confronta com o princípio basilar constitucional da presunção da inocência, em que só se atribui culpa ao processado após trânsito em julgado, não encontrando previsão legal para sua aplicação. Nesse passo, apresenta-se as argumentações de cada vertente, o contexto histórico-político e o desfecho dessas ADCs.

¹Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV. Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV. Especialista em Direito Público. MBA em Gestão Ambiental. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Biodireito e Direitos Fundamentais". Avaliadora da Revista Opinião Jurídica do Chile (qualis A2). Avaliadora da Revista Brasileira de Políticas Públicas (qualis B1). Avaliadora da Revista Brasileira de Direito (qualis A1). Advogada. Bióloga. Professora Universitária.
²Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim;

Palavras-chave: (In)constitucionalidade, Garantias Fundamentais, Princípios, Execução de Pena, Presunção de Inocência, Julgamento.

ABSTRACT

Although the Federal Constitution of 1988 is characterized as rigid, more and more jurisprudential innovations have been observed that have led to the fundamental precepts of this Major Law, placing it on the same hierarchical level as any other norm. However, in order to counter such arbitrariness, constitutionality control seeks to enforce its supremacy. In this scenario, this work sought to accompany a historical moment in which, by controlling constitutionality, the constitutionality of article 283 of the Criminal Procedure Code was questioned, through Direct Constitutionality Actions (ADCs 43, 44 and 54), which were motivated by decisions that allowed the execution of the sentence after convictions in second instance, disobeying the text of that article and, reflexively, violating the stone clause of the Federal Constitution of 1988. This type of arrest confronts the constitutional basis principle of the presumption of innocence, in which blame is only attributed to the prosecuted after *res judicata*, finding no legal provision for its application. In this step, the arguments of each strand, the historical-political context and the outcome of these ADCs are presented.

Keywords: (in) constitutionality, fundamental guarantees, principles, execution of sentence, presumption of innocence, trial.

1 INTRODUÇÃO

A mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto a possibilidade de prisão após condenação em 2º instância, ainda que a decisão esteja sujeita a recurso especial e extraordinário (HC 126.292), suscitou na doutrina uma discussão acerca de sua constitucionalidade à luz do princípio da presunção de inocência ou não culpabilidade, consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

O atual posicionamento do Supremo, após decisão proferida no julgamento do Habeas Corpus 126.292/SP de 2016, retomou o entendimento tradicional favorável à

execução provisória da pena privativa de liberdade quando houver condenação em segunda instância, antes de transitar em julgado a sentença penal condenatória, na pendência de interposição ou julgamento dos recursos especial e extraordinário nas instâncias superiores.

Entretanto, apesar de já ter firmado seu entendimento favorável à prisão após condenação em segunda instância, continua em pauta no Supremo Tribunal Federal a discussão acerca da possibilidade da execução antecipada da pena, (ADC's 43, 44 e 54), o que tem gerado grande repercussão no cenário jurídico nacional atual, diante das oscilações no entendimento jurisprudencial do Supremo e da influência da mídia e da população acerca do discurso da impunidade.

A maior controvérsia, portanto, principalmente após o julgamento do Habeas Corpus do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, é a questão da (in)constitucionalidade da prisão, uma vez que, o já citado texto Constitucional de 1988, artigo 5º, inciso LVII, deixa expresso a necessidade de trânsito em julgado da sentença penal condenatória para que o indivíduo finalmente e inegavelmente seja considerado culpado, discutindo-se eventual violação ao princípio basilar constitucional da presunção de inocência.

Decerto tem-se que a liberdade é tutelada de tal forma pela Constituição que a prisão teria um caráter estritamente excepcional. Tanto que o indivíduo só poderia ser preso após o trânsito em julgado da sentença que o condenou. Contudo, surgem outras hipóteses de prisão autorizadas pela própria Constituição Federal (artigo 5º, inciso LXI) e previstas no artigo 283 do Código de Processo Penal (CPP), quais sejam: prisão em flagrante delito; prisão preventiva; prisão temporária; e aquela, já mencionada, decorrente do trânsito em julgado da sentença condenatória, prisão pena.

O cerne de toda discussão é: a execução provisória da pena privativa de liberdade, após condenação em segunda instância, sem sequer ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, ou seja, ainda na pendência dos recursos especiais e extraordinários ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo

Tribunal Federal, trata-se de medida constitucional ou inconstitucional, em face do princípio da presunção de inocência consagrado na Lei Maior?

É de suma importância esta investigação em virtude de estar em risco, além da liberdade do indivíduo, outro direito fundamental de extrema relevância, que é o direito do réu ser presumido inocente até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, também previsto na Lei Maior. Portanto, é inegável que a prisão causa um impacto irreversível na vida de qualquer cidadão, porém, é também incontestável que esse impacto seria ainda maior caso o indivíduo, após análise dos recursos de natureza extraordinária, fosse inocentado ou tivesse sua pena reduzida, ou seja, caso fosse injustamente preso antes de terminadas todas as fases do devido processo legal.

2 O NEOCONSTITUCIONALISMO, O GARANTISMO PENAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

De acordo com Estefam e Gonçalves (2018), houve um período legalista em que o Judiciário deveria aplicar a lei apenas de modo literal, não podendo fugir do que estava escrito, mesmo que confrontasse com o sentimento de justiça ou não houvesse harmonia com os preceitos constitucionais.

Porém, com o declínio do chamado pelos autores de “estado legalista” surgiram Constituições Modernas com grande força normativa, dando origem ao Estado Constitucional de Direito, que tem por base a limitação do poder estatal e a supremacia da Constituição, a qual é fonte de todas as demais normas infraconstitucionais, o que se define como constitucionalismo.

Conforme explica Lenza (2018), desenvolveu-se uma nova perspectiva em relação ao constitucionalismo, que é o chamado neoconstitucionalismo, ou mesmo constitucionalismo pós-moderno, o qual ressalta a supremacia do texto constitucional, porém não mais com enfoque apenas nas normas em seu caráter formal, mas destaca que há também a hierarquia axiológica, ou seja, os valores e princípios constitucionais devem ser observados pelo Poder Público, por também

possuírem caráter imperativo e superior em relação a toda e qualquer outra norma, atribuindo grande carga axiológica aos direitos fundamentais.

Os princípios constitucionais penais são, é possível dizer, uma exigência de racionalização e legitimação, imposta pela Carta Constitucional, para elaboração e operacionalização do Direito Penal em um Estado Democrático de Direito. São limites democráticos que estreitam e condicionam tanto as possibilidades de formulações legislativas penais referentes à privação da liberdade e da vida humana, direitos fundamentais, quanto à atuação judicial concernente à interpretação das regras criminais existentes (LIMA, 2012, p.65).

Cumprir destacar que a relação entre o Direito Constitucional e o Direito Penal é fundamental, conforme destaca Nucci (2019), uma vez que seus princípios estão consagrados na Constituição Federal de 1988, sendo impossível, desta forma, estudar a ciência penal sem o prévio conhecimento dos princípios constitucionais que o regem, como forma de garantir os direitos individuais.

Fica evidente, portanto, que há a imposição dos princípios constitucionais sobre o legislador e o juiz, os quais, em um Estado Democrático de Direito, tem como fundamento a dignidade humana e ditam uma série de limites a esses agentes, concluindo que a inconstitucionalidade não decorre apenas da contrariedade a uma regra da Lei Maior, como também decorre da contrariedade a um princípio nela contido (LIMA, 2012).

Tais princípios possuem como essência, conteúdo moral, conferindo ao ato judicante maior grau de segurança por possuir viés de conhecimento real e verdadeiro, portanto, não suscitando interpretação discricionária. Desta forma, conforme afirma Lopes e Ribeiro (2014, p. 12) as ações do Estado “só serão genuinamente éticas e políticas quando a norma jurídica e a ação estatal forem garantistas e afirmadoras dos direitos fundamentais”, respeitando, assim, própria Carta Magna, que possui caráter garantista. Para os autores “o modelo normativo de direito, como proposição garantista, impõe que todos e, principalmente, os criadores da norma respeitem o direito posto”.

Nesse sentido, após verificar a supremacia dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, Lenza (2018, p. 1278) traz a pergunta que tem sido alvo de grande debate e discussões jurisprudenciais no âmbito do

Supremo Tribunal Federal: “é possível a execução provisória de acordo penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial e extraordinário?” A questão é saber se a antecipação da prisão pena viola ou não o princípio da presunção de inocência, o que definirá conseqüentemente se a medida é constitucional ou inconstitucional.

3 O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LVII, consagra o princípio da presunção de inocência ao estabelecer que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, também conhecido como princípio da não culpabilidade. Trata-se de um princípio basilar do Estado de Direito, segundo o qual para que alguém seja considerado culpado é necessária decisão definitiva do órgão competente, o que somente ocorre com o trânsito em julgado, até então, portanto, o indivíduo é presumido inocente, valendo a regra da liberdade (MORAES, 2018).

Além da previsão constitucional, o princípio é previsto historicamente em diplomas internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, como a Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, de 1969, o qual possui mesmo nível hierárquico das normas previstas na Lei Maior, por esta razão, quando a norma infraconstitucional for conflitante com os tratados de direitos humanos subscritos se tornará inaplicável, ou seja, havendo colisão não terá eficácia jurídica (LOPES JR.; BADARÓ, 2016).

Conforme explica Rangel (2018), o princípio da presunção de inocência surgiu a partir da necessidade de proteger o cidadão contra o arbítrio estatal, no período inquisitório, em que o acusado não tinha nenhuma garantia do Estado que apenas queria, a qualquer custo, sua condenação, presumindo-o culpado como regra. O autor traz como marco dos direitos e garantias fundamentais a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, a qual trouxe uma maior proteção da inocência do acusado, e define, ainda, que a Constituição de 1988 consagrou pela

primeira vez o princípio, proclamado em 1948, na Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas – ONU.

Aury Lopes Júnior (2018) destaca que a presunção exige uma pré-ocupação, um verdadeiro dever imposto ao juiz de preocupação em tratar o imputado como inocente durante o curso do processo, uma vez que o princípio constitui regra de tratamento e regra de julgamento, dado que o populismo punitivo, ou seja, as expectativas sociais em torno da punição imediata como forma de “combater a impunidade” não podem prevalecer em detrimento dos direitos e garantias constitucionais.

Assim, o princípio em tela é garantia fundamental inerente a todo ser humano e protegido pelo já estudado Estado Democrático de Direito, o qual tem o objetivo de proteger o cidadão contra as arbitrariedades do Estado resguardando um de seus maiores bens, a liberdade, que é a regra, razão pela qual deve ser aplicado por não existir margem para flexibilização de seu conteúdo e extensão. Dessa forma, conclui-se que o cidadão só pode ser considerado culpado após o trânsito em julgado, ou seja, quando a sentença se tornar definitiva, não mais passível de recursos, gerando a coisa julgada material (CALEFFI, 2018).

4 A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Ao analisar a trajetória dos posicionamentos do Supremo Tribunal Federal acerca da execução provisória da pena privativa de liberdade, verifica-se, portanto, oscilação jurisprudencial. Mesmo após a Constituição de 1988, o STF reconheceu e manteve a possibilidade da prisão em vários Habeas Corpus que foram impetrados, tendo, inclusive, editado as súmulas 716 e 717. Desde 1991, com o HC 68.726, a corte continuou seguindo com o entendimento tradicional o qual admitia a referida prisão, mesmo havendo discordância de entendimento entre seus ministros, mas sempre vencendo pela maioria deles (LENZA, 2018).

A virada jurisprudencial ocorreu em 2009, no julgamento do Habeas Corpus 84.078/MG (BRASIL, 2009), no Tribunal Pleno, por 7x4 foi declarada a inconstitucionalidade da execução antecipada da pena, por entender que contraria ao disposto no inciso LVII, artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, o qual consagra o princípio da presunção de inocência. O julgamento ressalta que as possibilidades de prisão antes do trânsito em julgado se dão somente em caráter cautelar, desde que obedecidos os requisitos legais, bem como defende o direito à ampla defesa, ao devido processo legal, à liberdade, dentre outros argumentos que corroboram com a tese da inconstitucionalidade da prisão pena antecipada.

Porém, em 2016, no julgamento do Tribunal Pleno do Habeas Corpus 126.292/SP (BRASIL, 2016), mudou-se novamente o entendimento, retomando a jurisprudência tradicional, a qual permite a execução da pena antes do trânsito em julgado, ainda na pendência dos recursos especial e extraordinário, alegando que não ofende ao princípio da presunção de inocência previsto na Constituição, uma vez que o exame dos fatos se exaure nas instâncias ordinárias, não mais se discutindo o mérito em sede de recursos de natureza extraordinária, os quais são restritos à matéria de direito, o que justificaria a relativização, ou a própria inversão, do princípio da presunção de inocência.

Importa destacar que o artigo 283 do Código de Processo Penal de 1941, por meio da lei 12.403/2011, concretizou a garantia constitucional ao estabelecer que:

Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva. (BRASIL, 2011).

Antes da edição da referida lei, a execução antecipada da pena privativa de liberdade, ainda que não ocorrido o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, estava prevista no Código de Processo Penal em dispositivos específicos, quais sejam, artigos 391, inciso I, 408, §2º e 594, todos contrariando o então consagrado princípio da presunção de inocência e, portanto, não poderiam ter sido recepcionados e mais, não poderiam ter sustentado uma jurisprudência favorável a execução antecipada da pena, por anos após a promulgação da

Constituição de 1988.

Os artigos 408, §2º, e 594 do Código de Processo Penal previam, respectivamente, que toda pessoa condenada em sentença recorrível ou pronunciada, deveria ser, em regra, recolhida à prisão se quisesse recorrer ou para ser submetida ao tribunal do júri. Já o artigo 393, inciso I, do mesmo Código, determinava que o réu, condenado por sentença recorrível, em crimes inafiançáveis e afiançáveis enquanto não prestasse fiança, deveria ser preso (CALEFFI, 2018).

Nesse sentido, Gustavo Gradineti de Carvalho ao citar Alexandre Wunderlich (2007), manifestava sua indignação e incoerência do dispositivo, ao indagar “por qual motivo o Instituto da fiança criminal obsta a execução da pena e o princípio constitucional da Presunção de inocência não? ” Conquanto a então escolha jurisprudencial de continuar a aplicar os citados artigos, mesmo com a clara violação da Constituição, após anos de polêmica e discussões doutrinárias, as leis nº 11.689/08, 11.719/08 e 12.403/11 revogaram os referidos dispositivos.

A verdade é que as reformas promovidas nos anos de 2008 e 2011 fizeram com que surgisse, à época, a sensação de que o sistema processual penal brasileiro estava se amoldando aos preceitos constitucionais, em especial no que se referia à presunção de inocência. Assim, gerou-se uma nova perspectiva em relação às prisões derivadas de sentenças penais recorríveis, principalmente pelo fato de o legislador ter estabelecido claramente que seus pressupostos deveriam ser os mesmos da prisão preventiva (artigo 312 do Código de Processo Penal) (CALEFFI, 2018, p.55).

Todavia, ocorreu essa repentina virada jurisprudencial e o Supremo Tribunal Federal, que vinha adotando entendimento contrário à execução antecipada da pena desde as alterações legislativas, mudou radicalmente sua jurisprudência para àquela advinda de momento anterior à nova Constituição.

Trata-se, segundo Gustavo Grandinetti de Carvalho (2004), da incongruência de se admitir uma prisão que não se adequa a nenhuma das espécies previstas pela Constituição, já expressando seu entendimento quanto a sua inconstitucionalidade ainda na vigência dos dispositivos do Código de Processo Penal, revogados em 2008 e 2011.

A Constituição proibiu, terminantemente, que o acusado fosse considerado culpado antes da sentença judicial transitada em julgado. De outro lado, previu e manteve as medidas cautelares de prisão, como flagrante e a prisão preventiva, como não poderia deixar de fazer, porque instrumentos indispensáveis à legítima defesa da sociedade. Não previu a Constituição qualquer outro fundamento para a prisão que estes: a cautelaridade e a pena. (CARVALHO, 2004).

Ainda nas palavras de Carvalho (2004), é possível trabalhar o seguinte questionamento: se o acusado não pode ser considerado culpado antes de assim declarado judicialmente, com que título se justifica encarcerá-lo antes da prolação da sentença final, fora dos casos permitidos, cautelaridade e pena? (CARVALHO, 2004).

Nessa perspectiva é pertinente esclarecer que a prisão cautelar e a prisão pena são as únicas admitidas, legal e constitucionalmente, no ordenamento jurídico brasileiro. Sendo entendidas como cautelares, as prisões preventiva e temporária, cabíveis em situações e hipóteses excepcionais e bem esclarecidas pela lei. A prisão pena, por sua vez, se resume àquela após o trânsito em julgado da decisão penal condenatória, tornando definitiva o imposto na sentença (EVINIS TALON, 2017).

Assim, se antes, quando tais prisões eram legalmente previstas, já havia polêmica quanto a sua constitucionalidade, quanto mais agora, quando a atual prisão está embasada em critérios não legais, mas tão somente em fundamentos inadmissíveis no processo penal, invertendo os polos resguardados pelo seu próprio garantismo, a saber, o juiz criminal não tem poderes gerais de cautela e quando se trata de forma, essa é tida como garantia do réu no curso do processo penal (TALON *apud* LOPES JR. 2012, p.778).

Desta forma, antes da sentença condenatória transitada em julgado, preenchidos os requisitos existentes, quais sejam, *periculum in mora* e *fumus boni iuris*, só serão admitidas, a título de natureza cautelar, as prisões provisórias preventivas, que visam proteger o resultado concreto do inquérito ou do processo, e as prisões temporárias, as quais protegem as investigações criminais, sendo admitida ainda a prisão em flagrante, mantida somente se decretada em preventiva, possuindo natureza precautelar. A legislação infraconstitucional, da mesma forma, não dá margem a nenhum outro tipo de interpretação ou criação de prisão a não ser as

expressamente previstas, sendo as demais, além de inconstitucionais, consideradas ilegais (AVENA, 2018).

No intuito de tentar legitimar esta mutilação constitucional, que excedeu os limites semânticos da Carta Magna, há quem diga que os recursos extraordinários são utilizados exclusivamente para fins protelatórios, ocasionando a prescrição da pretensão punitiva estatal em razão da demora no julgamento. De acordo com Bottino e Recondo (2018), 75% a 80% dessas decisões não são modificadas, fato, todavia, que não justifica a injustiça contra o restante dos acusados que sofram penas que somente mais tarde serão consideradas indevidas. Dessa forma, optou o STF por permitir que culpados cumpram a pena antecipadamente, pouco importando que inocentes também a cumpram de forma indevida por um período, o que vai de encontro ao texto constitucional.

Amaral e Caleffi (2017, p. 1075) acrescentam ainda que “o clamor social pela punição de eventuais suspeitos não pode ser maior do que a preocupação de não submeter um inocente a uma injusta condenação”. Para os autores, é preferível que existam culpados em liberdade, do que inocentes presos injustamente, pois ainda que mínima a quantidade de reformas, anulações ou modificações das sentenças condenatórias nas Cortes Superiores, o preço de uma indevida condenação na vida de uma pessoa é incalculável e irreversível, os recursos, portanto, devem ser vistos não como meras peças protelatórias, mas sim como um verdadeiro instrumento de cidadania e de efetivação jurisdicional da democracia.

Tendo em vista os argumentos apresentados, David e Bonato (2018) afirmam que a decisão da Suprema Corte se vincula apenas ao senso comum, com intuito de satisfazer aos anseios da população em punir de forma rápida e sob influência da mídia que pregam o discurso da impunidade. Nesse sentido, como bem destaca Lopes Jr. (2018), o STF tentou resolver a problemática da impunidade com o atropelo aos direitos e garantias constitucionais, satisfazendo erroneamente as expectativas sociais, sendo a execução antecipada da pena mera pseudossolução para a problemática, nada sendo feito efetivamente para solucionar a (de)mora jurisdicional no julgamento dos recursos de natureza extraordinária.

O Supremo Tribunal Federal, consagrado guardião da Constituição Federal de 1988, negou sua interpretação literal, ou seja, modificou a interpretação do seu artigo sem alteração do texto, sem que haja margem para essa flexibilização, por não possuir legitimidade para reduzir garantias individuais ampliando o poder punitivo estatal, posto que sua função é assegurar os direitos consagrados na Lei Maior, bem como defender o Estado Democrático de Direito (BOTTINO; RECONDO, 2018).

Aury Lopes Júnior (2018) enfatiza que os acusados não podem ser considerados culpados após decisão de segundo grau, alegando que a liberdade sofreu um duro golpe com a decisão equivocada do STF no HC 126.292, uma vez que o Brasil recepcionou a presunção de inocência de forma expressa na convenção Americana sobre Direitos Humanos e no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988. Estabelece que o princípio, cláusula pétrea e reitor do processo penal brasileiro, é um verdadeiro dever de tratamento imposto ao juiz e que, ao antecipar a execução da pena, estaria presumindo-o desde logo culpado.

Diante do exposto, não restam dúvidas acerca da supremacia da Constituição Federal de 1988 sobre os demais ordenamentos infraconstitucionais, por esta razão Caleffi (2018) declara expressamente que a execução provisória da pena privativa de liberdade afronta as garantias fundamentais do acusado, frustrando o histórico de conquistas democráticas, além de violar frontalmente o texto constitucional e seus princípios, a legislação processual penal e preceitos internacionais, bem como a orientação jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Por esta razão, a decisão proferida pelo STF ao julgar o HC 126.292/SP fere a garantia constitucional do estado de inocência, pugnando David e Bonato (2018) pela modificação do entendimento atual, com a retomada urgente do posicionamento anterior decidido no HC 84.078/MG, para que seja efetivamente cumprida a garantia constitucional da presunção de inocência e o respeito ao conceito de trânsito em julgado.

Por todos esses aspectos, em parecer formulado após pedido de consulta, utilizado nos embargos de declaração interposto no HC 126.292/SP, Lopes Jr. e Badaró (2016) concluem que a Constituição Federal de 1988 é clara ao definir como marco

temporal final da garantia do estado de inocência o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, ou seja, quando se torna imutável, o que não se confunde com sentença recorrível ou julgamento em segundo grau. Destacam, ainda, que durante o prazo recursal ou antes do julgamento final dos recursos especial e extraordinário vigora a regra de tratamento da presunção de inocência, logo, em razão de todo o exposto, a antecipação do cumprimento da pena é manifestamente inconstitucional.

5 JULGAMENTO DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 43, 44 e 54 em 2019

À vista de todo os ocorridos, como forma de materialização do inconformismo da comunidade jurídica, foram ajuizadas, respectivamente, pelo Partido Ecológico Nacional e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, as ADC's 43, 44 e 54, visando a declaração de constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal, que prevê o seguinte:

Art, 283 Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do Processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva. (BRASIL, 2011).

O referido dispositivo traduz, no âmbito do Processo Penal, as hipóteses de privação de liberdade admitidas, atualmente, pela própria Constituição Federal, quase transcrevendo literalmente o previsto no artigo 5º, inciso LXI da CF. Desta forma, traduz-se como constitucionais as prisões preventiva e temporária, ambas aplicadas no curso das investigações, não caracterizando cumprimento de pena, atuando como medidas cautelares que visam assegurar o curso da investigação ou do processo, sendo denominadas pela doutrina como prisão processual.

Todavia, até pouco tempo, as mencionadas ações declaratórias de constitucionalidade não haviam sido julgadas, mas tão somente o requerimento de medida cautelar, em 10/11/2016, o qual não surtiu efeito para paralisar a execução antecipada da pena em segunda instância antes do seu trânsito em julgado. Nesses termos, prevaleceu o entendimento de que esta prisão não fere o princípio constitucional da presunção de inocência. A par disso, o Ministro Luís Roberto Barroso, na ementa de seu voto do julgamento da medida cautelar, argumentou que

a prisão não era ilegal e não era uma criação do Supremo Tribunal Federal (ADC 43 e 44, STF, 2016).

O reconhecimento da legitimidade da prisão após decisão condenatória de segundo grau não viola o princípio da reserva legal, uma vez que não se trata de criação, pelo STF, de nova modalidade de prisão sem previsão em lei, mas de modalidade extraída do artigo 637 do CPP: a prisão como efeito da condenação enquanto pendentes os recursos especial e extraordinário. Não tendo o recurso especial (REsp) e o recurso extraordinário (RE) efeito suspensivo, tem-se como decorrência lógica a possibilidade de se dar início à execução penal. (BRASIL, 2016).

Entretanto, há certa incoerência nesses fundamentos, vez que o artigo 283 do Código de Processo Penal é explícito em obrigar o trânsito em julgado da decisão condenatória para que só então se imponha ao condenado a execução da sua prisão pena. Outrossim, o fato de as ações declaratórias terem sido negadas, não impõe aos juízes o poder geral de cautela como exigência de se vincular à execução antecipada da pena em todas as condenações (LENZA, 2017).

Por outro lado, não há lógica na quebra repentina de uma jurisprudência compatível com a Constituição, já que é preciso que o Estado Democrático de Direito tenha certo nível de estabilidade em suas relações sociais, sendo o poder constituinte limite do próprio Supremo Tribunal Federal que desafia a soberania popular ao confrontar a Constituição, à qual tem o dever de guardar e não de mitigar e interpretar seus princípios e regras de maneira arbitrária, ao seu bel prazer. Ainda mais quando se trata da liberdade, direito sagrado da vida humana e consagrado na carta magna, para que situações como essa não colocassem em risco a dignidade humana (NASCIMENTO, 2018).

Recentemente, em 17/10/2019, o tão aguardado julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 54 se iniciou em sessão extraordinária no STF, momento em que se propiciou a manifestação de *amicuscuriaes*, os quais, em sua maioria, entendeu como fundamental o atendimento ao preceito constitucional do artigo 283 do Código de Processo Penal, não sendo suportável o início da execução da pena antes de o processo transitar em julgado. Em sessões posteriores, manifestaram-se a Advocacia Geral da União e a Procuradoria Geral da República. Ao findar, os Ministros prolataram seus votos em duas sessões, fato que causou muitas expectativas e especulações, mas que obteve o resultado de seis

votos a cinco derrubando a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, buscou-se trazer por este trabalho uma análise acerca da recente temática em discussão no Judiciário, em que se analisa a (in)constitucionalidade da execução provisória da pena após condenação em segunda instância, a qual tem sido aplicada em decorrência da incongruência interpretativa da Suprema Corte brasileira, após alguns julgados.

Tais incongruências resultaram de entendimentos sanfonados que colocaram em xeque as garantias constitucionais do direito à liberdade, ao devido processo legal e, especialmente, à presunção da inocência, sob o risco de, em caso de condenação em segunda instância, iniciar cumprimento de pena, mesmo sem que esteja transitado em julgado, ou seja, que se busque todos os meios de defesa nas esferas superiores do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, utilizando-se dos recursos especial e extraordinário, respectivamente. Ou seja, uma afronta à Constituição Federal de 1988.

Neste viés, no tópico dois deste trabalho, ao abordar o neoconstitucionalismo, o garantismo penal e os direitos fundamentais, destacou-se a evolução da perspectiva constitucionalista, quando se passou a atribuir os princípios constitucionais caráter imperativo e superior em relação às demais normas, situação em que não poderiam mais ser negligenciados pelos legisladores e julgadores, a fim de garantir a dignidade humana. Logo, tem-se que a antecipação da pena configura desprezo aos primados princípios que embasam a Carta Magna.

Nesse sentido, ao avaliar a questão acerca da (in)constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal é necessário considerar o princípio da presunção da inocência, conforme demonstrado no tópico três deste trabalho, pois trata-se de princípio basilar no ordenamento jurídico brasileiro. Com isso, tem-se que deverá ser imputada inocência ao acusado durante o curso do processo, até que se esgotem

todas as vias recursais que se pretenda acessar. Dessa forma, resta como evidente a constitucionalidade do artigo, notoriamente como forma de proteção contra possíveis arbitrariedades do Estado.

Ainda considerando o princípio supracitado, no tópico quatro busca-se apresentar a trajetória do STF na formulação do entendimento acerca da prisão em segunda instância, demonstrando evidente oscilação jurisprudencial, mesmo havendo divergências interpretativas entre os Ministros no tocante a este tema.

Como consequência de tal oscilação, muitas prisões em segunda instância foram decretadas. O que, na prática, demonstra verdadeiro descaso ao texto Constitucional, pois tais prisões não possuem previsão legal ou natureza jurídica definida, vez que não se trata de prisão cautelar nem provisória. Além disso, obviamente, como dito anteriormente, também não se trata de prisão pena, pois ainda não houve trânsito em julgado. Ademais, se é direito fundamental, não há que se falar que qualquer via de recurso possua caráter protelatório, como se alega.

Contudo, com o findar do julgamento das ações diretas de constitucionalidade 43, 44 e 54 que estavam em trâmite, por meio da decisão proferida em 07/11/2019, venceu o entendimento de que o texto do artigo 283 do CPP é constitucional e, portanto, que não será admissível o início de cumprimento de pena após condenação em segunda instância. Ou seja, somente após trânsito em julgado.

É importante destacar que o controle de constitucionalidade foi instrumento de grande valia para esta decisão de cunho tão polêmico e de repercussão internacional, cabendo ao órgão guardião da Constituição Federal, o STF, o julgamento, por meio do qual fez valer sua principal atribuição, com um desfecho sensato e fiel ao ordenamento Pátrio.

Em linhas gerais, observou-se que, apesar das possíveis pressões políticas envolvidas nestas ADCs, a preocupação com a dignidade do indivíduo prevaleceu, em obediência às garantias fundamentais constitucionais, a fim de que não se perca de vista a concepção de que não se repõe ao injustiçado a liberdade que lhe foi tirada, mesmo que por apenas um dia. Além disso, o retrocesso seria incabível, pois

desvaloraria a Suprema Lei e todos os institutos internacionais que, nesse sentido, vão ao seu encontro, tais como a Declaração Nacional do Direitos Humanos (1948) e o Pacto São José da Costa Rica (1969).

7 REFERÊNCIAS

AMARAL, A.J.; CALEFFI, P.S.P. Pré-ocupação de inocência e execução provisória da pena: uma análise crítica da modificação jurisprudencial do STF. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 1073-1114, set/dez 2017. Disponível em: <<http://www.ibraspp.com.br/revista/index.php/RBDPP/article/view/102>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

AVENA, Norberto. Prisão processual – medidas cautelares diversas da prisão. Liberdade provisória. In: _____. **Processo Penal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2018, cap. 11, p. 1032-1234.

BOTTINO, T.; RECONDO, F. **Problemas da decisão do STF sobre execução provisória da pena**: supremo mirou o que viu, mas acertou o que não viu. Jota, mai. 2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/stf/supra/os-problemas-da-decisao-do-stf-sobre-execucao-provisoria-da-pena-18022016>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Brasília, 3 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 30 mai. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL. Lei 12.403, de 4 de maio de 2011. Altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Brasília, 4 mai. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12403.htm>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 84078/MG, Tribunal Pleno. Impetrante: João Eduardo de DrumondVerano e outro. Paciente: Omar Coelho Vitor. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro Eros Grau. Brasília, DF, julgamento em 05 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2208796>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 126292/SP, Tribunal Pleno. Impetrante: Maria Cláudia de Seixas. Paciente: Márcio Rodrigues Dantas. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro Teori Zavascki. Brasília, DF, julgamento em 17

de fevereiro de 2016. Disponível em:

<<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4697570#decisooes>>.

Acesso em: 24 mai. 2019.

CALEFFI, Paulo Saint Pastous. **Presunção de Inocência e a execução da pena provisória no Brasil**: análise crítica e impactos da oscilação jurisprudencial. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

DAVID, D. F.; BONATO, G..Execução antecipada da pena: entre a garantia do estado de inocência, a coisa julgada e as teorias absolutas da pena. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 4, n. 3, p. 1143- 1174, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22197/rbdpp.v4i3.180>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

ESTEFAM, A.; GOLÇALVES, V. E. R. A constitucionalização do direito penal. In: LENZA, Pedro (org.). **Direito penal esquematizado**: parte geral. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, cap. 3, p. 88-93.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 22. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018

LIMA, Alberto Jorge Correia de Barros. **Direito Penal Constitucional**: a imposição dos princípios constitucionais penais. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES JR., A.; BADARÓ, G.H. **Presunção de inocência**: do conceito de trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Parecer formulado em consulta a ser utilizado nos embargos de declaração interposto no HC 126.292/SP. São Paulo, 20 de maio de 2016. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Parecer_Presuncao_de_Inocencia_Do_concei.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.

LOPES JR., Aury. O fundamento da existência do processo penal: instrumentalidade constitucional. In: _____. **Fundamentos do processo penal**: introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, cap. 1, p. 29-126.

LOPES, Marcus Vinícius Pimenta; RIBEIRO, Rafael Lima. As acepções da teoria do garantismo. **Revista Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, MG, 2014, v.10, n.1, p. 9-13. Disponível em: <http://www.pensaracademico.faciq.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/1023>. Acesso em: 21 out. 2019.

MORAES, Alexandre de. Direitos e garantias fundamentais. In: _____. **Direito constitucional**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018, cap. 3, p. 28-139.

NUCCI, Guilherme de Souza. Introdução ao direito penal. In: _____. **Curso de Direito Penal**: parte geral arts. 1º a 120 do Código Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, cap. 1, p. 1-34.

RANGEL, Paulo. Princípios básicos do processo penal. In: _____. **Direito processual penal**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2018, cap. 1, p. 3-46.

FERRAMENTAS DE MARKETING INFANTIL ENVOLVIDAS NO PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRA

CHILD MARKETING TOOLS INVOLVED IN THE DECISION-MAKING PROCESS

Carolina Sant'Anna Barbosa

Patrícia Costa Clemasco

Eduardo J. L. do Nascimento Junior¹

Maycon da Silva Delatorri²

RESUMO

Desde sempre a influência das propagandas, com anúncios e slogans que fixam na mente, alteram a busca pelo produto. Mas a que ponto tais propagandas podem alterar a mente de quem ainda está aprendendo e como o marketing trabalha pensando em atingir não o público que paga a compra, mas sim o que pede. Neste artigo estudam-se como as empresas têm buscado junto com planejamentos estratégicos, relacionamento e fidelização de clientes por meio das crianças e adolescentes. Até que ponto o marketing digital, a mais nova ferramenta do mercado, pode contribuir para o consumo familiar. Fez-se uma revisão bibliográfica aplicada nos tempos atuais com o objetivo de identificar a influência das crianças nas decisões de compra, não só brinquedos ou biscoitos, mas como um todo dentro do lar. Por fim, conclui-se que o mercado investe para que no momento da compra, a criança peça pelo produto que ela se lembra e os pais acabam adquirindo por influência deles.

Palavras-chave: Comportamento do consumidor, Processo de decisão de compra, marketing.

ABSTRACT

The influence of advertising, with ads and slogans that stick in mind, has always altered the search for the product. But to what extent such advertisements can alter the minds of those who are still learning and how marketing works with a view to

¹Graduando em Administração de Empresas pela Faculdade Multivix Cachoeiro.

² Professor e Orientador do curso de Administração na Faculdade Multivix Cachoeiro. Administrador formado pela FACASTELO. Mestre em Administração pela FUCAPE. E-mail: mdelatorri@hotmail.com.

reaching not the audience that pays for the purchase, but rather what they ask for. This article examines how companies have sought together with strategic planning, relationship and customer loyalty through children and adolescents. To what extent digital marketing, the newest tool on the market, can contribute to family consumption. A bibliographic review applied in the current times was carried out in order to identify the influence of children in purchasing decisions, not only toys or cookies, but as a whole within the home. Finally, it is concluded that the market invests so that at the time of purchase, the child asks for the product that he remembers and the parents end up acquiring under their influence.

Keywords: Consumer behavior, Purchase decision process, marketing.

1 INTRODUÇÃO

É notório, segundo Faria (2019), que o estudo acerca do comportamento do consumidor é estratégia adotada por muitas organizações que buscam aumentar seu nível de competitividade, ou que desejam atuar em novos mercados ou mesmo em novos nichos. Ao se conhecer o consumidor é possível traçar quais são seus desejos e assim entregar a satisfação no momento da venda ou da prestação de serviços.

Com a evolução do mercado e a reestruturação das famílias, de acordo com Schor (2009), o público infantil vem apresentando cada vez mais influência nos momentos de compras. Por esse motivo os profissionais do marketing estão voltando cada vez mais suas atenções para esse público, que pode decidir desde a compra de brinquedos, a roupas, comidas e até produtos eletrônicos.

Kotler (2000) afirma que, para isso, é importante que as equipes de marketing estejam atentas em todo o processo de desenvolvimento do produto, escolha da praça onde será vendido, na composição do preço e nos meios que serão utilizados para promover a promoção de vendas desse produto. Para que esse realmente atinja o público infantil, visto que a criança pode desempenhar diferentes papéis de compra em um momento de decisão.

É importante que, para atingir o público infantil, que tanto influencia as compras familiares, os profissionais do marketing pensem em todo o processo produtivo, desde o desenvolvimento do produto, definição de preço, escolha da praça e estratégias de promoção de vendas. Os produtos devem ficar expostos em praças onde as crianças tenham acesso, possam ver e tocar, para que despertem o desejo pela compra. Quanto a promoção, deve utilizar elementos lúdicos, coloridos e relacionados a personagens de interesse do público alvo.(FARDIM, 2017)

Schor (2009) define que o público na faixa etária entre 8 e 12 anos é "historicamente a mais consciente no que se refere à identificação das marcas", assim, utilizar estratégias de marketing para que esse público lembre da sua marca, pode potencializar e alavancar o número de vendas, mesmo que eles não desempenhem o papel de compradores.

Com estudos sobre suas vendas e rastreamento dos clientes, a empresa é capaz de definir em quais campos deve atacar e quais estratégias de marketing utilizar. Nesse sentido, observando os hábitos de consumo, muitas organizações identificaram que o público infantil pode ser um forte influenciador no momento da compra. De acordo com Martins (2015), a criança apresenta a necessidade de ser aceita por um grupo, de fazer parte do mesmo e como consequência disso, demonstra grande interesse pelo consumo.

Portanto, o artigo aborda uma breve apresentação sobre o significado de marketing e sua relação com o comportamento do consumidor, além de algumas ferramentas e a definição de marketing estratégico. Em seguida é apresentado o conceito de criança e é feita uma abordagem que inter-relaciona o consumidor infantil com as ferramentas de marketing utilizadas para promover e aumentar as vendas para esse público alvo.

2 MARKETING

O marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais, sendo definido de uma maneira simplista pelo autor, como uma forma de suprir necessidades lucrativamente (KOTLER; KELLER, 2006).

Para Peter (2000, p.4) o “marketing é o processo de planejar e executar a definição do preço, promoção, distribuição de ideias, bens e serviços com o intuito de criar trocas que atendam metas individuais e organizacionais”.

Em suma, organizações e pessoas usam essa ferramenta para agregar valor a seus produtos ou serviços. Dessa forma, pode-se determinar que o marketing desempenha um papel importante na venda de produtos ou serviços para a organização. Quanto mais sofisticado for o método de processamento do composto, mais fácil será vendê-lo. Embora esse assunto tenha sido discutido pela maioria dos gestores, poucas pessoas ainda sabem como desenvolver um método que seja consistente com seus aspectos.

2.1 Marketing e o Comportamentos do Consumidor

É parte da evolução e do desenvolvimento do marketing nas organizações estudar o interesse e o comportamento do consumidor. Segundo Halat (2018), quando surgiram os primeiros sistemas de produção em massa, por volta do século XX, a demanda por produtos industrializados era muito maior do que a oferta e por isso as empresas tiveram que implementar ações para aumentar a produtividade e otimizar o processo para conseguir atender aos clientes. Nesse período, a autora destaca que o consumidor tinha pouco poder e conhecimento, o que trazia para as organizações maior zona de conforto.

Com o passar das décadas, as empresas foram se desenvolvendo e conseqüentemente a concorrência foi aumentando. Esse desenvolvimento foi fator importante para que o consumidor tivesse mais poder e que sua opinião e desejos começassem a ser levados em consideração, dado que nesse momento da história ele passava a ter escolha e poderia exigir que o atendimento fosse cada vez mais personalizado (TROPIA et al, 2017).

Tal evolução fez com que as organizações revisassem seus processos e suas formas de atingir o cliente. Halat (2018) ressalta que estudar e conhecer o comportamento do consumidor se tornou premissa importante no processo de

marketing das empresas, veio a ser uma atividade estratégica para conquistar novos clientes e fidelizar os que já são consumidores. A autora cita que nesse processo de evolução o consumidor passou a ser visto como “um processo que envolve não apenas a mera transação comercial, mas tudo que influencia o consumidor antes, durante e depois da compra” (HALAT, 2018, p.6). Assim, o estudo do comportamento do consumidor é interdisciplinar e envolve fatores como psicologia, economia, sociologia, antropologia e muitos outros.

2.2 Processo de Compras

Para entender o processo de compras, primeiramente é preciso entender os papéis de compra envolvidos no processo de consumo. Eles são cinco e são definidos como: iniciador, influenciador, decisor, comprador e usuário.

O iniciador, como o nome propõe, é o primeiro contato com a compra, é aquele que desempenha o papel de estimular, de propor a compra. Dahan (2018) diz que o iniciador pode ser interno ou externo e pode ainda ser uma pessoa, que convida outra a conhecer um produto/loja ou mesmo uma propaganda que “dá o start no processo de compra”. Temos então no iniciador o despertar da compra, o começo do processo.

Outro papel de compra apresentado, de acordo com Cruz (2019) é o de influenciador, que assim como o iniciador é quem estimula, mas diferente desse, o influenciador muitas vezes é portador de credibilidade e confiança, o que endossa a decisão da compra. Dahan (2018) ressalta que uma única pessoa pode exercer múltiplos papéis de compra simultaneamente.

Seguindo, o Decisor é pessoa que realmente decide sobre a compra, “é quem compila mais informações sobre o produto e quem chega à conclusão se o produto (ou serviço) oferece valor procurado.” (DAHAN, 2018, grifo do autor). Ressalta-se que nesse caso, o valor citado, percebido pelo cliente, não tem relação direta com o valor mercantil do produto e sim com o grau de satisfação, ou seja, se suas necessidades e desejos foram atendidos no processo de compra.

Por conseguinte, tem-se a pessoa que efetiva a compra. Cruz (2019) afirma que o que exerce esse papel é quem realmente possui o poder aquisitivo necessário para realizar o processo. A esse dá-se o nome de Comprador. Por fim, Dahan (2018) nos apresenta o Usuário, que é de fato quem vai utilizar, consumir, ou seja, o beneficiário da compra. Berro (2011) expõe que em geral, quando o usuário não tem tempo, ou poder de compra, ou habilidade ou ainda conhecimento sobre o produto ou serviço a ser comprado, ele delega a outra pessoa envolvida no processo a tarefa de decidir e efetivar a compra.

Assim, entendendo os papéis de compra, é possível direcionar as estratégias de marketing de acordo com o objetivo da organização, de acordo com o nicho de mercado a ser atingido, público alvo e praça.

Conforme ocorre o avanço da tecnologia e as mudanças de mercado observa-se que o público infantil é constantemente foco das campanhas de publicidade e marketing das empresas que estão à procura do aumento do número de vendas. Isso porque, de acordo com Cruz (2019), esse público pode exercer diversos papéis de compra simultâneos, desde Iniciador, como Influenciador, Usuário e até Decisor dependendo do mercado estudado.

2.3 Ferramentas de Marketing

As ferramentas de marketing podem automatizar tarefas, acelerar rotinas, aprimorar conhecimentos e organizar ações, além de manter planejamentos. Os processos de marketing demandam muito trabalho, e as ferramentas são uma alternativa para aumentar a produtividade. De acordo com Philip Kotler e Gary Armstrong (2003), os dois principais objetivos do Marketing são atrair novos clientes, sempre prometendo algo de valor, seja um desconto, brinde ou serviço diferenciado; e manter os clientes atuais através da satisfação de suas necessidades.

As Organizações trabalham sistematicamente para construir uma imagem sólida e positiva na mente de seu público (KOTLER, 2000, p.27). Com o marketing podemos criar estratégias para melhor acompanhar as modificações e atualizações do mercado e concorrência. Dentre as ferramentas, hoje é possível contar com o

marketing digital, que ganhou espaço após as redes sociais se tornarem fenômeno de compra e venda para as empresas.

2.3.1 Ferramentas de marketing estratégico

Segundo Kotler, um profissional de marketing é alguém que busca uma resposta de uma parte, denominada cliente potencial (prospecto). Se duas partes estão buscando vender algo uma para a outra, denominamos ambas de profissionais de marketing (KOTLER, 2000, p.33). O marketing estratégico norteia as duas partes, no momento de lançar uma campanha com objetivos definidos com ações e formatos diferentes para um melhor resultado. A seguir serão apresentados alguns planos de ações utilizados para melhorar e aperfeiçoar a instituição.

Inicialmente apresenta-se os planos de marketing, que guiam a implementação de toda a estratégia, colocando em prática ações pensadas e objetivos específicos. As metas indicam aquilo que uma unidade de negócios deseja alcançar, estratégia é um plano de como chegar lá (KOTLER, 2000, p.102). Com um estudo sobre o público alvo, e os demais que desejam alcançar, visando à linguagem para melhor conquistar tal público, levando em consideração os recursos da empresa.

Em seguida constata-se o benchmarking, em que são pesquisadas as formas sistemáticas para melhor encarar as práticas utilizadas pelos concorrentes, e a partir delas saber como atrair e fidelizar novos clientes, mantendo a excelência com os antigos. Assim, compara-se as empresas para identificar as estratégias mais eficientes no plano de marketing. Também de acordo com Kotler, a análise de SWOT, que é a avaliação global das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças é denominada análise SWOT (KOTLER, 2000, p.98), ou FOFA, que junta as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças da empresa.

Geralmente empregada ao plano de negócios, a matriz SWOT permite analisar todos os aspectos da estratégia de marketing segundo Klotler (2000). A força é a qualidade do produto, enquanto as oportunidades são os fatores externos à empresa que são aproveitados para atrair clientes. As fraquezas então são os pontos fracos,

o que deve ser otimizado e por fim, as ameaças, que são os fatores externos que podem prejudicar a empresa.

2.3.2 Ferramentas de marketing digital

Existem vários modelos de marketing para estudar uma empresa e implementar o melhor plano estratégico para ela. Porém com o crescimento da influência nas redes sociais da atualidade, as ferramentas de marketing também tiveram que acompanhar a modernidade. “O ambiente de marketing está mudando a um ritmo cada vez mais acelerado. Sendo assim, a necessidade de informações de mercado em tempo real é maior do que em qualquer outra época.” (KOTLER, 2000, p.122)

Para Kotler e Armstrong (2003), mídia pode ser entendida como canais de comunicação impessoal, estas incluem a mídia impressa - jornais, revistas, mala direta; a mídia eletrônica - rádio, televisão; e a mídia de display - outdoors, cartazes e pôsteres. Sant’Anna (1998) classifica mídia da seguinte forma: veículos visuais - para serem lidos ou vistos, como jornais, revistas, cartazes, painéis e luminosos; veículos auditivos - rádio e alto falantes; veículos audiovisuais - para serem ouvidos e vistos como televisão e cinema, e veículos funcionais - para desempenhar uma dada função como amostras, brindes e concursos.

Com isso, hoje é possível falar sobre o marketing digital, e como as empresas passaram a aderir às mídias sociais para alcançar um maior público. O Google analytics é um exemplo, usado para mensurar os resultados das estratégias digitais, como origem do tráfego do site, avaliar o uso das palavras chaves, e quais ações tem obtido melhor resultados nas redes sociais. Já o Ubersugget aperfeiçoa os motores de busca como: palavras-chave, relevância e escolha por menor preço. O Hootsuite mapeia os perfis de mídias sociais com maior influência, e identifica quais usuários estão citando a marca. Assim é possível agendar postagens futuras e aumentar o ganho de produtividade (KOTLER, 2000, p.27).

Das diversas opções, KOTLER e KELLER (2006) citam o RD STATION promete ser capaz de centralizar tudo em uma única plataforma: agendamento, criação de anúncios e campanhas de e-mail. Enfim, o mercado cresceu e ganhou também as plataformas de internet, com sites, aplicativos e mídias.

Planejar estrategicamente significa estar em sintonia com o mercado, visando à adaptação da empresa às mutantes oportunidades que surgem, considerando sempre, os recursos disponíveis e os objetivos perseguidos (KOTLER; KELLER, 2006). O que antes era apenas uma hipótese de como seria a internet no mundo, hoje é um campo onde se encontra tudo em um só lugar, basta apenas escolher qual o melhor planejamento de marketing e alavancar a empresa.

3 DEFINIÇÃO DE CRIANÇA

De acordo com pesquisas, o conceito de infância é identificado por Postman (1999) como algo que deve ser dividido em várias etapas de acordo com a faixa etária e que as características como vestimenta, alimentação, brincadeiras e linguagem variam de acordo com essa classificação etária. Já Silveira (2000) afirma que o conceito de infância varia de acordo com o ponto de vista e experiências do adulto, ou seja, a vivência e a definição da infância vai mudando de acordo com os paradigmas, o contexto histórico e a evolução da sociedade, não necessariamente estando ligado a faixa etária fica.

No Brasil, é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que criança é a pessoa que tem até doze anos de idade incompletos, enquanto que entre os doze e os dezoito anos a pessoa é considerada adolescente. Com isso, de acordo com Narodowski (2001), "agora a criança começa a ser percebida como um ser inacabado, carente e, portanto, individualizado, produto de um recorte que conhece nela a necessidade de resguardo e proteção."

Castro (2016) define que a criança tem sua importância dentro da comunidade na qual está inserida, e que de acordo com seu período ou faixa etária ela desenvolve diferentes níveis de direitos e interferências. Segundo o autor, a cada período a criança passa a desenvolver maior significação relacionada às condições sociais e não apenas ao ser vivente biológico.

Sarmiento (2004) predispõe que a criança participa coletivamente da sociedade sendo sujeito ativos, e não meramente passivos. Por isso a criança deve ser considerada ser social e sua concepção não pode ser uniformizada e homogênea,

pois vai variar de acordo com classe social, etnia, raça, gênero e região onde vivem. De acordo com ele, esses diferentes fatores diferenciam profundamente as crianças.

4 O PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRAS X PUBLICO ALVO CRIANÇA

Martins (2015) apronta que em 1998 foi criado por Angel Gaitán, em um seminário realizado pela UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, na Colômbia, o termo Protagonismo Infantil, que é o processo onde meninos e meninas desempenham o papel principal no desenvolvimento da comunidade, ou seja, as crianças passam a desempenhar papel de destaque no seu desenvolvimento, apresentando voz ativa sobre seus desejos.

Nascimento (2015) indica que o protagonismo infantil, pode ser incentivado por três diferentes maneiras: pela organização infantil, pela participação infantil e pela expressão infantil. Assim, deve-se pensar que “a criança desempenha um papel principal e determinante mas não único, em um contexto que pode ser social, econômico ou político. A criança [...] seria capaz de incentivar ações e participar de decisões relevantes.” (MARTINS, 2015, p. 38).

Isso mostra, de acordo com Fardim et al (2017), que as crianças apresentam cada vez mais liberdade de expressão e conquistam espaço no mercado, dado que a medida que são mais conscientes de suas necessidades passam a exigir com maior clareza o que desejam à aqueles que desempenham o papel de compradores. E tal fato é explorado pelas empresas em suas estratégias de marketing.

Outro comportamento que segundo Martins (2015) reforça as práticas de marketing voltado ao público infantil é o “rejuvenescimento do mundo adulto”, onde os consumidores adultos envelheceram sem deixar de ser consumidores jovens e isso pode ser observado quando grupos continuam indo aos cinemas assistir remakes de histórias infantis, quando utilizam roupas retrôs e de espectro adolescente e com a retomada do uso de skates e bicicletas para se locomover. Com isso os apelos infantis em anuncio de produtos atingem não somente as crianças, mas também o público familiar e adulto.

Para Fardim et al (2017) os grupos de referência e o grupo familiar são os que mais influenciam o consumo infantil e os responsáveis pelo apelo de compra. Os grupos de referência são aqueles que influenciam a compra, que despertam o desejo, podendo ser amigos ou mesmo personagens de desenhos ou filmes com quem as crianças compartilham valores em comum. Já o grupo familiar são aqueles da convivência diária ou com grau de parentesco que gera influência de consumo. Halat (2018) explica que os profissionais do marketing devem compreender os fatores que influenciam o consumo infantil, e representa isso em dois fatores: internos e externos, sendo eles:

Figura 1 – Fatores que afetam o comportamento do consumidor



Fonte: Halat, 2018.

Os fatores internos são os que levam em consideração as emoções e sensações, é o fator de importância emocional, que faz referência a afeto e memória que o objeto de compra proporcional. Enquanto que os fatores externos são os que tem relação com a cultura em que o indivíduo está inserido, o grupo de referência, classe social e estímulos que recebe das propagandas. Kotler (2000) também cita esse fatores que influenciam no processo de compra e os classifica como: os culturais, os sociais, os pessoais e os psicológicos

Ao perceberem esse padrão dos grupos de influência, os profissionais de marketing, segundo Nascimento (2015), focam seus esforços para atingir e influenciar o público infantil através desse grupo. Na infância, principalmente, esse grupo de referência tem grande valor no processo de criação do desejo de compra, porque atua como

uma espécie de filtro, de fator de aceitação, em que a criança só será reconhecida pelas demais se possuir o objeto de desejo.

Tal informação tem forte relevância quando analisados os comportamentos em diferentes faixas etárias, podendo considerar que o adulto apresenta tendência a comprar pela marca e histórico de credibilidade ou experiências, enquanto que o jovem leva em consideração o preço do produto e o público infantil o personagem ou influência de aceitação social que ele ocasionará (MARTINS, 2015). Dessa forma, o comportamento de consumo vai variar de acordo com idade e estágio no ciclo de vida em que a pessoa se encontra.

Quando relacionado ao público infantil, os profissionais de marketing utilizam de estratégias para despertar o desejo do consumidor, visto que eles independem da necessidade e sim da personalidade e cultura de cada um. Schor (2009) afirma que se comunicar com o consumidor infantil apresenta resultados positivos, visto que há séculos eles exercem o papel de consumidor e que a partir do século XX, além de produtos infantis eles também influenciam as compras relacionadas a literatura, vestuário, filmes, seriados, livros e histórias em quadrinhos.

Fardim et al (2017) afirmam que é importante estudar os fatores acima citados e também o comportamento do consumidor para que os profissionais do marketing conheçam as necessidades e desejos e possam estimular a vontade da compra dos produtos e/ou serviços.

Segundo Bruno (2019) pesquisas afirmam que no Brasil, mais da metade dos lares possui crianças de até 12 anos e essas cada vez mais exercem influência no processo de compra. Rosário (2019) complementa que o segmento de mercado infantil apresenta crescimento de 14% ao ano, o que representa cerca de R\$ 50 bilhões de reais. Já Almeida (2018) afirma ainda que a interferência desse público na escolha das compras é de aproximadamente 80% com projeção de crescimento constante. Tais dados só reforçam o pensamento de investir em ações de marketing voltadas para esse público.

Em sua pesquisa, Almeida (2018) demonstra quais ferramentas utilizadas pelos profissionais de marketing, mais despertam o desejo de compra e influenciam as crianças. De acordo com a autora, as propagandas na TV lideram o ranking, apresentando 73% de influência, em seguida vem os personagens famosos com 50%. As embalagens, cada vez mais coloridas e com formas diferentes também despertam a atenção do consumidor, ficando em terceiro lugar na pesquisa, representando 48% de eficácia quando se trata de induzir o consumidor a comprar o produto. O fato da marca ser conhecida sugere 44% enquanto que a influência de amigos e familiares representa 38%.

Analisando os dados, é nítido que a publicidade, seja ela apresentada em TV ou internet, é a grande responsável por movimentar o mercado e atrair o indivíduo a adquirir certo produto ou serviço em busca de satisfação. Almeida (2018) afirma que o público infantil é mais atraído quando as publicidades vêm acompanhadas de desenhos, personagens famosos, jogos, brindes e embalagens chamativas. Por isso esses fatores são utilizados em massa pelos profissionais de marketing para atingir esse público que desempenha diferentes papéis de compra, como iniciador, influenciador, decisor e usuário.

Luciene Vasconcelos, em uma entrevista para a jornalista Letícia Muniz à revista Mundo Marketing (2012) afirma que as organizações seguem praticando o marketing voltado para o desenvolvimento de produtos e que de maneira geral, segue evoluindo para uma estratégia de relacionamento (Marketing 3.0), ou seja, estão sendo utilizadas ferramentas para buscar conhecer melhor quem é o consumidor e o que ele deseja. Segundo Luciene, o grande objetivo do Marketing 3.0 é o de cumprir as promessas apresentadas nas publicidades dos produtos, para satisfazer o cliente, porém, quando relacionado ao consumidor infantil, o marketing é utilizado na versão 1.0, cuja premissa é produzir para quem quiser comprar.

De acordo com Fardim et al (2017), essa estratégia do Marketing 1.0 é utilizada porque é mais barata e o público infantil ainda não tem discernimento para avaliar experiências e decidir se foi uma boa compra ou não. Segundo ela, quando as empresas realizam marketing voltado para os pais os custos são maiores devido a essa percepção de qualidade, valor agregado e memória de compra.

Dessa forma, pensando em influenciar o público infantil, Nascimento (2015) diz que os profissionais do marketing devem apostar em estratégias que envolvam seis sensações: Humor, para proporcionar momentos agradáveis e divertidos; Medo para estimular sensações; Habilidade, para desenvolver o raciocínio; Fantasia para trabalhar a imaginação; Amor, para cativar sentimentos e Estabilidade, para proporcionar segurança.

Consonante com Nascimento (2015), Fardim et al (2017) afirma que as estratégias acima citadas, auxiliam para que o produto se adeque ao mercado, se ajuste as necessidades do consumidor e conseqüentemente gerem vantagem competitiva. Porém, antes de escolher qual das estratégias utilizar é preciso estudar bastante o público alvo e as características do produto, para que a publicidade realmente tenha o efeito desejado e desperte o interesse de compra.

Pensando ainda em cativar o público infantil no processo de compra, existe também a possibilidade das marcas utilizarem produtos licenciados, ou seja, “associar um produto a personagens animados, times de futebol, personalidades públicas, para não só encantar as crianças, como também posicionar uma marca para os adultos”. (NASCIMENTO, 2015, p. 18)

Assim, Almeida (2020) entende que definido o público alvo sendo o público infantil, todo o produto e estratégias devem ser estudadas para atender o mesmo, e isso envolve estratégias voltadas para produto, praça, preço e promoção. Isso porque todo o contexto do produto deve ser homogêneo e específico para atender a esse público.

Quando se fala do produto, Nascimento (2015) define que é muito importante diferenciar as características do público infantil em cada etapa de evolução, seja elas cognitivas, motora, social, de valores e interesses. A organização define então, com base nessa análise de etapas do público alvo quais as características o produto vai ter para trazer satisfação ao usuário, e isso envolve não apenas o conceito do produto, mas também aspectos físicos como design, embalagem e funcionamento, que levam em consideração as limitações físicas e psicológicas das crianças.

Quanto ao preço, diferente de quando se trata de público jovem ou adulto, ele não é fator decisivo para o público infantil, o que faz com que outras estratégias como a propaganda possam ser mais incisivas e influentes do que o preço. Faria (2020) ressalta, porém, que o desenvolvimento do preço deve estar diretamente ligado a definição da praça em que o produto será distribuído, para que realmente atinja o público e o nicho determinado.

No que tange a praça, Nascimento (2015) destaca que o desenvolvimento cognitivo é muito importante quando se trata do público infantil, pois é ele quem desperta o interesse e chama a atenção para a compra. Segundo o autor, a criança busca magia, diversão e entretenimento, então é de extrema importância que os produtos sejam disponibilizados em locais onde as crianças tem acesso, onde elas vejam as embalagens para que possam desejar.

É muito comum que em mercados ou lojas de varejo os produtos destinados ao público infantil sejam dispostos nas prateleiras mais baixas, para que fiquem a altura dos olhos, para que elas possam tocar e sentir os produtos. Assim, a escolha da praça deve ser estratégica e pode definir o aumento considerável do número de vendas. (ALMEIDA, 2018)

Já quando se trata da promoção, o Nascimento (2015) define que é a forma direta de comunicação com o público alvo e tem objetivo de fazer com que a marca seja lembrada. Conforme já citado nesse artigo, as propagandas televisivas são as que mais influenciam o público infantil, dado que elas estão diretamente relacionadas com os desenhos e personagens que eles assistem, além de ser o meio mais massivo nas casas brasileiras.

Assim, para a promoção de vendas Faria (2020) adiciona ainda com estratégias como: utilizar personagens humanos, os mesmos que estão presentes nos desenhos infantis, para que a criança tenha uma identificação real. Da mesma forma personagens animais também podem ser utilizados, visto que o público infantil tem vínculo afetivo com esses vindos do mundo da imaginação e fantasia. Personagens fictícios também são amplamente utilizados, como princesas e heróis.

Vê-se então, que para atrair o público infantil, segundo Almeida (2018) é muito importante vincular o mundo imaginário, da idealização, com o mundo real e fazer com que as crianças despertem desejo e interesse. Vale pensar também na praça utilizada, para que o público alvo tenha contato com produto, veja e até mesmo experimente para que crie a lembrança.

Assim, os profissionais do marketing, para uma boa projeção de vendas, devem seguir as premissas básicas do desenvolvimento de produto, estudando bem o consumidor, suas características, onde se encontra, qual o poder aquisitivo e o que ele deseja ao adquirir o produto. Ressalta-se, com tudo que foi abordado, que quando se trata do consumidor infantil, esse leva muito mais em consideração as experiências vividas do que o valor mercantil do mesmo. (NASCIMENTO, 2015)

5 METODOLOGIA

Conforme Bruchêz et al (2015), a pesquisa realizada pode ser caracterizada como básica, ou seja, usada para levantar informações e desenvolver teorias a cerca dos assuntos abordados na pesquisa bibliográfica. Nesse tipo de pesquisa, segundo o autor, o objetivo da cientificidade é a generalização do conteúdo para que se possibilite a compreensão e a solução de problemas através da união de informações.

Ainda nesse sentido, quanto a forma de abordagem da pesquisa, ela será qualitativa, ou seja, sua base fundamental não serão dados estatísticos e sim informações de caráter descritivo, com foco no processo e em seu significado. Dessa forma o objetivo principal da pesquisa qualitativa é a interpretação do fenômeno objeto de estudo. (SKINNER; TAGG; HOLLOWAY, 2000)

Quanto aos objetivos, pode-se considerar esse trabalho uma pesquisa exploratória, que visa procurar padrões e conhecer fatos, avaliar teorias ou conceitos existentes baseados em bibliografias existentes. Conforme Tumelero (2019), essa técnica embasa os conceitos abordados na literatura acadêmica e com isso abrange uma explanação crítica e científica sobre o tema.

Assim, firma-se que esse trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica básica, qualitativa, a cerca do tema abordado, sem pesquisas de campo ou levantamentos através de questionários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência que as crianças têm no processo de compra é significativa para a finalização da compra de acordo com as pesquisas apresentadas. Alguns conceitos relevantes que caminham para essa decisão são o comportamento do consumidor infantil, processo de compra e o papel familiar para a criança. Conforme Karsaklian (2000) a criança não tem poder de decisão do produto apenas na parte de brinquedos ou guloseimas, elas passaram a influenciar a decisão de compra de toda a família.

Entende-se que o papel da criança na família exige não só a educação passada, mas também o quanto os familiares desejam agradar a criança. Fica claro também que determinados produtos tem mais influência, como biscoitos, doces, e mantimentos, alguns que ofereçam brindes e outros que tenha um visual mais chamativo. Engel (2000) diz que, papeis expressivos envolvem apoiar outros membros da família no processo decisório e expressar as necessidades estéticas ou emocionais da família.

Constata-se que as crianças e muitos pré-adolescentes são influenciados pela mídia, mesmo sem conhecer a realidade do produto, ou fazer uma pesquisa sobre ele. Muitas crianças ocupam seu tempo com TV e cada vez mais com a internet. Hoje temos crianças que querem ser “quando crescer”, blogueiros, influencer, e outros. Isso espelha o marketing digital e produz um poder de compra ainda maior. Isso faz com que aumente o contato com os comerciais e propagandas, estimulando o desejo de consumir (LIMEIRA, 2008).

Portanto identifica-se que as crianças, muitas vezes, são o público alvo, mesmo que o produto ou serviço não seja destinado diretamente a eles. No caso desses serem, o consumo pode triplicar tendo em vista um bom marketing e uma propaganda muito bem estudada.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lauanne Pereira Monteiro. Criança e consumo em pauta: Uma reflexão à luz da Política de educação para o consumo. **Jusbrasil**, [S. l.], 2018. Disponível em: < <https://lauannemonteiroa.jusbrasil.com.br/artigos/605858435/crianca-e-consumo-em-pauta-uma-reflexao-a-luz-da-politica-de-educacao-para-o-consumo>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BERRO, Diego. 5 papéis exercidos pelos clientes no processo da compra. **Administradores.com**, [s. l.], 14 abr. 2011. Disponível em: < <https://administradores.com.br/artigos/5-papeis-exercidos-pelos-clientes-no-processo-da-compra> >. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm > Acesso em 21 set 2020.

BRUCHÊZ, Adriane; D'ÁVILA, Alfonso A. F; FERNANDES, Alice Munz; CASTILHOS, Nádia Cristina; OLEA, Pelayo Munhoz. **Metodologia de Pesquisa de Dissertações sobre Inovação: Análise Bibliométrica**. 2015. Disponível em:< <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvmostrappga/paper/viewFile/4136/1361>> Acesso em 16 out 2020.

BRUNO, Adriana. Produtos infantis colorem as gôndolas e incrementam o faturamento. **Sincovaga SP**, São Paulo, 16 ago. 2019. Disponível em: < <https://www.sincovaga.com.br/produtos-infantis-colorem-as-gondolas-e-incrementam-o-faturamento/> >. Acesso em: 19 abr. 2020.

CASTRO, Michele G. Bredel. **Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções**. 2016. Disponível em:<http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem13pdf/sm13ss04_02.pdf> Acesso em 21 set 2020.

CRUZ, Jamile da Silva. **Uma análise da influência dos fatores internos no processo de decisão de compra de serviços em bancos digitais**. Orientador: Fabiana Nogueira Holanda Ferreira. 2019. 85 f. Monografia (Bacharel em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50163/1/2019_tcc_jscruz.pdf. Acesso em: 14 maio 2020.

DAHAN, Julyana. Papéis de compra do consumidor. **Guia de MKT**, [s. l.], 21 ago. 2018. Disponível em: < <https://guiademarketing.com.br/papeis-de-compra-do-consumidor/> > . Acesso em: 19 abr. 2020.

FARDIM, Jéssica; EVANGELISTA, Vivian Amorim; LEONI, JulieneNavas. **Marketing e o consumidor infantil e sua influência no processo de decisão de compra da família**. 2017. Disponível em:< <http://www.unitoledo.br/repositorio/handle/7574/2012>> Acesso em 19 abril 2020.

FARIA, Ana Maria. **Marketing de Relacionamento**. 1. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2019. 260 p.

HALAT, Angela. **Comportamento do Consumidor**. 1. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2018. 316 p..

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip.; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003

KOTLER, P. KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. Ed. São Paulo: Pearson Hall, 2006. 750p.

MARTINS, Ingrid Schumann Seabra. **A criança como influenciadora de compra para a publicidade**: apelos, motivações e subjetividade infantil. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:< <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3849> > Acesso em 15 abril 2020.

MUNIZ, Letícia. **Como estruturar o novo marketing infantil**. Revista Mundo do Marketing, [s. l.], 25 maio 2012. Disponível em:<<https://www.mundodomarketing.com.br/entrevistas/23857/como-estruturar-o-novo-marketing-infantil.html>> Acesso em 21 abril 2020.

NASCIMENTO, Bárbara Francys Freitas. **Marketing e o mercado infantil**. Dissertação(Bacharel em Administração) - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis. Assis,2015. Disponível em:<<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/argTccs/1211390801.pdf>> Acesso em 21 abril 2020.

NARODOWSKI, M.**Infância e poder: conformação da Pedagogia Moderna**(trad. Mustafá Yasbek) Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

PETER, J. P. JR, G. A. C., **Marketing, Criando valor para os clientes**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 626 p.

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

ROSÁRIO, Claudiana. **Economia**: mercado infantil é o que mais cresce no país. 2019. Disponível em:<<http://clickfato.com.br/economia-mercado-infantil-e-o-que-mais-cresce-no-pais/>> Acesso em 19 abril 2020.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: Teoria, técnica e prática** - 7ª edição; São Paulo: Atlas; 1998

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coord.). Crianças e Miúdos. Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação. Porto. Asa, 2004.

SCHOR, Juliet. **Nascidos para comprar: uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo**. São Paulo: Editora Gente, 2009

SILVEIRA, Jacira Cabral da. **Infância na Mídia: sujeito, discurso, poderes**. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: FACHED/UFRGS, 2000. Disponível em: <http://www.radiofaced.ufba.br/twiki/pub/GEC/TrabalhoAno2000/infancia_na_midia.PDF> Acesso em 21 set 2020

SKINNER, D.; TAGG, C.; HOLLOWAY, J. **Managers and research: the pros and cons of qualitative approaches**. *Management Learning*, v. 31, n. 2, p. 163-179, 2000

TUMELEIRO, Naina. **Pesquisa exploratória: conceito, características e aplicação em 4 passos**. 2019. Disponível em: < <https://blog.mettzer.com/pesquisa-exploratoria/> > Acesso em 16 out 2020

TROPIA, Célio Eduardo Zacharias; SILVA, Pedro Paulo; DIAS, Ana Valéria Carneiro. Indústria 4.0: uma caracterização do sistema de produção. **Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão Tecnológica**, Cidade do México, ano 2017, ed. XVII, 16 out. 2017. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Celio_Tropia/publication/317475373_Industria_4_0_uma_caracterizacao_do_sistema_de_producao/links/593b17fdaca272c4d9312200/Industria-40-uma-caracterizacao-do-sistema-de-producao.pdf >. Acesso em: 14 maio 2020.

O DESAFIO NA CONTEMPORANEIDADE DAS ORGANIZAÇÕES EM MANTER SEUS COLABORADORES SATISFEITOS

CHALLENGE IN THE CONTEMPORANEITY OF ORGANIZATIONS IN KEEPING ITS EMPLOYEES SATISFIED

André Saloum Simom

Dienerson Mozer

Douglas Pereira Costa¹

Ednea Zandonadi Brambila Carletti²

RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade construir e demonstrar hipóteses sobre o evidente problema presentes nas organizações atuais: A dificuldade em manter seus colaboradores satisfeitos, bem como aprimorar as ideias e fundamentar as teorias acerca do tema abordado. Trata-se de uma pesquisa básica, com procedimentos bibliográficos e abordagem qualitativa. Nota-se que as organizações devem oferecer ambiente propício aos seus funcionários a fim de minimizar os problemas causados pela insatisfação e com isso garantir que a vantagem competitiva seja retida e utilizada da melhor forma no mercado atual.

Palavras Chave: Motivação, Satisfação no Trabalho

ABSTRACT

This research aims to build and demonstrate hypotheses about the evident problem present in current organizations: The difficulty in keeping its employees satisfied, as well as improving the ideas and founding theories about the topic addressed. It is a basic research, with bibliographic procedures and a qualitative approach. It is noted that organizations must offer a favorable environment to their employees in order to minimize the problems caused by dissatisfaction and thereby ensure that the competitive advantage is retained and used in the best way in the current market.

Keywords: Motivation, Job Satisfaction

¹ Graduandos em Administração pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestre em Ciência da Informação pela PUC-Campinas. Especialista em Informática da Educação pelo IFES. Graduação em Pedagogia pela FAFIA. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

1 INTRODUÇÃO

O mercado globalizado e competitivo obriga que organizações que visam o sucesso, identifiquem as variáveis responsáveis por manter níveis ótimos de satisfação de seus colaboradores. Esse sucesso está proporcionalmente ligado à importância dada por cada organização no que tange a auxiliar os colaboradores a se desenvolverem, de modo que valorizem seu trabalho e a organização da melhor forma, bem como, identificar insatisfações dos colaboradores que podem ser melhoradas.

Para Siqueira (2008), investigar essa satisfação significa avaliar como os retornos fornecidos pela organização sendo em forma de salários e promoções, a convivência com os colegas e as chefias, as realizações das tarefas, proporcionam ao colaborador sentimentos gratificantes.

No entanto, segundo Wagner III (2000), a insatisfação do colaborador pode trazer para organização efeitos importantes que precisam da devida atenção, tais como absenteísmo e elevado grau de rotatividade, o que acaba prejudicando a organização e ao mesmo tempo causando uma sobrecarga aos demais funcionários.

Segundo Marques (2020), uma pesquisa realizada pela Catho, empresa de recrutamento, mostrou que 92% dos brasileiros desejam mudar de emprego em 2020. Baseando-se em índices de satisfação de colaboradores no ambiente organizacional este estudo visa identificar os principais agentes estressores presentes nas organizações que causam os mais variados problemas, tanto para o colaborador quanto para a organização, relacionados à insatisfação no ambiente de trabalho.

O objetivo geral deste estudo é demonstrar os impactos da não valorização do capital humano, no que tange a satisfação, tanto ao colaborador quanto a organização como um todo, tornando os objetivos cada vez mais difíceis de serem alcançados por ambas as partes.

No cenário atual do mercado globalizado, o capital financeiro passou a não ser mais o principal recurso dentro de uma organização dando lugar ao capital humano, ou

seja, as pessoas se tornaram os principais parceiros das empresas evidenciando o papel estratégico importantíssimo que uma boa gestão de recursos humanos deve ser capaz de desenvolver.

Sendo assim, faz-se necessário tanto de modo acadêmico quanto para auxílio a administradores e futuros gestores entender o que motiva e mantém os colaboradores satisfeitos no ambiente onde estão inseridos, aplicando os conhecimentos adquiridos em sala a fim de relacionar a ligação dos objetivos específicos com a qualidade e produtividade organizacional.

Para tanto, foi utilizado procedimento de pesquisa científica do tipo bibliográfica e conforme Dalberio e Dalberio (2009) destacam, esse tipo de pesquisa tem a vantagem de possibilitar, sem muitos custos, o acesso do pesquisador a uma amplitude de fontes. Possui natureza básica e uma abordagem segundo Oliveira (1997) qualitativa, pois esta não se utiliza de nenhum método ou técnica estatística no processo da pesquisa, o pesquisador utiliza o ambiente natural como fonte de pesquisa para a obtenção dos dados. A pesquisa se torna descritiva ao passo que expõe com detalhes o maior número possível de elementos observados na área de estudo.

2 DESMISTIFICANDO A MOTIVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

A palavra motivação deriva-se da junção de *móvil*, que significa mover, com *ções*, que significa ação. Pierón (1969) define em seu dicionário de psicologia a motivação no sentido psicológico, como um fator psicológico, consciente ou não, que predispõe o indivíduo a efetuar certas ações ou a tender para certos objetivos específicos.

Segundo Dicio (2020) motivar a ação trata-se do ato ou efeito de motivar, exposição de motivos ou causas, conjunto de fatores, os quais agem entre si, e determinam a conduta de um indivíduo (*móvil+ções*). Motivar – Dar motivo a, causar, despertar o interesse por (aula, conferencia, atividade, etc.), ou de (alguém), incitar, mover, estimular. Motivo – causa, razão, Fim, Intuito.

De acordo com Maximiano (2000), a palavra motivação (derivada do latim *motivus*, *movere*, que significa mover) indica o processo pelo qual um conjunto de razões ou motivos explica, induz, incentiva, estimula ou provoca algum tipo de ação ou comportamento humano. Portanto motivação pode ser definida como um motivo que leva a ação é tudo aquilo que leva a pessoa a determinado comportamento.

Ainda segundo Maximiano (2008), a palavra motivação provém do latim *motivus*, *movere*, que significa mover, e se traduz no conjunto de razões e motivos que levam as pessoas a algum tipo de ação ou comportamento.

Robbins (2007) define motivação como uma disposição de exercer um nível elevado e permanente de esforço em favor das metas da organização e também de satisfazer alguma necessidade individual, a motivação é formada por três elementos fundamentais que são a persistência, a intensidade do esforço e a direção, e devem ser canalizados e orientados em ações benéficas à empresa.

Segundo Vazzoler (2016) a motivação no trabalho se tornou hoje uma das principais preocupações dos líderes, gestores e principalmente do setor de Recursos Humanos de qualquer organização, pois é notório que está diretamente ligado ao rendimento do colaborador e assim influenciando no alcance dos objetivos e no rendimento organizacional.

Zanelli, Andrade e Bastos (2004) destacam que os psicólogos afirmam que as diferenças de comportamentos individuais das pessoas são decorrentes do processo denominado motivação. No ambiente de trabalho isso não é diferente, sendo assim esse processo é responsável também pela maioria das condutas individuais no ambiente de organizacional, o que torna importante a compreensão deste fenômeno, que pode ser visto pela ótica de várias teorias administrativas.

Já Chiavenato (2003) nos fala que a motivação procura explicar por que as pessoas se comportam. A Administração científica baseava-se na concepção do *homo economicus*, segundo a qual o comportamento do homem é motivado exclusivamente pela busca do dinheiro e pelas recompensas salariais e materiais do trabalho. Toda a Abordagem Clássica da Administração se alicerçava nessa estreita

teoria de motivação. A Experiência de Hawthorne teve mérito de demonstrar que a recompensa salarial mesmo quando em bases justas ou generosas não é o único fator decisivo na satisfação do trabalhador dentro da situação de trabalho.

Motta e Vasconcelos (2006) apresenta em seu trabalho a teoria da hierarquia das necessidades. Desenvolvida pelo psicólogo americano Abraham Maslow, que definiu a também chamada teoria das necessidades como sendo as 5 necessidades principais e hierárquicas do ser humano e as montou em formato de pirâmide.

Figura 1: Hierarquia das Necessidades Humanas de Maslow



Fonte: Robbins (2007, p.133)

Para Maslow, segundo Rodrigues (1999), as necessidades de um nível superior só aparecem quando as inferiores estiverem satisfeitas, porém não é preciso que uma necessidade esteja completamente satisfeita antes da próxima surgir, ela pode estar parcialmente satisfeita.

Robbins (2007) completa e destaca que de acordo com a teoria de Maslow, as pessoas são movidas por uma busca constante para satisfazer alguma necessidade, e isso faz com que as pessoas se motivem e voltem seu comportamento rumo ao alcance dessa necessidade não satisfeita.

A pirâmide descrita por Maslow (Figura 1) demonstra as diferentes necessidades de cada indivíduo de maneira hierárquica e conforme sua probabilidade e serão apresentadas a seguir:

Na base da pirâmide estão necessidades de nível mais baixo, conhecidas como necessidades fisiológicas ou básicas e estão contidas necessidades como alimento, repouso, exercício, sexo e outras necessidades orgânicas (MOTTA; VASCONCELOS, 2006).

Classificam-se no segundo nível as necessidades de segurança relacionadas geralmente com um ambiente social seguro, risco físico, segurança no emprego, privações. O terceiro nível é composto pelas necessidades sociais que são necessidades de afeto e amizade, ter a sensação de fazer parte de um grupo de pessoas, dar e receber amor (ROBBINS, 2007).

No quarto nível está a necessidade de estima, neste nível incluem a necessidade de autoestima e a estima por parte de outras pessoas onde existe a necessidade do indivíduo ser respeitado pelos demais, com prestígio e reconhecimento (MOTTA; VASCONCELOS, 2006).

No topo da pirâmide está o quinto nível que é a necessidade de auto realização ou de crescimento que é o alcance que o indivíduo tem de seu próprio potencial e auto desenvolvimento, é ser aquilo que se pode ser, o indivíduo atinge realização pessoal (ROBBINS, 2007).

Motta e Vasconcelos (2006) consideram que o processo de suprir as necessidades descritas por Maslow pode ser alternado e não seguir sempre um caminho linear visto que estas necessidades podem alternar e/ou variar o grau e a intensidade de acordo com cada indivíduo e o meio onde ele está inserido.

Também conhecida por Teoria da Higiene-Motivação, essa teoria foi desenvolvida pelo psicólogo americano Frederick Herzberg em 1968, e segundo Motta e Vasconcelos (2006), tendo influência de Maslow, Herzberg explica que existem fatores higiênicos ou extrínsecos, que estão ligados diretamente às condições físicas

do ambiente de trabalho, políticas organizacionais, salários, benefícios, relações pessoais, estilo de supervisão, entre outros, e os fatores motivacionais, que são fatores intrínsecos, são relacionados à aquilo que a pessoa faz, ou seja, ao conteúdo do cargo, dessa forma, afirma que não basta apenas boas condições de trabalho para deixar o colaborador motivado, mas é necessário também que este esteja satisfeito com o que faz.

Assim, levando em consideração os pensamentos de Herzberg, os fatores que fazem o funcionário se sentir mais feliz e satisfeito são diferentes e separados daqueles que o levam a insatisfação, sendo dessa forma necessário motivar os funcionários de forma independente, um a um, para alcançar sua satisfação. (ÉPOCA, 2017)

2.1 Teoria do Reforço

Desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Burrhus Frederic Skinner (1968), a Teoria do Reforço, conclui que as ações com consequências positivas sobre o indivíduo que as pratica tendem a ser repetidas no futuro, enquanto o comportamento que é punido tende a ser eliminado (ROBBINS, 2007).

Segundo Dubrin (2003), a Teoria do Reforço declara que o comportamento das pessoas pode ser influenciado e controlado através do reforço ou recompensa dos comportamentos desejados e ignorando as ações não desejadas ou castigo do comportamento não desejado que deva ser evitado na medida em que ela contribuiria para o desenvolvimento de sentimentos de constrangimento ou mesmo de revolta.

A Teoria do Reforço expõe, conforme Robins (2007), que recompensas ou reforços podem afetar o comportamento. A teoria não lida com estados internos como a motivação, então, de certa forma, essa é uma teoria não motivacional, ela explica o comportamento como função de experiências recompensadoras anteriores ou histórico de reforço. O comportamento é visto como uma resposta ao ambiente.

Assim, Robbins (2005) conclui dizendo que assim como as oportunidades de crescimento profissional, a remuneração, o relacionamento interpessoal e as tarefas realizadas, os processos motivacionais são extremamente importantes para a satisfação do colaborador no ambiente organizacional.

Ainda segundo Dubrin (2003), a teoria explica que a probabilidade da ocorrência de um determinado comportamento aumenta se for seguida por uma recompensa; inversamente, a probabilidade de um comportamento diminui se ele for seguido de punição, os comportamentos estabelecem-se por meio de associação do comportamento com o reforço, em outras palavras, as recompensas são contingentes na ocorrência de um comportamento em particular. Partindo desse ponto, conclui-se que atitudes relevantes para o desempenho aumentarão na medida em que forem recompensadas.

2.2 Teoria dos Dois Fatores

Desenvolvida pelo psicólogo americano Frederick Herzberg (1968), a também conhecida como teoria da higiene-motivação conforme Mota e Vasconcelos (2006), sofreu grande influência de Maslow quando desenvolvida por Herzberg, explicando que os fatores extrínsecos ou higiênicos estão diretamente relacionados às condições físicas do ambiente organizacional, relações pessoais, benefícios, salários, estilo de supervisão e políticas organizacionais.

Levando em consideração os pensamentos de Herzberg, os fatores que fazem o funcionário se sentir mais feliz e satisfeito são diferentes e separados daqueles que o levam a insatisfação, sendo dessa forma necessário motivar os funcionários de forma independente, um a um, para alcançar sua satisfação. (ÉPOCA, 2017)

Herzberg desenvolveu a Teoria dos dois fatores para explicar o comportamento dos colaboradores em situação de trabalho e segundo ele existem dois fatores que orientam o comportamento das pessoas, os fatores extrínsecos e os fatores intrínsecos (ROBBINS, 2007).

Segundo Chiavenato (2003), o trabalho era considerado uma atividade desagradável e, para fazer com que as pessoas trabalhassem mais, era necessário um grande apelo para prêmios e incentivos salariais, supervisão, políticas empresariais abertas e estimuladoras, ou seja, incentivos externos ao indivíduo em troca do seu trabalho.

Para Herzberg, segundo Chiavenato (2003), as pesquisas revelaram que quando os fatores extrínsecos são excelentes, eles apenas servem para evitar a insatisfação dos colaboradores; se por acaso aumentam a satisfação não são suficientes por conseguir sustentá-la por muito tempo. Quando os fatores extrínsecos são deficientes, eles provocam a insatisfação dos colaboradores. Devido a essa influência mais voltada para a insatisfação, Herzberg os chamou de fatores higiênicos, pois eles apenas minimizam e/ou evitam a insatisfação, mas não são suficientes para alcançarem a satisfação do colaborador.

Herzberg ainda ressalta, segundo Chiavenato (2003), que os fatores extrínsecos e causadores de motivação são independentes e não se vinculam entre si. Os fatores responsáveis pela satisfação profissional das pessoas não possuem ligação com os fatores causadores pela insatisfação do colaborador. O contrário da satisfação do colaborador não é a insatisfação, mas sim a ausência da satisfação profissional. Por outro lado, o contrário da insatisfação profissional é a ausência dela e não a satisfação profissional.

Figura 2: Fatores motivacionais e fatores higiênicos

FATORES MOTIVACIONAIS (SATISFACIENTES)	FATORES HIGIÊNICOS (INSATISFACIENTES)
<p>Conteúdo do Cargo (Como a pessoa se sente em relação ao seu cargo)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Trabalho em si 2. Realização 3. Reconhecimento 4. Progresso profissional 5. Responsabilidade 	<p>Contexto do Cargo (Como a pessoa se sente em relação à sua empresa)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Condições de trabalho 2. Administração da empresa 3. Salário 4. Relações com o supervisor 5. Benefícios e serviços sociais

Fonte: Chiavenato (2003, p.334)

Maximiano (2000) compara que as teorias de motivação de Maslow e Herzberg apresentam pontos de concordância. Os fatores higiênicos de Herzberg relacionam-se com as necessidades primárias de Maslow (necessidades fisiológicas e de

segurança, incluindo algumas necessidades sociais), enquanto os fatores motivacionais relacionam-se com as necessidades secundárias (necessidades de estima e auto-realização).

2.3 Teoria das Relações Humanas

Conforme Silva (2000), o estudo comportamental, no que tange a organizações, teve um destaque inicial após os trabalhos de Elton Mayo e a escola de relações humanas, especificamente após os experimentos de Hawthorn desenvolvidos pelo próprio Mayo na universidade de Harvard em meados de 1930. Na busca de compreender a influência do fator “iluminação” ligado ao aumento da produtividade, os resultados obtidos revelaram um importante fator intrínseco gerador de motivação pelo trabalho em grupo.

Segundo Chiavenato (2003), a experiência proporcionou conclusões importantes. Dentre elas: O nível de produção não é determinado pela capacidade física ou fisiológica do colaborador (conforme afirmava a Escola Clássica), e sim por padrões sociais e convívio grupal. Uma maior integração social no grupo de trabalho poderia proporcionar uma maior disposição na produção. Caso o colaborador apresente uma excelente condição física e/ou fisiológica de trabalho, porém não esteja integrado socialmente, a eficiência de produção sofreria impacto negativo devido ao distanciamento social.

Ainda segundo o autor, as atitudes do colaborador se apoiam totalmente no grupo. Eles não agem ou reagem de forma isolada, e sim como membros de um grupo. Um mero desvio desse padrão social causaria ao colaborador punições sociais ou morais dos colegas de trabalho, no intuito de se ajustar novamente aos padrões do grupo. Enquanto as normas sociais permanecerem intactas, o colaborador resistiria as mudanças para não se afastar do grupo.

Mayo, citado por Chiavenato (2003), ainda cita que a atitude dos colaboradores está condicionada aos padrões sociais. Os colaboradores que produzirem abaixo ou acima dos padrões socialmente determinados perderiam a consideração dos

demais. Os colaboradores preferiam produzir menos (consequentemente ganhando menos) a colocar em risco as relações de amizade com os demais.

3 SATISFAÇÃO NO TRABALHO

Satisfação e felicidade dos colaboradores vêm ganhando cada dia mais o interesse da gestão das organizações, pelo fato de estar diretamente e proporcionalmente ligados ao tão sonhado diferencial competitivo culminando na obtenção dos objetivos organizacionais. Spector (2003) diz que a satisfação está diretamente ligada à como o colaborador se sente com relação aos muitos aspectos relacionados ao seu trabalho.

Machado (2016) nos fala que a motivação precisa ser a base visando o alcance da felicidade e satisfação do colaborador, pois afeta diretamente a sua vida pessoal. Portanto, quando a organização investe seu tempo e recursos a fim de promover a satisfação de seus colaboradores, é capaz de obter retorno em curto prazo e consequentemente reter seus melhores talentos.

Spector (2003) expõe que cada colaborador precisa se comprometer tanto com o desempenho individual, grupal e organizacional para que assim a organização consiga alcançar seus objetivos, além disso, explica que quando a organização dá condições e incentivo aos seus colaboradores, estes se auto-motivam e encontram a satisfação por si só.

A satisfação no ambiente de trabalho está entre os fatores que formam a chamada QVT ou qualidade de vida no trabalho, é considerada uma variável importante da área de comportamento organizacional (ROBBINS, 2007). O autor ainda define que tal satisfação é o conjunto de atitudes do indivíduo em relação ao trabalho que exerce. Ele considera que o homem possui uma reação ativa às situações de trabalho que não o satisfazem, deliberando atitudes de mudanças.

Para Siqueira (2008) investigar esta satisfação nas organizações, significa analisar o quanto os retornos obtidos pelo colaborador em forma de benefícios, salários e promoções, o quanto o convívio com a equipe de trabalho e as lideranças da

organização, bem como as tarefas exercidas podem gerar sentimentos prazerosos e gratificantes.

Siqueira (2008) também afirma que a satisfação, depois dos anos 80 passou a ser entendida como atitude, porém existem definições que a entendem como a forma que as empresas se comprometem socialmente com o colaborador, proporcionando a este saúde e o bem estar e permitindo a avaliação deste comprometimento por parte da organização e os níveis de satisfação dos funcionários.

Para medir a Satisfação no Trabalho é utilizada a EST(Escala de Satisfação no Trabalho). Criada por Mirlene Maria Matias Siqueira, doutorado em psicologia na universidade de Brasília (1995). A escala possui itens que cobrem cinco cenários teóricos do conceito de satisfação e pode ser usada em sua forma completa de 25 itens ou na versão reduzida com 15 itens (SIQUEIRA, 2008). A EST utilizada nesta pesquisa é de versão reduzida com 15 itens.

Quando um funcionário está insatisfeito, começam a ocorrer uma série de fatos que levam a empresa a uma queda de rendimento, alguns deles seriam a queda de produtividade, o aumento no número de faltas ao trabalho, começam a acontecer mais erros, aumenta o número de desentendimentos entre membros da equipe e de outros setores e culmina em um aumento da rotatividade, e isso tudo acaba gerando como consequência uma menor competitividade da organização no mercado (BLOG VR BENEFÍCIOS, 2018),

Machado (2016) ainda descreve outros benefícios onde a organização pode se beneficiar quando proporciona a satisfação de seus colaboradores: Produtividade aumentada, redução dos custos e *turnover*, engajamento dos colaboradores, melhora do clima organizacional e maior qualidade na produção.

Partindo desse pressuposto, Sena (2014) relata que quando os colaboradores de uma organização se encontram insatisfeitos, isso conseqüentemente vai acarretar em prejuízos, pois, se a organização não estiver atendendo as necessidades dos colaboradores, sejam elas quais forem, estes não vão desempenhar suas atividades da melhor forma possível e com a qualidade necessária, pois não terão satisfação

ao fazê-las, assim aumentando as taxas de absenteísmo, aumentando a rotatividade e diminuindo o desempenho e a produtividade.

Spector (2003) salienta que funcionários que não gostam do que fazem, estatisticamente tem maiores chances de se ausentar do trabalho, e isso é confirmado por Robbins (2005) quando diz que o absenteísmo tem relação direta com a insatisfação do colaborador, pois estes têm mais facilidade e vontade de se ausentar, e que isso por consequência acarreta em menor produtividade, pois, quando o colaborador falta ao serviço, suas atividades deixam de ser executadas, gerando acúmulo de trabalho à ser realizado pelos funcionários presentes, diminuindo o ritmo de execução e assim a produção final do dia, causando prejuízo à organização.

Quanto ao problema da rotatividade, o mesmo autor diz que funcionários insatisfeitos têm maior chance de deixar seu emprego, e Sena (2014) reforça isso dizendo que é muito mais fácil para qualquer organização manter por mais tempo em sua equipe funcionários mais motivados e mais satisfeitos, podendo assim, utilizar o custo que teria em novas contratações para melhorar as condições de trabalho dos colaboradores que ali já estão.

Para Gomes (2018) um alto índice de rotatividade ou turnover de funcionários tem como causa alguns fatores que acarretam em desmotivação e insatisfação dos seus colaboradores, estes podem ser a baixa remuneração, a falta de um plano de carreira que vise o crescimento profissional do colaborador, a falta de reconhecimento, a falta de investimentos nos funcionários e por fim a ausência de um bom pacote de benefícios, que é essencial para a satisfação dos colaboradores.

Vazzoler (2016) salienta que fazer parte de um bom time dentro da organização onde exista respeito aos valores e a cultura da empresa, cooperatividade, e até amizade é um fator indiscutível com impacto direto e positivo na satisfação dos colaboradores. Devido a isso, o processo de recrutamento e seleção não deve focar somente na formação acadêmica, experiência em carteira e habilidades pessoais. Também é importante que se leve em conta a característica do grupo ao qual o novo

colaborador estará inserido, de modo que desde o início, o relacionamento ocorra da melhor maneira possível.

Além disso, Gomes (2018) ainda salienta que estes os fatores citados acima, ao aumentarem o índice de rotatividade contribuem para gerar prejuízos para a empresa, pois gera um aumento de gastos, perda de produtividade, perda de conhecimento e vantagem competitiva que se vai com o funcionário e também perda de credibilidade pelo alto número de desligamentos.

Half (2017) afirma que cada colaborador em sua individualidade tem suas necessidades, não há como generalizar as necessidades igualmente para todos, porém existem alguns fatores que afetam diretamente a satisfação do colaborador independente das diferenças em seus de objetivos, anseios e necessidades.

Segundo Siqueira (2008) a EST foi construída com a finalidade de aferir o grau de satisfação dos trabalhadores dentro do ambiente organizacional, levando em consideração cinco dimensões de satisfação:

- a) Companheiros de trabalho (satisfação com a colaboração, a amizade, a confiança e o relacionamento geral com os companheiros).
- b) Salário (Satisfação com ganhos financeiros em proporção com a carga de trabalho executada, com a capacidade para executar as tarefas, bem como o custo de vida e com os esforços para a realização dos procedimentos).
- c) Liderança (Satisfação com a organização como um todo e sua capacidade profissional nos setores de chefia, com seu interesse pelo trabalho desempenhado pelos empregados e convivência entre eles).
- d) Tarefas (Satisfação com o interesse despertado pelas atividades a serem exercidas, com o grau de absorção delas por parte do colaborador e com a variedade destas).
- e) Oportunidades de promoções (Satisfação com o número oportunidades que já recebeu promoções, com as garantias oferecidas a quem recebe estas oportunidades, com a política que empresa realiza promoções e com o tempo de espera por estas oportunidades).

Carvalho et. al (2006) descreve que um dos fatores que deixam o funcionário satisfeito no ambiente de trabalho é o salário, pois é o retorno por seu esforço e que ira suprir as suas necessidades mais básicas, este é um fator que junto com os benefícios podem causar tanto a satisfação quanto a insatisfação, devendo a organização trabalhar isso.

Outro fator é a relação com a chefia, este deve ter papel de líder e influenciar positivamente a equipe rumo ao alcance dos objetivos organizacionais e proporcionar motivação aos subordinados, assim motivado o colaborador poderá alcançar suas metas pessoais no trabalho, conseqüentemente as organizacionais. (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL 2010)

Seguindo esta linha, os mesmos autores relacionam a satisfação com a oportunidade de crescimento e aperfeiçoamento proporcionado pela organização ao colaborador, assim, dizendo que trabalhos que forneçam oportunidade de treinamento, controle e independência trazem mais satisfação, dessa forma, o colaborador se sente mais importante e fundamental no processo.

Outro ponto importante que tem correlação com a satisfação do colaborador é o que diz respeito à qualidade de vida no trabalho (QVT), Chiavenato (2010, p.487) expõe que “a QVT representa o grau em que os membros da organização são capazes de satisfazer suas necessidades pessoais através do seu trabalho na organização.”

Assim, o mesmo autor lista alguns fatores que devem estar presentes para que se tenha uma boa QVT no ambiente organizacional, e estes são parecidos ou relacionados aos mesmos fatores que contribuem para a satisfação do colaborador, sendo alguns deles a possibilidade de crescimento, o reconhecimento pelo resultado alcançado, o salário percebido, os benefícios recebidos, o relacionamento entre a equipe e a própria satisfação do colaborador, que tem como conseqüência a presença desses fatores e outros, sendo assim a ausência desses fatores levam a insatisfação.

3.1 Comprometimento Organizacional

Segundo Siqueira (2008), o comprometimento da organizacional ocorre quando o colaborador sente-se responsável por uma determinada ação, a considera significativa, e devido a isso, crê que ela tem consequências importantes. Daí considera-se com total responsabilidade por tais consequências.

Para Bastos (1994), este comprometimento organizacional possui cinco possíveis abordagens:

- a) Afetiva: O colaborador se identifica com a organização, com seus objetivos e almeja sempre estar presente na equipe visando a conquista desses objetivos. O autor ainda ressalta este comprometimento afetivo pode ser associado com um sentimento de lealdade, contribuição e prazer em fazer parte do time.
- b) Instrumental ou calculativo: Comprometimento que ocorre em função dos custos pessoais e benefícios, geralmente ligados ao condicional de ser ou não um membro da organizacional. Bastos (1994) lembra que este tipo de comprometimento é gerado por um sistema de trocas e de expectativas entre o colaborador e a empresa, em fatores tais como salário, liberdade e status.
- c) Social: relação que ocorre entre subordinação e autoridade. Nesse contexto, Bastos (1994) descreve esta abordagem do comprometimento, baseada no interesse em permanecer no atual emprego, pois o colaborador percebe a verdadeira relação entre subordinado e autoridade, e por isso, leva ao trabalho tanto uma orientação precisa para seus papéis que precisa desenvolver, quanto o conjunto de normas que cercam os modos corretos de autoridade.
- d) Normativo: internalização de pressões normativas comportamentais inerentes aos colaboradores.
- e) Comportamental: manutenção de certas condutas coerentes entre as suas atitudes e seus comportamentos. Para Bastos (1994), os colaboradores tornam-se comprometidos partindo de ações próprias, e acabam por formar uma cadeia de auto-reforço na qual cada comportamento é responsável por gerar novas atitudes culminando em comportamentos futuros na tentativa de manutenção de um círculo consistente e repetitivo.

Já Siqueira (2008), caracteriza os indivíduos em três diferentes dimensões: Colaboradores com um grande comprometimento afetivo permanecem na organização por vontade própria. Colaboradores com comprometimento instrumental

permanecem na organização por necessidade, e colaboradores com forte comprometimento normativo permanecem porque eles se sentem na obrigação a isto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é fundamental que as organizações ofereçam um ambiente propício aos seus funcionários a fim de minimizar estes problemas causados pela insatisfação e com isso garantir que a vantagem competitiva seja retida e utilizada da melhor forma no mercado atual.

Redução de custos e maximização de lucros são fatores buscados a todo instante pelas organizações. Pessoas que antes eram vistas somente como recursos, hoje formam a principal fonte de desenvolvimento e crescimento das organizações. A valorização desta fonte importante, por meio da busca pela satisfação, reduz custos para organização e ao mesmo tempo interfere positivamente no desempenho e nos resultados individuais e organizacionais.

Dessa forma, é importante que as organizações se atentem para oferecer um ambiente de trabalho propício para seus colaboradores a fim de minimizar os impactos ocasionados pela insatisfação no trabalho, para que dessa forma consiga captar e reter os melhores talentos e consiga garantir vantagem competitiva frente aos concorrentes.

5 REFERÊNCIAS

BASTOS, A. V. B. PEPSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia. **PEPSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia**, 1994. ISSN 1413-389X. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BLOG VR BENEFÍCIOS. **Como a satisfação profissional afeta os resultados de uma empresa?** 2018. Disponível em: <https://blog.vr.com.br/satisfacao-profissional/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CARVALHO, A. B.; FERNANDES, J.; OLIVEIRA, L. T.; ZAMBERLAN, C. **Satisfação no trabalho**. Anais Jornada de Pesquisa Ulbra Santa Maria. Santa Maria, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DALBERIO, O.; DALBERIO, M. C. B. **Metodologia científica: desafios e caminhos**. São Paulo: Paulus, 2009.

ÉPOCA. **5 fatores que deixam qualquer funcionário mais feliz**. 2017. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/05/5-fatores-que-deixam-qualquer-funcionario-mais-feliz.html>. Acesso em: 22 jun. 2020.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Débora. **Como a rotatividade de funcionários pode prejudicar sua empresa**. 2018. Disponível em: <https://sambatech.com/blog/insights/prejuizos-rotatividade-de-funcionarios/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

HALF, Robert. **Seis fatores para a satisfação dos funcionários**. 2017. Disponível em: <https://www.roberthalf.com.br/blog/dicas/seis-fatores-para-satisfacao-dos-funcionarios>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MACHADO, Hendrik. **Por que a felicidade e satisfação dos funcionários são importantes?**. 2016. Disponível em: <https://www.pontomais.com.br/blog/felicidade-e-satisfacao-dos-funcionarios>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MARQUES, Flávia. **92% dos brasileiros desejam novo emprego: Como reter talentos?**. [S. l.], 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.creditas.com/exponencial/reter-talentos/>. Acesso em: 19 out. 2020.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas, 2008

MEDEIROS, C. A. F. et al. Um estudo exploratório dos múltiplos componentes do comprometimento organizacional. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, v. 11, n. 1, p. 22, Janeiro/Fevereiro 2005. ISSN 1413-2311. <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/read/rt/captureCite/40696/25885>.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. G. D. **Teoria Geral da Administração**. 3ª rev. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

MOTIVAÇÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/motivacao/>. Acesso em: 18/05/2020.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do. **Metodologia da Pesquisa Científica: Teoria e Prática – Como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2016.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisa, tgi, tcc, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

PIÉRON, Henri. **Dicionário de psicologia**. RGS, Globo, 1969

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional: teoria e pratica no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

RODRIGUES, M.V.C. **Qualidade de vida no trabalho**: evolução e análise no nível gerencial. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SENA, Nara. **Os impactos da insatisfação no trabalho sobre as organizações**. 2014. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/os-impactos-da-insatisfacao-no-trabalho-sobre-as-organizacoes>. Acesso em: 08 maio 2020.

SILVA, Walmir Rufino. **Motivação no trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2000.

SIQUEIRA, M. M. M. **Medidas do comportamento organizacional**. Satisfação no trabalho. São Paulo: Artmed, 2008.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas Organizações**. São Paulo; Saraiva, 2003.

VAZZOLER, Eric. **Motivação – Por que isto é importante?** 2016. Disponível em: <https://endomarketing.tv/motivacao/#.XtLgrlRKjIV>. Acesso em: 30 maio 2020.

WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R. **Comportamento organizacional: Criando Vantagem Competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo E.; BASTOS, Antonio V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.